



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

DAYANNE DAS NEVES PEREIRA

A ATUALIDADE NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO: da geografia da
fome à insegurança alimentar

RIO DE JANEIRO

2024

Dayanne das Neves Pereira

A ATUALIDADE NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO: da geografia da fome à insegurança alimentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Nutrição.

Linha de Pesquisa: Epidemiologia Nutricional

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a Elizabeth Accioly

Rio de Janeiro

2024

Dayanne das Neves Pereira

A ATUALIDADE NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO: da geografia da fome à insegurança alimentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Nutrição.

Linha de Pesquisa: Epidemiologia

Nutricional

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a Elizabeth Accioly

Aprovada em 28 de agosto de 2024.

Prof.^a Dr.^a Gislene Aparecida dos Santos - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Rosana Sales Costa - UFRJ

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho
Universidade de São Paulo - USP

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

D275a Das Neves Pereira, Dayanne
A ATUALIDADE NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO: da geografia da fome à insegurança alimentar / Dayanne Das Neves Pereira. -- Rio de Janeiro, 2024.
113 f.

Orientadora: Maria Claudia Veiga Soares Carvalho.
Coorientadora: Elizabeth Accioly.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, 2024.

1. Josué de Castro. 2. Fome. 3. Insegurança alimentar e nutricional. 4. Geografia da Fome. I. Veiga Soares Carvalho, Maria Claudia, orient. II. Accioly, Elizabeth, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Dedico este trabalho à memória daqueles entes, entre os mais queridos por mim, que partiram em apenas um ano, o último ano em que eu o concebia: minha mãe Zelma Rodrigues das Neves, minha tia Zuleide Neves da Silva, minha avó Isabel Ferreira do Nascimento Rodrigues e meu padrasto José Paulo Alves dos Santos.

Fernando Pessoa, no mesmo poema "Mar Português" em que disse "Tudo vale a pena se a alma não é pequena", disse também logo a seguir: "Quem quer passar além do Bojador tem que passar além da dor".

Passar além da dor para concluir esta dissertação fez tudo valer a pena.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço à força da Espiritualidade criadora, pelo amparo, iluminação e sabedoria concedidas a mim durante todo o processo.

Ao meu querido companheiro Fernando Mello, minha eterna gratidão! Sua compreensão, apoio e incentivo foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente. Sua luz iluminou cada etapa deste trabalho e suas palavras de encorajamento foram um farol em momentos de dúvida e cansaço. Sem você, Fernando, este sonho não teria se tornado realidade.

Às minhas orientadoras, Maria Cláudia Carvalho e Elizabeth Accioly, deixo meu mais sincero agradecimento. Suas orientações, paciência e vasto conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Maria Cláudia, suas sugestões e críticas construtivas ajudaram a aperfeiçoar meu trabalho. Elizabeth, sua dedicação e compromisso foram uma fonte constante de inspiração.

Não posso deixar de mencionar a professora Lúcia Andrade, cujas contribuições foram magníficas e enriquecedoras. Sua paixão pelo conhecimento e sua disposição em compartilhar suas valiosas percepções foram determinantes para a qualidade deste estudo.

Aos meus colegas e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e palavras de incentivo, minha gratidão eterna! Vocês tornaram esta jornada mais leve e significativa.

Por fim, agradeço a todos os professores e funcionários da UFRJ, que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, e a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta jornada acadêmica.

A todos, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

*“Eu sonho sonhos distantes,
Em barcos ausentes, velozes,
Ondeantes,
Paisagens vivas, longe, diferentes.
Eu sonho sempre. Sonho”*

(Josué de Castro)

RESUMO

PEREIRA, Dayanne das Neves. **A atualidade na obra de Josué de Castro**: da geografia da fome à insegurança alimentar. Rio de Janeiro, 2024. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Introdução: A fome é, entre os males que acometem a humanidade, um dos mais impactantes. A fome e a miséria, principais temáticas deste estudo, motivam o resgate da produção bibliográfica de Josué de Castro, considerando que o pensamento desse autor continua muito presente na realidade brasileira, em tempos de altos índices de insegurança alimentar. **Objetivo:** Analisar mudanças e continuidades nas condições socioambientais e políticas que produzem insegurança alimentar na atualidade, a partir da obra *Geografia da Fome*. **Metodologia:** Trata-se de estudo com metodologia de cunho qualitativo, em uma abordagem de análise documental. Para tal análise foi escolhido o livro *Geografia da Fome* por ser uma das obras mais disseminadas de Josué de Castro no campo da Alimentação e Nutrição, representando um marco histórico no processo de construção do direito à alimentação no Brasil. A edição analisada foi a sexta, publicada em 1965, dezenove anos após a primeira edição da obra. Foram construídas cinco categorias de análise documental de modo coerentemente integrado, orientadas pelos aspectos globais do livro, a saber: primeira categoria de análise foi a relação de abastecimento local de alimentos nas regiões com aspectos sociológicos; a segunda, exploração campesina: latifúndios e monocultura açucareira; a terceira, desproteção do mercado interno de alimentos e acirramento de “commodities”; a quarta, concentração de renda, industrialização e imigração urbana e a quinta categoria cultura alimentar regional. Os critérios utilizados no processo de categorização do material foram plausibilidade, representatividade e relevância. **Resultados e discussão:** A análise circunscreveu questões ecológicas e culturais de produção de alimentos e condições de vida em causas estruturais, com base na teoria social de Josué de Castro sobre a situação alimentar brasileira numa perspectiva de mudanças sociais. A discussão problematizou pontos de convergência da obra com as condições socioambientais de hoje, segundo as categorias de análise estabelecidas: males sociológicos na expressão biológica da fome no abastecimento de alimentos; relevância da política pública para mobilizar recursos a favor dos que têm fome, deslocadas do setor de produção de alimentos, crítica aos indicadores quantitativos de desenvolvimento que não consideram o sofrimento da população e a invisibilidade da diversidade da cultura alimentar. Ressaltamos a invisibilidade das culturas locais diante dos interesses econômicos e sua ação predatória sobre o meio ambiente,

entendendo que as formas de sobrevivência e as tecnologias utilizadas pelas comunidades excluídas e “escravizadas”, são competentes para o combate à fome numa estrutura que lhes seja favorável. **Considerações finais:** O estudo mostrou a importância do enfrentamento de questões mais estruturais do que produtivistas para as transformações sociais necessárias capazes de combater a fome no país, como Josué de Castro em sua época já apontava, apesar das quase oito décadas que nos separam da publicação de sua mais célebre obra, merecedora de reconhecimento nacional e internacional na denúncia e combate ao que o autor nominava como o maior flagelo da humanidade.

Palavras-chave: insegurança alimentar e nutricional; Josué de Castro; fome; Geografia da Fome.

ABSTRACT

PEREIRA, Dayanne das Neves. **The current in the work of Josué de Castro: from the geography of hunger to food insecurity.** Rio de Janeiro, 2024. Dissertation (Master's Degree in Nutrition) – Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Introduction: Hunger is, among the evils that affect humanity, one of the most impactful. Hunger and misery, the main themes of this study, motivate the rescue of Josué de Castro's bibliographic production, considering that this author's thought is still very present in the Brazilian reality, in times of high rates of food insecurity. Objective: To analyze changes and continuities in the socio-environmental and political conditions that produce food insecurity today, based on the work *Geography of Hunger*. Methodology: This is a study with a qualitative methodology, in a documentary analysis approach. For this analysis, the book *Geografia da Fome (Geography of Hunger)* was chosen because it is one of the most disseminated works by Josué de Castro in the field of Food and Nutrition, representing a historical milestone in the process of building the right to food in Brazil. The edition analyzed was the sixth, published in 1965, nineteen years after the first edition of the work. Five categories of documentary analysis were constructed in a coherently integrated way, guided by the global aspects of the book, namely: the first category of analysis was the relationship of local food supply in the regions with sociological aspects; the second, peasant exploitation: large estates and sugar monoculture; the third, lack of protection of the domestic food market and intensification of "commodities"; the fourth, concentration of income, industrialization and urban immigration, and the fifth category, regional food culture. The criteria used in the process of categorizing the material were plausibility, representativeness and relevance. Results and discussion: The analysis circumscribed ecological and cultural issues of food production and living conditions in structural causes, based on Josué de Castro's social theory of the Brazilian food situation from a perspective of social change. The discussion problematized points of convergence of the work with today's socio-environmental conditions. We emphasize the invisibility of local cultures in the face of economic interests and their predatory action on the environment, understanding that the forms of survival and the technologies used by excluded and "enslaved" communities are competent to fight hunger in a structure that is favorable to them. Final considerations: The study showed the importance of facing more structural than productivist issues for the necessary social transformations capable of fighting hunger in the country, as Josué de Castro already pointed

out in his time, despite the almost eight decades that separate us from the publication of his most famous work, deserving of national and international recognition in denouncing and combating what the author named as the greatest scourge of humanity.

Keywords: food and nutrition insecurity; Josué de Castro; geography of hunger; hunger.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das áreas alimentares brasileiras	50
Quadro 1 – Identificação das categorias analíticas	37
Quadro 2 – Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	48

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Recorte de contexto de época.....	17
1.2 Antecedentes biográficos do autor.....	22
1.3 O pensamento e a obra de Josué	25
1.4 Justificativa da pesquisa.....	30
2 OBJETIVOS.....	32
2.1 Objetivo geral.....	32
2.2 Objetivos específicos.....	32
3 MATERIAL E MÉTODOS	33
3.1 Análise documental.....	35
3.2 Contexto preliminar da Geografia da Fome.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1 “A fome é a expressão biológica de males sociológicos”	44
4.2 O que falta é vontade política para mobilizar recursos a favor dos que têm fome	58
4.3 O "progresso social" não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística.....	65
4.4 Existem 2/3 de pessoas que não dormem porque sentem fome, e 1/3 de pessoas que não dormem por medo dos que sentem fome.....	71
4.5 “Frutas que longe de serem nocivas seriam um verdadeiro antídoto contra o excesso de feculentos”.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	101

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação vai além do cumprimento de um requisito formal para obtenção de título acadêmico. Ela é a materialização do desejo de homenagem a Josué de Castro, cultivado desde que iniciei o curso de Nutrição, na Universidade Federal de Viçosa, passando pela Universidade Federal dos Pampas e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde conclui o curso em abril de 2023. Esta última, uma instituição fundada e dirigida pelo próprio Josué de Castro. Conhecer um pouco a história desse brasileiro multifacetado, que tanto contribuiu para o estudo da fome e defensor dos mais desvalidos, em muito, me sensibilizou e me fez assumir o compromisso com os mais socialmente vulneráveis, também inspirado em minha trajetória pessoal de vida, de origem não abastada e neta de nordestinos, tal como Josué.

Na história de quase quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFRJ, não há registro de dissertação ou tese que contenha, explicitamente, o nome do renomado professor em seu título ou que trate da produção do autor, ainda que algumas possam conter, em seu interior, citações ou reverências a Josué. Esse fato me proporciona, modestamente, muito orgulho de ser o primeiro aluno do nosso Programa a aprofundar a leitura da mais célebre obra do autor e carregar no título da dissertação o nome de Josué, há quase precisamente um ano das homenagens prestadas a ele por ocasião do cinquentenário de seu falecimento e no ano que marca os 60 anos do golpe civil-militar que o condenou ao exílio, culminando com sua morte em setembro de 1973. A proposta de analisar o livro *Geografia da Fome*, destacando as teses de Josué sobre o que denominava flagelo da humanidade e como resistiram ou não há quase oito décadas que nos separam da publicação da primeira edição do livro, demonstrou o quanto a obra de Josué é contemporânea e se presta a distintas leituras, sempre aportando novos elementos de análise.

O advento da rede mundial de computadores e os avanços tecnológicos da era digital em que hoje vivemos trouxeram potenciais avanços em todos os setores da economia, incluindo o de produção de alimentos, com o setor agrobrasileiro assumindo papel de destaque no mercado mundial. A chamada globalização reduziu distâncias e otimizou processos de trabalho e de produção, porém, sem trazer em seu âmago, o desenvolvimento social no modelo defendido por Josué de Castro.

Esse trabalho é um tributo ao poeta da fome, por todas as suas contribuições à ciência brasileira e pela denúncia das mazelas de um modelo econômico perverso que ainda divide o mundo entre os que não dormem porque têm fome e aqueles que não dormem por medo dos que têm fome.

INTRODUÇÃO

A fome e a miséria, principais temáticas deste estudo, motivam pesquisa sobre a produção bibliográfica de Josué de Castro, considerando que o pensamento desse autor continua muito presente na realidade brasileira, perambulando nas ruas, estampado nos rostos dos famintos, dos segregados e excluídos. A miséria que se intensificou em períodos de guerra, crises climáticas e outras situações de calamidade pública, em décadas anteriores, foi acentuada em tempos de crises econômicas e sanitárias, como as vivenciadas na atualidade com a pandemia da COVID-19. A fome que mata direta e indiretamente todos os dias constitui um problema atual ainda por ser solucionado, mesmo com todos os avanços científicos. O que se chamava de fome hoje dialoga com a nova classificação de Insegurança Alimentar (IA). As gradações de severidade do que se conceituou como fome se configuram em estatísticas populacionais por definições de Insegurança Alimentar severa e moderada, o que consiste na “incapacidade no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem sentir a iminência de sofrer alguma restrição no futuro próximo” (Rede Penssan, 2021). O nome Insegurança Alimentar atravessa esses nossos tempos anunciando a continuidade do problema da fome.

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em 2020, apontou que 55,2% dos domicílios possuíam algum grau de IA. Em números absolutos, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos e 19,1 milhões estavam passando pelo que se chama fome. Os dados, atualizados e divulgados em junho de 2022, mostram a piora do quadro que já era grave: atualmente, são 125,2 milhões – mais da metade da população brasileira convivendo com a IA –, dos quais 33 milhões em grau grave, ou seja, sem ter o que comer. Tais números demonstram a persistência de sofrimento por falta de alimentação adequada pela população.

A situação fica mais bem classificada nessas gradações e especificidades quando confrontamos dados do Brasil em comparação a dados mundiais sobre a fome. Segundo a pesquisa “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais”, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, em maio de 2022, a partir de dados disponibilizados pela Gallup World Poll, empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos, o índice de brasileiros com IA subiu de 30% para 36% nos últimos 12 meses (dados coletados entre agosto e novembro de 2021), em patamares acima da média mundial. Além disso, a pesquisa também revelou que as mulheres e os mais pobres são os mais prejudicados. Em 2021, o

índice de IA entre os 20% mais pobres subiu de 22% para 75% e, entre os anos de 2019 e 2021, o índice, entre as mulheres, subiu 14%, enquanto houve queda de 1% entre os homens (FGV, 2022).

Em nível mundial, o novo relatório do Grupo de Resposta à Crise Mundial de Alimentação, Energia e Finanças, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar o impacto global da guerra na Ucrânia, revela que, aproximadamente, 1,6 bilhão de pessoas em 94 países foram são ou serão afetadas por conta do conflito, seja por razões de natureza alimentar, financeira ou energética, visto que os países envolvidos no conflito são produtores de trigo e outros cereais, fertilizantes, petróleo e gás natural. Segundo a pesquisa, o número de pessoas em IA grave subiu de 135 milhões para 276 milhões, em apenas 2 anos, em decorrência da pandemia da COVID 19, e os efeitos da guerra podem elevar esse número para 323 milhões (ONU, 2022).

Segundo dados da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), aproximadamente 80% dos alimentos produzidos no mundo são oriundos da agricultura familiar. Ainda, segundo a FAO, a agricultura familiar no Brasil movimenta cerca de 55 milhões de dólares e coloca o Brasil na oitava posição entre os maiores produtores de alimentos do mundo (FAO, 2018). Josué, em sua época, já afirmava que a explicação para a problemática da fome não se sustentava na tese da escassez de alimentos, mas, sim, em sua distribuição/acesso condicionado ao modelo econômico de concentração dos meios de produção e exploração do trabalho (Castro, 1965), complexidade de elementos que, como um quebra cabeça, se estruturam socialmente e culturalmente também.

O Instituto Fome Zero, analisando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do primeiro trimestre de 2022 e comparando-os com os do último trimestre de 2023, em combinação com informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2017-2018, para desenvolvimento de modelos matemáticos, encontrou resultados preliminares que indicavam redução significativa na IA em 2023, com o contingente de pessoas em situação de IA grave, diminuindo de 33 milhões, no primeiro trimestre de 2022, para 20 milhões, no quarto trimestre de 2023. Os pesquisadores atribuíram esse novo cenário a mudanças políticas e medidas econômicas, incluindo a restauração do Programa Bolsa Família e a expansão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do atual governo federal (Baccarin et al., 2023).

Embora não tendo sido pioneiro nos estudos dos problemas alimentares no Brasil, Josué de Castro aportou grandes contribuições à institucionalização da ciência da Nutrição e à inclusão da alimentação na agenda governamental. Pode-se afirmar que as políticas públicas

de alimentação e nutrição tiveram origem, ou se inspiraram, na ambiência das políticas trabalhistas desde o governo Getúlio Vargas, com forte interveniência de achados em pesquisas sobre as dificuldades regionalizadas e mapeadas em seus estudos sobre todo o território nacional, trazendo equivalências e comparações com outras regiões do globo.

Nos idos de 1940, algumas iniciativas marcaram o escopo do estudo sobre o pensamento de Josué de Castro. Nesse período, que marcou a circunscrição dos limites temporais do estudo, foi criado, pelo Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), como órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, tendo Josué como seu primeiro diretor¹.

Essa época foi marcada, entre outras iniciativas, pela criação de restaurantes populares, com oferta de refeição matinal para os filhos dos trabalhadores, programa precursor da campanha de merenda escolar, atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), auxílio alimentar ao trabalhador enfermo ou desocupado, por 30 dias, embrião do atual auxílio-doença (Peliano, 2019).

Em 1952, Josué lançou o “Programa de 10 pontos para vencer a fome”, o que viria a ser considerado um embrião de uma política de reforma agrária, incluindo ações nas quais “o primeiro item era sobre o combate ao latifúndio e depois sobre o combate à monocultura” (Leme, 2023), entre outras de intensificação do cultivo de alimentos nas pequenas propriedades, o que nos dias atuais equivaleria ao incentivo ao pequeno produtor. O programa mostrou também a importância do combate ao latifúndio, progressiva isenção de impostos da terra destinada ao cultivo de produtos de sustentação, com estímulo à produção de alimentos básicos, e campanha de bons hábitos alimentares, higiene, amor à terra, economia agrícola e doméstica e dos fundamentos da luta contra uma erosão ecológica na sociedade. Esses estímulos equivalem ao incentivo à alimentação saudável e à preservação do meio ambiente (Menezes, 2012).

Após a era Castro, marcada pelos meados dos anos 70 e pela década de 80, foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e a criação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) (Silva, 2014). Nessa trajetória narrativa, os anos de 1990 retomam marcos importantes para o setor de alimentação em relação ao combate à fome, como, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no governo Itamar Franco, do qual Josué, posteriormente, tornou-se patrono simbolicamente, associado ao Programa Comunidade Solidária, no governo

¹<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/josue-de-castro>

Fernando Henrique Cardoso (Peliano, 2014).

Em nossa história mais recente, no intervalo compreendido entre os anos 2003 e 2015, a criação do programa Fome Zero, a recriação do CONSEA com a participação da sociedade civil, o programa Bolsa Família (fusão entre os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, criados no governo Fernando Henrique Cardoso), o reconhecimento do direito constitucional à alimentação adequada e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, constituíram marcos importantes no combate à fome e à miséria (Peliano, 2014).

Em uma narrativa de aproximações e afastamentos do enfrentamento da fome no Brasil, segundo um mapeamento classificatório global, em 2014 o Brasil foi declarado como excluído do Mapa da Fome das Nações Unidas. O desmonte do aparato de combate à fome e de políticas de garantia de direitos, aliado à recessão econômica nos últimos anos e, ainda, agravado pela pandemia da COVID-19, no decorrer do governo de Jair Bolsonaro, culminaram com a grave crise alimentar ainda nos dias atuais e risco iminente de fome em larga escala, o flagelo da humanidade ao qual Josué se referia em sua época.

A estrutura socioeconômica, política e cultural para Josué é um importante fator das condições de vida de cada região estudada: “Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação, em regra, tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica” (Castro, 1965, p.38). Investimentos na educação e cultura, ao longo dos anos, se mostraram fatores indispensáveis para que se pudesse multiplicar os bens, dividir as terras, valorizar o planeta e explorá-lo de forma menos predatória. O eixo de sustentação para enfrentamento da fome no mundo implica transformações com bases sólidas de governança dos países. O problema não se resume à produção de alimentos, mas se relaciona a entidades, órgãos governamentais, instituições, empresas, escolas e universidades, de modo que se possa criar uma economia de expansão menos hostil à nossa nave mãe (Castro, 1965). Em suma, é preciso investir no ser humano, valorizar o indivíduo, fazer expandir as suas faculdades. Essa sim é a condição indispensável para a criação de uma saudável expansão econômica, tal como concebia Josué de Castro (Castro, 1965).

Assim, considerando pontos convergentes da contemporaneidade do pensamento e obra de Josué de Castro com o momento atual e o processo de combate à fome, esse estudo aponta a pertinência de revisitar seus escritos para analisar elementos de continuidade e discontinuidades em tempos de altos índices de insegurança alimentar.

1.1 Recorte de contexto de época

A construção de estratégias citadas pelo autor demarca um momento de combate à fome que surge no contexto da segunda guerra mundial, na Hot Spring Conference, nos EUA, em 1943. Segundo relato, a grande tarefa da Conferência era chegar a um acordo entre as 44 nações, durante a própria guerra, sobre certos planos para a produção, distribuição, transporte e consumo de alimentos em todo o mundo após a guerra² (Evang, 1943).

O processo de organização das nações que se uniam contra a guerra nessa conferência definiu políticas. Elas “seriam também responsáveis por tomar medidas ativas, através da saúde médica e pública dos agentes e outros, para garantir a segurança dos grupos mais vulneráveis, mulheres grávidas e lactantes, bebês, crianças e jovens, para educar a população e regular os preços³ (ibidem), em busca da defesa e reconstrução de seus territórios devastados pela Grande Guerra.

Importante contextualizar que a reunião de interesses das nações em uma comissão interina não foi algo novo na história, mas sua relação no combate à fome, sim. Segundo um dos relatores desse evento, “a aplicação dessa ideia a um campo tão amplo como alimentos e agricultura é algo bastante novo”⁴ (McDougall, 1943). Nesse contexto, o interesse principal era defender as nações que estavam abaladas pela política fascista da Alemanha, com recursos voltados para a alimentação. Segundo MacDougall, outro ponto era que setenta por cento da população mundial seriam produtores de alimentos, e alguns deles estavam afundados na pobreza abismal. Se a política de Hot Springs tivesse sido levada a cabo, haveria um mercado mundial e preços justos para todos esses produtores de alimentos, um grande futuro para mais da metade da população mundial⁵.

No Brasil, a proposta de Josué de Castro era mais humanizada e dirigida a um mal epidêmico no território nacional. Sensível aos efeitos cruéis do colonialismo, criticando um “homem econômico”, ele busca estratégias “geográficas” mais ecológicas para escapar à exploração selvagem dos países europeus no Nordeste, confrontando o argumento

² Tradução livre. Texto original: The tremendous task of the Conference was to reach agreement between the 44 nations, during the war itself, on certain plans for the production, distribution, transport and consumption of food all over the world after the war.

³ Tradução livre. Texto original: They would also be responsible for taking active steps, through medical and public health of ficers and others, to make secure he more vulnerable groups, pregnant and nursing women, babies, children and young people, to educate the population and to regulate prices.

⁴ Tradução livre. Texto original: The application of this Idea to so wide a field as food and agriculture is something quite new.

⁵ Paráfrase em tradução livre. Texto original: Another point is that 70 per cent. Of the world’s population are food producers, and some of them are sunk in abysmal poverty. If the Hot Springs policy was carried through, there would be a world market and fair prices for all these food producers, a great future for more than half the world population.

desenvolvimentista que não priorizava o ser humano e a cultura local, denunciando “[...] o estabelecimento de formas políticas dispostas a sacrificar os interesses de lucro pelos interesses reais de coletividades” (Castro, 1965, p.18).

O livro *Geografia da Fome*, embora dirigido ao Brasil, representa a problemática de toda América Latina. Esta obra segue os estudos de geopolítica da fome e foi traduzida em 15 línguas e agraciada com o Prêmio Roosevelt da Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos e com o Prêmio Internacional da Paz pelo Conselho Mundial da Paz. Na obra, Josué afirma: “Na maioria dos países da América Latina, conforme pudemos verificar em várias visitas locais e através de documentos estatísticos e informes científicos obtidos, as condições de vida são idênticas ou ainda mais precárias do que as do Brasil.” (Castro, 1965. p.23).

A edição de *Geografia da Fome* analisada neste estudo foi publicada em 1965, dezenove anos após a primeira edição e cinquenta e nove anos até os dias de hoje. Nas palavras do Sr. André Mayer, prefacista convidado para a 9ª edição da obra, 1965, a fome era um flagelo universal, sobre o qual o ser humano havia conseguido uma vitória incerta e precária. Esse assunto, principalmente nos países mais adiantados, não era aprofundado. Primeiro, por alguns considerarem esse problema como um “flagelo natural” inevitável e, segundo, nessa perspectiva, porque também seriam inevitáveis as desigualdades sociais entre os homens nos países, pois estas seriam oriundas da própria organização da sociedade (Castro, J. 1965).

Essa obra de Josué de Castro compreende que a problemática da fome, apesar de difícil, poderá ter solução e o primeiro passo é quebrar o silêncio, discuti-la e debatê-la. Para isso, ela propõe um inventário da situação, um estudo aprofundado de elementos geográficos e ecológicos de algumas populações, com ênfase no solo, no clima, nas plantas e nos animais. Poucos teriam tanta autoridade para fazê-lo. Josué de Castro, além de ter sido um homem de laboratório, foi também um pesquisador que conjugou saberes e ferramentas das mais diversas áreas do conhecimento. Esteve exilado por longo período, exílio decorrente de dados que apresentou e denúncias que realizou sobre a fome. Retornou à sua terra natal apenas após sua morte, em função das interdições políticas da época.

Seu livro é uma obra viva que viaja no tempo e atravessa gerações e que expõe ao leitor uma estrutura social geradora de feridas e mazelas daqueles que sofreram e, ainda sofrem, com a terrível herança da subnutrição e da carência alimentar, como o beribéri para o seringueiro da Amazônia ou a tragédia oriunda da seca no Nordeste (Castro, 1965).

O período pós-guerra foi marcado por uma devastação dos países europeus, que promoveram ações de reconstrução na economia global. “As cinquenta e sete nações

membros da Organização Internacional de alimentação e Agricultura (FAO) já o compreenderam. E resolveram agir.”(Castro, 1965. p.6).

À época da publicação dessa edição, contava a humanidade com 2 bilhões de pessoas e, em uma estimativa realista, mais da metade dessas pessoas estariam, segundo as palavras do prefacista, em situação de subnutrição. Hoje a humanidade supera 8 bilhões de pessoas e, segundo a FAO em seu relatório de 2021, cerca de 2,3 bilhões de pessoas estão em insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e quase 924 milhões enfrentam níveis mais preocupantes de falta de alimentos, o que mostra que a situação pouco mudou de lá para cá, sendo a fome, ainda atualmente, um dos mais terríveis flagelos enfrentados pela humanidade.

Por conta de uma enorme explosão demográfica desde o período de publicação do livro até os dias atuais, a produção de alimentos teve que sofrer um considerável aumento para que fossem atendidas as necessidades de alimentos. O progresso da ciência e a evolução da técnica de produção alimentícia ajudaram sobremaneira nesse processo. Investimentos em equipamentos e conhecimento também contribuíram para criar uma indústria pujante e que pudesse atender à crescente demanda mundialmente. Porém, apesar de todos esses avanços, o problema da fome no mundo ainda está longe de uma solução. Em suma, o recorte aqui proposto está delineado por uma condição indispensável para a criação de uma saudável expansão econômica, tal como concebia Josué de Castro (Castro, 1965).

No Brasil, a industrialização nacional, com investimento de capital externo, marcava uma economia que passava por grandes alterações estruturais. O desempenho da indústria ultrapassa a agricultura, transformando-se no “setor dinâmico da economia brasileira” (Baer; Werner, 1966, p. 73). As técnicas de produção alimentícia se ampliaram sobremaneira com investimentos em equipamentos e conhecimento na criação e melhoria de uma indústria que pudesse atender mundialmente à crescente demanda. Hoje, a expressão “insegurança alimentar” é utilizada como um substituto, uma denominação científica atualmente empregada como classificação gradativa para referir-se à privação alimentar que conduzia a diversas formas de má nutrição. A FAO descreve a IA como a condição em que as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência.

Foram anos de clima de esperança no país com uma sensação de reconstrução, que privilegiavam o urbanismo. A construção de Brasília, inaugurada em abril de 1960, evidenciava uma supervalorização do urbano em detrimento do rural, “[...] a transformação de

uma solidão do centro oeste em cerrado ressoante de sons metálicos” (Leal, 2017)⁶. A euforia da reconstrução que lançava os olhos no amanhã do Brasil seguia numa perspectiva otimista e ufanista, etnocêntrica. Os países periféricos como o Brasil se contaminaram e ressignificaram essa euforia com romantismo juntamente com o crescimento de uma cultura urbana, que se afastava da crise rural, com fetiches de uma vida feliz no campo, sem se dar conta de que “[...] o campo feliz é uma imagem urbana [em que] somente uma sociedade muito rica pode permitir-se apreciar a pobreza.” (Montanari, 2003, p. 199).

Embora distante da realidade cotidiana do empobrecido universo rural brasileiro da época, a imagem de um campo feliz representou a estética de uma cultura urbana. O Brasil dessas décadas vivia o glamour dos concursos de misses, do retorno de Getúlio Vargas à presidência, dessa vez, pelo voto. Havia uma euforia de “anos dourados”. Juscelino Kubistchek e o lema “50 anos em 5”, a construção da nova capital federal, Brasília, uma copa do mundo sediada no Brasil e a indústria automobilística indo de vento em popa. Um cenário sem espaço para se discutir, com mais profundidade, um assunto tão incômodo como a fome. E o que se percebe é que a predisposição em falar ou tratar desse assunto era proibida no Brasil da época e estava sob pena de sanções mais severas para aqueles que ousassem dela falar. Josué de Castro integrou logo a primeira lista de cassados na ditadura militar de 1964, ao lado de João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Francisco Julião, Carlos Prestes, Leonel Brizola, entre outros, quando teve seus livros banidos das prateleiras das bibliotecas das universidades e das escolas brasileiras (Silva e Nunes, 2017). No campo da Alimentação e Nutrição, embora seja uma referência muito importante, nome de nosso Instituto na UFRJ (Instituto de Nutrição Josué de Castro), de onde foi o primeiro diretor, ainda assim, entendemos que seu legado intelectual precisa sair das prateleiras das bibliotecas para a vida acadêmica de formação profissional de nutricionistas.

Os aspectos de identificação do campo da Alimentação e Nutrição seguiram as tendências do Brasil da época de um campo de saber submetido ao imperativo de desenvolvimento de ditaduras. Na condição de um mundo social esquadrihado como uma nova ciência na academia foi “[...] um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Bourdieu, 2004, p.20). Segundo Vasconcelos (2001b; 2002), as condições históricas para a constituição desse campo científico, em todo o mundo, foram acumuladas ao longo da história da humanidade, estimuladas a partir da revolução

⁶

Disponível em:
<https://www.blogs.unicamp.br/verticesociologico/2017/05/11/brasil-anos-1950-verniz-da-transformacao>. Acesso em: 01 jun.2024.

industrial europeia, ocorrida no século XVIII, e desencadearam-se entre 1914 e 1918, quando ocorreu a Primeira Guerra Mundial.

Na época, dentro do campo da Medicina, se encontrava associado à disciplina denominada Higiene Alimentar uma área de estudo que surgiu nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, por volta da segunda metade do século XIX (Vasconcelos, 2001A; Vasconcelos 2002; Vasconcelos e Filho, 2011). No entanto, segundo Vasconcelos (2001b; 2002), há pesquisas anteriores a respeito de doenças carenciais relacionadas à alimentação e de hábitos alimentares da população brasileira, tais como aqueles desenvolvidos pelos médicos Gama Lobo sobre “a vitaminose A” e Nina Rodrigues sobre o consumo de farinha de mandioca.

No Brasil, a partir da década de 1930, no Governo Vargas, esse campo, seja como ciência, política social e/ou profissão, teve sua emergência como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamado Estado Nacional Populista, contexto histórico que delimitou a implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial.

Em 1939, o primeiro curso de Nutrição no país, ainda no período do governo de Getúlio Vargas, na Universidade de São Paulo, deu-se por iniciativa do médico Geraldo de Paulo Souza, no Instituto de Higiene de São Paulo (Vasconcelos, 2001b; Vasconcelos, 2002). O dietista, como era chamado o nutricionista, aparece num momento de busca da legitimação social do governo Vargas. A formação do nutricionista, assim, confunde-se com a formação de profissionais para o mercado de trabalho no campo da saúde, constituindo uma etapa da formação do mercado capitalista de um modo geral. A capitalização do setor saúde definiu a necessidade da especialização na formação profissional.

Os atores envolvidos no processo de constituição desse campo eram de duas correntes distintas do saber médico. De um lado, encontravam-se os cientistas adeptos da perspectiva biológica, preocupados essencialmente com aspectos clínicos e fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes, influenciados pelas concepções das escolas de Nutrição e Dietética norte-americanas e de centros europeus; do outro lado, encontravam-se os médicos adeptos da perspectiva social, onde se situava Josué de Castro, cuja atuação era voltada para o coletivo, a população, a sociedade, a economia e a disponibilidade de alimentos, influenciados pelas concepções de Pedro Escudero, médico argentino pioneiro da Nutrição na América Latina.

Assim, as preocupações de cientistas ao longo desses anos⁷ na busca por soluções para

⁷ Ver cientistas listados no artigo de Vasconcelos, 2001.

a problemática da fome e da desigualdade social no conjunto de transformações econômico-político-sociais na década de trinta, marcou, segundo Vasconcelos (2001), a emergência de um campo acadêmico-científico da Nutrição. Datam de meados do século XIX iniciativas em direção à formação de agentes institucionais voltados para a problemática alimentar no Brasil. Numa vertente social de consolidação desse campo, a partir dos anos 40 foi desenvolvida a especialização-matriz de ações de caráter coletivo, visando uma distribuição de alimentos adequados e acessíveis à população (Coimbra et al., 1982; L'Abbate, 1982; Ypiranga e Gil, 1989; Vasconcelos, 1999). Nesse sentido, os primeiros cursos de graduação foram no Instituto de Higiene de São Paulo (1939), atual curso de graduação de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, precursores do que hoje vamos investigar sobre o saudável na publicidade. No Rio de Janeiro, cursos técnicos do Serviço Central de Alimentação e Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) deram origem ao curso de nutricionistas do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), atual curso de Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO). Em seguida o curso de Nutricionistas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, atual curso de graduação em Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e em 1948, o curso de dietistas fundado pelo pernambucano Josué de Castro, hoje Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que leva seu nome. Assim, seguiu na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1950 e na Universidade Federal de Pernambuco, em 1957 (Coelho, 1983; Bosi, 1988).

Estas vertentes simultaneamente contribuíram para o estabelecimento dos pontos de tensão sobre a competência do profissional desse campo, sobre a qual Josué de Castro buscava defender como estratégico no complexo interdisciplinar de combate à fome, que se formava no país (Vasconcelos, 1999; Vasconcelos, 2001b; Vasconcelos 2002; Vasconcelos e filho, 2011).

1.2 Antecedentes biográficos do autor

Nascido no dia 05 de setembro de 1908, em Recife - PE, Josué Apolônio de Castro, ou simplesmente Josué de Castro, teve sua vida marcada pelas grandes crises socioeconômicas no Nordeste, devido às trágicas secas que martirizavam o sertão no final do século XIX, e também pela crise do ciclo da cana-de-açúcar na Zona da Mata. Filho de Manuel Apolônio de Castro, cuja família era procedente de Cabaceiras, na Paraíba, e migrou para Pernambuco, durante a grande seca de 1877, e Josepha Carneiro de Castro, oriunda da região da zona da mata pernambucana (Menezes, 2004), Josué pôde confrontar, desde cedo, diferentes

realidades socioculturais de seu tempo.

Josué de Castro era médico de formação e um grande estudioso das ciências sociais e humanas, transitando em várias áreas do conhecimento. Partindo de um olhar universal sobre a problemática da fome, que fora seu objeto de estudo, destacou-se pela luta contra a mesma e denunciou-a como flagelo da humanidade determinado por forças sociais, econômicas e políticas, sendo particularmente influenciado pela Nutrologia do argentino Pedro Escudero e pela chamada Nova Geografia de Vidal de La Blache (Vasconcelos, 2001).

Sob a influência de Pedro Escudero, incorporando uma perspectiva social da ciência da Nutrição da época, realizou em 1932, por sua capacitação na Universidade de Buenos Aires, a pesquisa *As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife*. A investigação se baseou em orçamento e padrão de consumo alimentar, aplicando metodologia de cunho epidemiológico com quinhentas famílias de três bairros operários dessa cidade. Os resultados desse trabalho, considerado o primeiro inquérito dietético-nutricional do Brasil, tiveram ampla divulgação nacional, provocando a realização de novos estudos similares. Esses estudos foram a base para regulamentação da lei do salário-mínimo e da formulação da chamada ração essencial mínima, estabelecida por intermédio do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938 (Vasconcelos, 2001).

Sua biografia é marcada por diversos trabalhos e autores que tratam de como a fome foi despertada na vida e obra de Josué. Segundo Alain Tobelem, em *Josué de Castro e a descoberta da fome*, lançado um ano após a morte de Castro, “Josué de Castro [...], desde a infância, assumiu o partido dos que têm fome, [...] sentiu o ambiente de sua infância como um estímulo a partir do qual conhece a revolta” (Tobelem, 1974, p.33). Segundo André Mayer, no prefácio da 6ª edição da obra *Geografia da Fome*, editada em 1959, poucos teriam tanta autoridade para quebrar o silêncio e debater a questão da fome, valendo-se o autor de um compilado de experiências espalhadas por todo globo, citando outros autores em uma espécie de mapeamento. A autora Tânia Elias Magno da Silva, em sua tese de doutorado intitulada *Josué de Castro: para uma poética da fome*, em 1998, analisa o acervo pessoal de Josué de Castro e sua vida desde a infância e, posteriormente, produz uma publicação em que relata suas palavras: “Descobri por suas próprias palavras que muito cedo, ainda menino, as imagens da fome haviam moldado os quadros que se fixaram em sua memória como um encantamento e geraram um estranho fascínio por estas imagens” (Silva, 2012, p.30). De acordo com esses autores e outros, a fome teria surgido como tema para Josué em sua infância, o que delineou as suas pesquisas e carreira, ou seja, a fome foi despertada para Josué a partir de sua edição de mundo.

Josué de Castro teve importante papel no fortalecimento da ciência da Nutrição e da construção da profissão de nutricionista no país. Em sua carreira como professor, destacou-se sua atuação em universidades nacionais no Recife e na capital Rio de Janeiro. Em 1946, foi criado, com sua forte contribuição, o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, no qual Josué sagrou-se como primeiro diretor. Em 1948, teve início o Curso de Dietistas, atual Curso de Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o terceiro do gênero no estado do Rio de Janeiro e o quarto em nível nacional (Santiago et al., 2021). Consagrou-se como cientista e humanista no campo da saúde, referência para a categoria profissional dos nutricionistas (Vasconcelos, 2001).

Contribuiu para a criação de entidades científicas no campo da Nutrição. Em 1940, foi criada a Sociedade Brasileira de Nutrição (SBN), entidade de caráter técnico-científico e cultural que passaria a defender os interesses dos profissionais do setor na medicina, dos médicos nutrólogos, setor especializado em nutrição do curso de medicina. Em 1944, deu-se a criação dos Arquivos Brasileiros de Nutrição, a primeira revista científica brasileira nessa área do conhecimento, da qual Josué foi o 1º editor chefe e, em 31 de agosto de 1949, foi criada a Associação Brasileira de Nutrição, a ABN, primeira entidade brasileira criada com o intuito de representar e defender os interesses dos nutricionistas, à época, denominados dietistas (Vasconcelos, 2001).

Os estudos de Josué contribuíram para a criação de políticas públicas no campo da Alimentação e Nutrição que perduram até os dias atuais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Alimentação do Trabalhador, a educação alimentar e nutricional, a reforma agrária, o salário-mínimo, os restaurantes populares, assim como a criação das primeiras instituições públicas nesse campo do conhecimento no país (Graziano et al., 2023).

Josué investigou fatores socioculturais e socioeconômicos associados a condições estruturais desfavoráveis, que, marcadas por uma natureza geográfica, ainda convencional da época, reduziam as possibilidades de aproveitamento racional da produção de alimentos. Nessa perspectiva, atuou não somente como professor e médico, mas, também, como parlamentar e como representante diplomático do Brasil em organismos internacionais. Foi eleito duas vezes para deputado federal por Pernambuco e exerceu, por dois mandatos, o cargo de diretor executivo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO/ONU.

Em 1957, fundou, com o apoio de outros intelectuais, a Associação de Luta Mundial contra a fome (ASCOFAM) (Melo, 2007). Por sua militância contra a fome, convicto de que

já havia conhecimento técnico à disposição para erradicar o que considerava um flagelo da humanidade, recebeu várias condecorações e títulos honoríficos nacionais e internacionais. Em 1954, foi agraciado com o prêmio internacional da paz. Consta no site do Prêmio Nobel da Paz que Josué teria sido indicado oito vezes entre 1953 e 1970, embora na literatura conste apenas as indicações dos anos 1963 e 1970⁸. Em 1964, quando em atividade diplomática no exterior, perdeu seus direitos políticos, pelo Ato Institucional 1 (AI-1), ainda nos primeiros dias do regime civil-militar que se abateu sobre o país em 1964. Escolheu a França como local de moradia e foi convidado pelo governo francês para lecionar no Campus VIII da Universidade de Paris. Permaneceu atuante na luta contra a fome até seu falecimento em 24 de setembro de 1973. Morreu de infarto agudo do miocárdio sem reaver seu passaporte para voltar ao país como cidadão comum. Com muita resistência do regime para que seus restos mortais retornassem ao território nacional, por meio de negociações de amigos influentes, seu corpo foi trazido de volta à pátria que tanto amava e foi sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, cidade onde estabeleceu residência em meados dos anos 1930, período a partir do qual floresceu sua profícua vida acadêmica como cientista político.

1.3 O pensamento e a obra de Josué

O pensamento de Josué se situa na interface de um homem de laboratório, geógrafo, historiador e pesquisador. Sua perspectiva era a de um inventário da situação da população em estudo aprofundado de elementos geográficos e ecológicos de algumas populações, com visão ampliada sobre o tema da fome. Sua análise crítica em prol de uma mudança radical da atitude universal diante do problema da fome situa os problemas de cada região por ele demarcada, no contexto sociopolítico da época.

A conjugação de teorias por ele citadas se organiza em duas inovações principais que superam a máxima que afirma que a produção de alimentos, *per se*, é a causa da fome no mundo. Sua crítica, primeiramente, se direciona a um desenvolvimentismo selvagem, com produção agrícola devastadora em larga escala que, com o acirramento da concentração de renda e uma urbanização desordenada, produz fome. Por sua abordagem ecológica e sistêmica de interrelações variadas no território, hoje, poderíamos entender essa ecologia como uma ciência complexa sobre o ambiente por ele analisado, porque os espaços físicos das regiões foram associados às demandas que se concretizavam junto a estratégias dirigidas para os

⁸ Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nomination/archive/show_people.php?id=1660>. Acesso em: 01 jun. 2024.

problemas climáticos e de sustentabilidade, com efeitos sobre a alimentação.

Na obra *7 Palmos de Terra e 1 Caixão*, Josué retrata os três primeiros séculos de colonização no Brasil, descrevendo as principais atividades econômicas do Brasil colônia, os prolongados períodos de seca no sertão nordestino e os impactos desses cenários sobre o meio ambiente. Essa preocupação do autor com a sustentabilidade ambiental revela Josué como um ambientalista. “Nesse fundo cinzento do sofrimento da terra – da terra traída pelo clima, ofendida pela seca, degradada ao extremo pela exploração colonial – se destaca gritante a permanência invariável do sofrimento do homem” (Castro, 1967, p.40). Josué defendia a reforma agrária, não de forma simplista na redistribuição de terras, mas de forma efetiva como descreve em *Geografia da Fome*: “Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais.” Josué sugere que seja feito através de um “estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e, principalmente, mais bem distribuído em benefício de toda a coletividade rural” (CASTRO, 1965, p.285).

A construção de sua perspectiva de geografia, que, numa perspectiva humanizada, vincula problemas sociopolíticos, econômicos e culturais próprios de cada região no combate à fome, foi além do alimento em si. A produção de alimentos seria o resultado de uma complexa problemática que orienta um conjunto articulado de questões sociológicas sobre o comer (Almeida; Pinto, 2003).

Sua abordagem ecológica ampliou a zona de visibilidade, antes restrita à área da Nutrição. No problema de investigação da fome, para o qual se buscam respostas, envolveu outras abordagens, incorporando uma interdisciplinaridade que ultrapassava o campo da saúde e da produção de alimentos. Conforme apresentado anteriormente em sua biografia, seguiu a experiência de um pensador médico clínico que transitava no espaço da ciência, cultura e da política, pois “[...] se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência [...]” (Bondia, 2002).

Em sua pesquisa *As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife*, Josué denunciava, com sua visão holística, as agruras do colonialismo, fruto da herança feudal do sistema econômico colonial, que contribuíram para o estabelecimento das desigualdades entre uma pequena casta de proprietários rurais que detêm a terra e a grande massa de desprovidos, como descrito por Alberto Guimarães em 1968: “A desigualdade na distribuição não iria, como nunca foi, ao ponto de extremar, de um lado, imensos senhorios e, de outro lado,

pequenos lotes, concedidos a pessoas de pequenos recursos, a homens do povo. Não chegaria a distribuição das sesmarias, por mais desigual e injusta que fosse, a se afastar dos limites da classe dos senhores (Guimarães, 1968, p.53).

A preocupação de Josué com o meio ambiente é uma marca que aparece em diversas obras. Verifica-se, mais expressivamente na obra *Geografia da Fome*, a relação que ele estabelece entre a pobreza e o meio ambiente, sendo reconhecido como um dos primeiros autores a relacionar o homem com o meio ambiente no Brasil, na perspectiva do campo da Nutrição. A reforma agrária, pela qual Josué de Castro em *Geografia da Fome* já clamava, demonstrando a importância de se trabalhar esse tema para alcançar o desenvolvimento econômico e social do país, remete o autor à atualidade e aponta uma reforma capaz de trazer o desenvolvimento econômico em conjunto com o ambiental. Josué questiona o “quanto pode custar ao bem-estar dos brasileiros este grave marginalismo da nossa economia agrária” e também aponta a reforma agrária como uma necessidade histórica na transformação social que se atravessava. Sinalizava tal necessidade como um imperativo nacional. (Castro, 1965).

Na perspectiva sanitária de saúde coletiva, o ambiente é fruto de inter-relações globalizadas que habitam um microcosmo nas obras de Josué de Castro. A releitura das obras de Josué resgata do passado recentes propostas para um mundo sem miséria, com justiça social e ecologicamente equilibrado, de modo que nos amplia a análise do estado atual e contribui em projetos futuros. É necessário, com isso, pensar as idas e vindas de modos de ver a fome em que ela assume caras e modos diferentes a depender da abordagem, mas se mantém sofrida, na prática, para a nossa população.

No documentário *Josué de Castro, cidadão do mundo*, o economista Ignacy Sachs cita a importância da metodologia de mapeamento realizada na obra *Geografia da Fome*, por ser uma ferramenta de análise crítica localizada, identificando os focos da problemática da fome. De acordo com Sachs, “As médias estatísticas encobrem a verdade; só através do mapa é que a gente sabe onde estão as vítimas de uma situação, onde estão as concentrações” (Tendler, 1994). Josué distinguiu diferentes formas de fome e subnutrição crônica e analisou os problemas da fome no contexto ecológico da cultura local das regiões por ele identificadas.

Conhecido também como Josué da fome, desenvolveu uma ciência humanizada e politizada, como é possível identificar no trecho da obra *Geopolítica da Fome* em que aponta que temos que lutar contra a apatia humana. Josué fala da necessidade da sensibilidade para as questões sociais da população e argumenta que o papel do pesquisador é estudar o fenômeno em seu *habitat* natural, identificando, com clareza, as questões que lhe são pertinentes, o que, neste estudo, equivaleria a comparar seu olhar sobre a natureza regional com olhares sobre

singularidades dos ambientes socioculturais contemporâneos.

O olhar para pequenas coisas do cotidiano compunha um estilo sensível articulando sua teoria social à cultura regional. Os tipos de alimentos e regionalismos da alimentação são objeto de interesse de Josué, que descreveu em suas obras a forma como o povo nordestino utilizava os recursos alimentares disponíveis, mesmo que estes representassem espécies vegetais não tradicionalmente comestíveis, mas que saciavam a fome em tempos de privação alimentar durante as grandes estiagens na zona sertaneja, como descrito em *7 Palmos de Terra e 1 Caixão* (Castro, 1967) e, na sua obra analisada, *Geografia da Fome*, em que um dos trechos descreve “ficando o sertanejo reduzido aos recursos das ‘iguarias bárbaras’ e das ‘comidas brabas’”(Castro, 1965, p.201).

Algumas das plantas nominadas por Josué como comidas brabas têm suas análogas nas PANC, que, na atualidade, ganham um toque de modernidade e até mesmo de glamour na busca por novas alternativas alimentares. As plantas ou partes de vegetais que são passíveis de consumo humano, apesar de não fazerem parte do hábito alimentar em algumas regiões, estão descritas em sua obra.

Para alguns estudiosos no assunto, algumas dessas plantas comestíveis não convencionais (PANC) se tornaram alternativas aos vegetais tradicionalmente utilizados em nossa culinária, como opções para proporcionar variedade na alimentação e aproveitamento de novos recursos alimentares de fácil acesso. Elas necessitam de menor cuidado e manejo do solo por já estarem adaptadas ao ambiente. Desconhecidas pela maioria das pessoas, pelo risco de toxicidade de espécies de ocorrência espontânea na natureza, muitas PANCs são comparadas às plantas selvagens que Josué relatava em seus livros, consumidas pelos sertanejos nos períodos críticos de seca no nordeste brasileiro, como alternativas para escapar da fome.

Fazem parte dessa dieta forçada dos flagelados pela seca inúmeras substâncias bem pouco propícias à alimentação, das quais os habitantes de outras zonas do país nunca ouviram dizer que fossem alimentos. Substâncias de sabor estranho, algumas tóxicas, outras irritantes, poucas possuindo qualidades e outras, além de enganar por mais algumas horas a fome devoradora, enchendo o saco do estômago com um pouco de celulose. (Castro, 1965, p. 201).

O regionalismo alimentar pode ser identificado, também, no romance *Homens e Caranguejos*, em que se percebe a dieta restrita ao crustáceo que o autor relata em o *Ciclo do Caranguejo*, em que assemelha o homem ao caranguejo por viver predominantemente dele: “Povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos, obtendo do caranguejo seu alimento e sustento” (Castro, 2001, p.10).

O pensamento de Josué se alinha com o de Milton Santos. Sua visão sobre a geografia dos espaços se atualizou em um contínuo devir aberto para variados aspectos socioculturais e políticos, em que “O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (Santos, 1996, p. 1). *A Geopolítica da fome*, certamente, não cabe mais em uma geografia universal de trajetória única de produção da miséria e da fome, já que essa seria uma forma de recusar-se a uma multiplicidade de “fomes”, apesar do ambiente revelar a interação de seus agentes na cultura local.

A teorização de Castro revisitada hoje é como uma mediação da singularidade da vida de cada pessoa com seu prato na frente, com a universalidade do mundo internacionalizado em *commodities*. Hoje, no mundo contemporâneo de cultura digital, queremos confrontar esse mundo duplicado em diversas realidades algoritmizadas com um mapeamento de Castro sobre uma sociedade brasileira da década de 50, o que, nessa leitura da fome, equivaleria a pensar a dor no fundo do estômago de uns com a tecitura social de outros, que, se observados de longe, somem do mapa. Em sertões nordestinos, Castro conecta subjetividades de ecologia humana e cultura e diz: “É nessas horas [de fome] que o sertanejo se torna um caçador insuperável, pressentindo no movimento leve de uma folha ou na queda quase imperceptível de um torrão de barro a vibração assustada do nambu, que se oculta numa touceira de macambira, ou do preá faminto acoitados nos serrotes. É também nesta hora que ele se faz muitas vezes cangaceiro.” (p.231-232).

Não há um ser humano com fome, seja qual nacionalidade for, que consiga compor uma sociedade saudável, ele será inexoravelmente excluído. Nessa abordagem de geografia humana,

[...] imagine por um instante que você está num satélite bem longínquo e para além de todos os outros existentes; você pode ver o “planeta terra” à distância e, de modo raro para alguém com intenções pacifistas, está equipado com o tipo de tecnologia que lhe permite ver a cor dos olhos das pessoas e os números de suas placas de carro. Você pode ver todo o movimento e sintonizar toda comunicação que ocorra [...] uma parte disso é gente em movimento, outro comércio físico, outra transmissão por meios de comunicação. Há fax, e-mails, redes de distribuidoras de filmes, fluxos e transações financeiras. Aproxime o olhar e encontrará navios, trens e, em algum lugar da Ásia, uma maria fumaça subindo com dificuldades as colinas. Aproxime ainda mais o olhar e verá caminhões, carros, ônibus, e um pouco mais próximo, em alguma parte da África, há uma mulher caminhando descalça que continua a gastar horas por dia para buscar água (MASSEY, 2005, p. 179)

Compreender o pensamento de Josué no contexto histórico em que foram escritas suas obras elucidada a mensagem que ele queria transmitir indo ao encontro de seu perfil militante e mobilizador. Resumidamente, como base de sua teoria social, poderíamos priorizar três pontos fundamentais estruturantes na sua abordagem ecológica sobre o território: 1)

formação de profissionais para combate à fome; 2) conhecimento científico interdisciplinar com diagnósticos precisos sobre a população e o ambiente em foco e 3) articulação política entre as nações do mundo para acordos, pois o problema da fome é mundial. Segundo ele, a interpretação da saúde das populações está vinculada a aspectos sociais de sua trajetória histórica, “E são exatamente as expressões dessas variadas formas de adaptação que são relevo à fisionomia cultural de uma nação. É por isso que julgamos ser este volume, até certo ponto, uma tentativa de interpretação biológica de determinados aspectos da formação e da evolução histórico-sociais brasileiras.” (Castro, 1965, p.21).

1.4 Justificativa da pesquisa

A compreensão do problema específico da fome e da IA requer estudo *stricto sensu* de grande investimento numa perspectiva de inclusão sociocultural na Nutrição. A trajetória histórica documentada por autores clássicos do campo da Alimentação e Nutrição é o que nos motiva nesse mergulho de rigor em metodologia científica de cunho qualitativo. Para conhecer mais sobre o passado e entender os modos como a fome no mundo globalizado se mantém e se perpetua como uma condição por muitos considerada natural, é preciso ampliar as abordagens disciplinares. Invisibilizada em suas condições estruturantes, as carências e limitações estariam discordantes de um status de país em desenvolvimento.

A geografia base desse estudo não se limita mais ao espaço físico e incorpora identidades espaciais, fruto de negociações inter-relacionais da cultura local com sua forma de viver e de interpretar-se. Segundo Massey (2010), essa é uma geografia cujo reconhecimento espacial é processo contínuo da construção das relações sociais no território, há uma fluidez de significação nas negociações *in loco* que contrasta com características compreendidas como definitivas dos espaços. Ainda que as fronteiras de entendimento sobre concepções de geografia hoje estejam expandidas, convivemos com a mesma precariedade assimétrica entre os ambientes socioculturais ao longo do Brasil, que nos prende a crises econômicas e sanitárias intermináveis e à angústia de que esse fato esteja sendo invisibilizado, do mesmo modo como denunciava Josué de Castro.

Segundo Claval, a economia e a estatística têm limitações para explicar transformações em curso. Para ele, “[...] a modernização fez-se tão rapidamente no decorrer dos últimos trinta anos que as readaptações psicológicas exigidas ainda não aconteceram. Os problemas culturais nunca ocuparam tanto espaço nas inquietações do homem” (Claval, 2014, p. 67). As trajetórias entrecruzadas de nossa história que estruturam um sistema perverso de produção de desigualdade social é o problema central. Junto às negociações de agentes e

instituições sociais que limitam o acesso e disponibilidade alimentar em seu ciclo contínuo de produção de fome na população brasileira, nos cabe aprofundar objetos de pesquisa que nos são caros, como a fome.

As obras publicadas por Josué de Castro, em particular o livro *Geografia da Fome*, revelam estudos sobre a fome nos seus aspectos ambientais, que retratam o sistema alimentar de produção, acesso e disponibilidade de alimentos, considerando tanto as condições do planeta, como as condições de trabalho do indivíduo, refletidas no seu acesso a uma alimentação insuficiente e inadequada para a manutenção da vida. Elas registram na história brasileira, por exemplo, a expulsão de nordestinos devido às condições locais precárias de alimentação e trabalho, onde o ambiente e o sistema alimentar segregam parte da população, forçando uma migração para a cidade de São Paulo para escapar da miséria, à procura de uma vida digna.

Nossa hipótese é que as obras de Josué são fontes de conhecimento e de transformação social, apesar de existirem há mais de sete décadas. A releitura de seus escritos ressignifica a fome hoje no campo da Alimentação e Nutrição e promove interpretação das condições de vida da nossa população situadas no tempo. A compreensão de um mal antigo, um fenômeno não natural, porque produzido pelo homem em suas formas de organização social e política, constitui uma argumentação, que, de modo articulado com pares da época, registra marcos na história do combate à fome.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar mudanças e continuidades nas condições socioambientais e políticas que produzem insegurança alimentar na atualidade do campo da Alimentação e Nutrição, a partir da obra *Geografia da Fome*.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar questões sociais, políticas e culturais geradoras de fome articuladas à produção agroalimentar regional do Brasil, na obra de Josué de Castro;
- Analisar questões ecológicas e culturais de produção de alimentos e condições de vida relacionadas à insegurança alimentar atualmente no campo da Alimentação e Nutrição.

3 MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com o objetivo proposto neste estudo, optou-se por metodologia de cunho qualitativo, em uma abordagem com análise documental, considerando um olhar de pesquisador absorvido de contemporaneidade, dirigido para o contexto de época da obra. A problemática geopolítica da fome da década de 50 integra uma trajetória sócio-histórica de mudanças e continuidades em conexão com a situação atual de insegurança alimentar. A perspectiva de análise documental está ancorada em conhecimento e percepção de elementos atualizados em práticas sociais e políticas, “As ciências são, em cada momento, um conjunto de resultados. Mas o caminho que a tais produtos vai conduzindo, que lhes acrescenta novos elementos ou que os contesta, tem de ser concebido como uma prática social, específica e ativa.” (Silva; Madureira, 2003, p.62).

Assim, olhar hoje uma obra do início do século passado não é se desligar do presente, mas trazer um pouco do passado para dentro do contexto em que vivemos hoje. O que nos orienta o caminho da pesquisa é o conhecimento do que estamos repetindo, que não nos serve mais, e como a adesão e as rupturas vêm se realizando no problema da fome. Uma metodologia que permite acrescentar a dimensão do tempo, pois “A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (Cellard, 2008). Questionar a atualidade de mentalidades e estratégias de combate à fome só faz sentido se temos claro a potência desse conhecimento para transformações sociais profundas, pois, segundo Goldberg (2002, p.14), é “o que determina como trabalhar o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”.

A metodologia de análise documental responde principalmente à análise e identificação de questões sociais e políticas que têm em si englobado uma articulação entre fome e ecologia humana, sua perspectiva de interação da população com seu ambiente. Uma ecologia que traz à tona as condições socioambientais e políticas que produzem Insegurança Alimentar até que se esgotem as questões que se deseja correlacionar. Buscamos identificar informações de fenômenos na obra no intuito de correlacionar a hipótese de atualidade da obra do autor com proposições e modelos socioambientais e agroalimentares regionais na trajetória história de debates atuais.

O cruzamento e confronto das fontes é uma operação indispensável, para o que a leitura hermenêutica da documentação se constitui em operação importante do processo de investigação, já que nos possibilita uma leitura não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas uma compreensão real, contextualizada pelo cruzamento entre fontes que se complementam, em termos explicativos (Corsetti, 2006, p.36).

A pergunta norteadora tem como foco uma comparação entre o pensar sobre a desigualdade social no Brasil, em momentos diferentes, no que tange a um sistema produtor de acesso e disponibilidade de alimentos e envolve iniciativas de modelos agroalimentares regionais que sejam alternativas minimamente equânimes no universo da Alimentação e Nutrição.

As questões relacionadas à produção em larga escala, hoje muito conectada com um desenvolvimento econômico que não contempla todos, está amparada por autores do universo acadêmico-científico do campo da Alimentação e Nutrição.

Segundo Torracco (2005) e Whittemore e Knafl (2005), esse é um tipo de discussão de cunho científico que permite uma conjugação com outras metodologias e, nesse sentido, poderá articular as prioridades das questões socioambientais de Insegurança Alimentar que se desejam evidenciar na literatura como marcos de um cotidiano complexo de combinação de elementos próprios do campo da Alimentação e Nutrição. Considerando que a discussão dos resultados se desenvolve de modo síncrono, com análise documental, orientada pela pergunta norteadora: quais seriam as questões socioambientais de IA prioritárias no campo da Alimentação e Nutrição hoje que retomam nosso passado? Certamente haverá convergência de questões associadas à pandemia de COVID-19, que será posicionada no desenho de estudo como mais uma crise, dentre outras, nessa trajetória. A coleta e tratamento de dados serão incorporados à discussão concomitantemente de modo a estabelecer conexões e fluência no texto, no que se quer compreender, mudanças e continuidades.

Recorremos à solidez do pensamento de Bourdieu para ousar um pouco em nossa metodologia. Partindo do campo da Alimentação e Nutrição, cuja trajetória não coincide com o das ciências sociais, portanto ciente que há um empréstimo para uma leitura nossa que é pouca e objetivada em um *habitus* prescritor, optamos por usar a obra *Geografia da Fome* menos rigidamente. Primeiro por usá-la como documento de análise documental e como referência bibliográfica em citações, quando consideramos pertinente. Segundo, por fazer a discussão de modo articulado aos trechos coletados da obra documento para análise, as categorias de análise. Pretendemos dessa forma nos mantermos firmes ao propósito de compreensão e disseminação do conhecimento estruturado e estruturante de nosso campo científico de modo um pouco mais flexível sem perder o rigor da metodologia científica, visto que segundo Bourdieu [...]. a liberdade extrema que eu prego e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego.” (Bourdieu,

1989, p. 26).

O filtro para conexão com obras inseridas na discussão busca clarear um certo silenciamento e exclusão de parte da história de Josué hoje, considerando o campo da Alimentação e Nutrição. O desenvolvimento econômico de grandes produções agrícolas e de alimentos ultraprocessados atualmente “esconde” suas limitações de sustentabilidade, floreando um ponto de vista desenvolvimentista para o país como único e melhor, ainda que seus argumentos sejam truncados como o próprio ornitorrinco de Chico Oliveira (Oliveira, 2003). É a impressão de que, se a sorte das “partes privilegiadas” pode ser livremente ampliada a toda a população sem intervenção de um Estado, a Insegurança Alimentar é a evidência da falência desse modelo voraz de produção agrícola em larga escala e de um desenvolvimento segregado, se é que podemos falar assim.

3.1 Análise documental

A utilização da análise documental permitiu a observação do fenômeno da fome de forma longitudinal, considerando que a obra *Geografia da Fome* é uma fonte confiável, prova histórica e científica, sem interferência da memória humana, por ser um testemunho do autor isento de comentaristas atuais ou quaisquer transformações no texto original, “O documento permite a dimensão do tempo e a compreensão do social” (Cellard, 2008).

A metodologia de análise documental se distancia de técnicas qualitativas de caráter participativo, com interferência do pesquisador na construção dos dados no campo. Para nosso objetivo, essa estratégia deve se ocupar do material analisado em si mesmo, segundo seus referenciais de contexto de construção do documento. De acordo com Cellard (2008, p.295), “trata-se de um método de coleta de dados que elimina, pelo menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador”, de forma a se tornar uma fonte confiável de registros históricos. Nessa metodologia podem ser encaixadas diversas categorias, dentre elas, os documentos públicos, privados e pessoais.

Ao realizar a análise documental, é importante considerar a época e o contexto histórico em que ela foi produzida, ler nas entrelinhas e analisar a mensagem passada à luz da conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou sua produção. “O exame no contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial em todas as etapas de uma análise documental” (CELLARD, 2008, p.299).

O estudo documental é normalmente de natureza exploratória. Considerando a

natureza do estudo, procura-se encadear obras clássicas do autor na intenção de refletir o pensamento de um período do início do século XX, por meio da exploração dos textos produzidos pelo autor. Josué de Castro marca, historicamente, a construção do campo de conhecimento com sua luta, que inaugura a Nutrição como campo de formação profissional e sela com sua literatura a cultura local que motivou, e ainda motiva, o movimento de discussão sobre a fome associada à nutrição.

Sobre a seleção da obra para análise documental, foi escolhido o livro *Geografia da Fome* por ser uma das obras mais disseminadas de Josué de Castro no campo da Alimentação e Nutrição. O conteúdo circunscreve uma amplitude na discussão ambiental, em seus diversos aspectos econômicos, sociais e políticos, e a interferência direta na produção e manutenção da fome, retratada de forma detalhada e aprofundada em suas características regionais.

As categorias da análise documental foram construídas de modo coerentemente integrados, orientadas pelos aspectos globais do livro. Os critérios utilizados no processo de divisão do material foram plausibilidade, representatividade e relevância. O conteúdo foi exclusivo de cada uma, embora articulados entre si para refletir os objetivos da pesquisa. Cada categoria aprofundou o conteúdo sob diversos ângulos da literatura consultada como referência de atualização, o que gerou um subtítulo na discussão de cada categoria. O quadro abaixo, de identificação das categorias, apresenta o panorama do conjunto sistematizado de resultados da ordenação metodológica da análise documental. A numeração da coluna de discussão refere-se aos subitens do capítulo 4, onde serão desenvolvidos tais temas.

Quadro 1 – Identificação das categorias analíticas

Categorias	Discussão
Relação de abastecimento local de alimentos nas regiões com aspectos sociológicos	4.1 A fome é a expressão biológica de males sociológicos
Exploração campesina: latifúndios e monocultura açucareira	4.2 O que falta é vontade política para mobilizar recursos a favor dos que têm fome

Desproteção do mercado interno de alimentos e acirramento de ‘commodities’	4.3 O "progresso social" não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística.
Concentração de renda, industrialização e imigração urbana	4.4 Existem 2/3 de pessoas que não dormem porque sentem fome, e 1/3 de pessoas que não dormem por medo dos que sentem fome.
Cultura alimentar regional	4.5 Frutas que, longe de serem nocivas, seriam um verdadeiro antídoto contra o excesso de feculentos

Fonte: A autora, 2024.

3.2 Contexto preliminar da Geografia da Fome

A edição analisada foi publicada em 1965, 6ª edição, dezenove anos após a primeira edição da obra. O estudo sistematizado sobre a fome por Josué de Castro, iniciado desde então, completa cinquenta e nove anos até os dias de hoje e representa um marco histórico no processo de construção do direito à alimentação no Brasil. O livro é decorrente de sua trajetória com estudos em saúde sobre a fome como fenômeno social. Em 1932, publicou inquérito sobre as condições de vida da classe operária do Recife, no qual apresenta dados epidemiológicos da dimensão do problema.

Sua iniciativa está inserida em movimento mundial de luta por direitos humanos posto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, em Paris. No Brasil, houve um período de redemocratização nesse momento, mas que, em seguida, nas décadas de 60 e 70, foi atravessado por regimes autoritários que censuravam ou eliminavam vozes discordantes do modelo neoliberal da América do Norte, imposto a vários países na América Latina. No panorama de época, 1964 a 1985, o Brasil foi “terreno de disputas” entre os blocos oriental e ocidental para ampliar fronteiras de dominação. O Golpe Militar (1964) no governo João Goulart, iniciado em 1961, impôs sanções a críticas e incentivos ao consumo de alimentos de modo velado, em um jogo de forças assimétrico imposto pelos Estados Unidos da América (EUA) (Schwartz, 1978). Financiamentos e ajudas econômicas americanas promoveram e garantiram o avanço de pautas progressistas de interesses conservadores dos

EUA, embaladas pelo estilo *American Way of Life* (AWL).

O livro *Geografia da Fome* foi uma produção discordante do governo da época, que reforçava a cultura de um milagre brasileiro nos moldes de um nacionalismo exacerbado, silenciando todos os processos intelectuais e críticos de época. A homogeneidade cultural usada para acelerar o desenvolvimento econômico da época lançava um olhar sonhador para o “Brasil do futuro”. Segundo Schwarz (1978), seria como “[...]um truque de linguagem; de uma fórmula para visão sofisticada, ao alcance de muitos” (p.76).

Nos termos de Trindade (2012), podemos considerar uma representação do Brasil na publicidade,

[...] com aspirações de desenvolvimento, de “ordem e progresso”, de um país com uma missão civilizadora que concilia suas tradições, sua subjetividade, seu multiculturalismo com a sua modernidade, criando um mito do Brasil para os brasileiros e para o mundo, que nos faz acreditar que o Brasil ainda é o país do futuro [...] (2012, p.176).

Nesse clima de euforia, falar sobre as condições graves de insegurança alimentar da população contradizia uma ilusão e era considerado perigoso pelas regras da censura, porque se alinhava a vozes da esquerda. A responsabilidade do governo e de parte da população no ocultamento de decisões em prol da larga escala de produção/consumo de alimentos ficou apartada dos meios de comunicação e informação.

A censura da época ocultou a responsabilidade do Estado em relação a agendas importantes no combate à fome. O discurso nacionalista cínico do Estado estava comprometido com a expansão do capitalismo, mesclava um capitalismo dominador e selvagem com um discurso nacionalista sincero do povo. Para Reis (1999),

[...] uma cultura nacional seria um conjunto de discursos, imagens, símbolos, que atravessam os sentidos com os quais os membros do grupo se identificam. Os membros de uma nação se nutrem desse espírito que os envolve e, quando se distanciam, sofrem, mingam e podem morrer por asfixia cultural (p.14).

Embora os movimentos sociais em prol de uma revolução contra a ditadura fossem intensos clandestinamente, boa parte da população, tanto setores da burguesia e camadas médias quanto a elite empresarial brasileira, era parte atuante de um “brazilian dream” que não tem fome. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) transferia problemas educacionais e cívicos para uma agenda liberal (Costa e Silva, 2018), convergindo interesses de empresários e políticos conservadores. Havia conjurações e alianças feitas com grandes empresas multinacionais, como a Nestlé. As empresas financiavam a Operação Bandeirante (OBAN), criada em 1969 para coordenar ações repressivas das polícias civil e militar⁹.

Os governos militares importaram ideologias para campanhas publicitárias, como

⁹ Consultado em 28 de julho de 2023. <http://memorialdademocracia.com.br/card/terror>.

“Brasil, ame-o ou deixe-o” do governo Nixon “America, Love or leave it”, silenciando e reprimindo alternativas para produção de alimentos que colocassem em risco a ilusão de fartura feliz da produção em larga escala. A alegoria do “ou dá ou desce”¹⁰ se alinhava com “Brasil, país do futuro” na publicidade, extirpando do cenário sonhador o que fosse parte da realidade da fome.

Esse contexto sócio-histórico justifica o silenciamento das questões levantadas por Josué de Castro no combate à fome no Brasil. No entanto, tomou uma dimensão internacional por enfrentar esse “tabu da fome”. Segundo Andrade, do Instituto Joaquim Nabuco, *Geografia da fome* ganhou grande dimensão internacional não só pela seriedade e audácia com que enfrentou o grande tabu, a fome, mas a denúncia que fez da situação em que vivia a maioria da população do país. (De Andrade, 1997).

O livro *Geografia da Fome* afirmava que a fome não era um problema natural, isto é, não dependia nem era resultado dos fatos da natureza; ao contrário, era fruto de ações dos homens, de suas opções, da condução econômica que davam a seus países. Silenciada à época, esta afirmação foi ganhando força ao longo do tempo e tem sido objeto de importantes abordagens por brasileiros e pensadores estrangeiros. Frei Beto, um dos idealizadores do Programa Fome Zero, em entrevista concedida ao jornalista pernambucano Vandek Santiago, autor do livro sobre Josué de Castro *O Gênio Silenciado*, afirmou: “as obras de Josué tiveram o mérito de quebrar o tabu em torno do tema da fome. Provaram que ela não é uma consequência do clima do Nordeste e desmistificaram a falácia de que a fome é castigo de Deus. Ele, Josué, foi o primeiro a mostrar a fome como questão política.” (Castro apud Santiago, 2021).

Ainda sobre a estranheza de se debater pouco sobre o tema, o autor de *Geografia da Fome*, Josué de Castro, observa, em seu prefácio que isso se dá por conta de um “preconceito de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental” (Castro, 1965, p. 10). Para uma cultura baseada na razão, a fome de alimentos e a fome sexual são instintos primários, portanto, rechaçados por esse tipo de civilização. Sobre a questão sexual, somente depois do advento da psicanálise na segunda metade do Sec. XIX, é que esse debate se torna possível com o trabalho do psicanalista Sigmund Freud. Sobre a fome, a Conferência de Alimentação de Hot Springs, em 1943, foi o começo dessa mudança de postura. Ali surgia a FAO, apresentada acima, como recorte do contexto geral do estudo.

¹⁰ “Expressão que indica coerção, constrangimento, a opção do ruim pelo... ruim também. Sua origem é sexual e até aí, qualquer bobo sabe. Ela é do tempo em que eram poucos os carros e quase nenhuma as namoradas que, digamos, facilitavam as coisas”. Consultado em 30 de agosto de 2023.

<https://treinamento24.com/library/lecture/read/476383-o-que-significa-a-expressao-ou-da-ou-desce>.

Surgia também a construção de estratégias citadas pelo autor para combate à fome, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Josué de Castro destaca a importância de compreender a fome, não apenas como uma questão humanitária, mas, também, como um fator desencadeante de conflitos e doenças. Ele argumenta que a fome é uma das causas mais constantes e efetivas das guerras e pode contribuir significativamente para a eclosão de grandes epidemias. Essa afirmação ressalta a interconexão entre a escassez de alimentos, a instabilidade social e os problemas de saúde pública, enfatizando a necessidade de abordagens integradas para lidar com a fome e suas ramificações.

“Tais interesses e redes políticas interferem nas ações governamentais e econômicas de produção e venda de alimentos, moldando o sistema alimentar global que, atualmente, ataca a biodiversidade e a saúde, tanto pela forma de criação animal e práticas agrícolas insustentáveis” (Sistemas Alimentares Locais e Globais e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional, USP - Mar, 2023).

Josué diz que “foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a Revolução Russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, das quais doze milhões de fome” (Castro, 1965, p. 11), para a sociedade se conscientizar da importância de se falar sobre o tema, cenário este descrito por ele e o qual voltamos a vivenciar recentemente com a pandemia da COVID-19.

A relação entre produção, distribuição e consumo de alimentos como questões econômicas, dissociadas das preocupações com a saúde pública, é abordada por Josué em seu prefácio. Essa perspectiva coloca em evidência a priorização dos interesses econômicos sobre as necessidades básicas da população, especialmente em contextos em que a fome é uma realidade persistente.

Utilizando como subtítulo *O dilema brasileiro: pão ou aço*, da 11ª edição, onde são discutidas as questões relacionadas à produção agrícola versus a produção industrial, a obra de Josué de Castro é desdobrada em uma reflexão sobre a priorização de investimentos em setores industriais, em detrimento da produção de alimentos. Essa prioridade pode ser perigosa porque tem ramificações não desejáveis, tanto em relação à segurança alimentar, como no impacto ambiental e na produção de desigualdade social.

Um exemplo emblemático é citado a partir das observações de Richard Temple sobre a Índia. Nos últimos trinta anos do século XIX, mais de vinte milhões de indianos morreram de inanição, com cerca de quatro milhões de mortes somente no ano de 1877. Enquanto isso, o porto de Calcutá continuava exportando quantidades consideráveis de cereais para o exterior

(Castro, 1965, p. 11). Essa situação demonstra como os interesses econômicos foram priorizados em detrimento das vidas dos famintos, que não tinham meios para adquirir os alimentos necessários para sobreviver.

Além disso, Josué de Castro descreve o que ele chama de "Círculo de Ferro da Fome" (Castro, 1965, p. 12), uma dinâmica onde a pobreza e a falta de acesso a alimentos perpetuam a fome, criando um ciclo vicioso difícil de ser quebrado. Ele argumenta que reconhecer os grandes erros da civilização, como o desperdício de recursos e a priorização do lucro sobre a vida humana, é essencial para encontrar soluções eficazes para a crise da fome.

Em suma, o contexto da obra está subjugado à falta de prioridade, por parte do governo, com relação à segurança alimentar e à saúde pública em detrimento dos interesses econômicos. Ele aponta a necessidade de uma abordagem mais humanitária e ética na produção, distribuição e consumo de alimentos para garantir que a fome não continue a ser uma tragédia recorrente em muitas partes do mundo.

Ainda que os alimentos fossem prioritários, em certo sentido, na organização social e política, sua função alimentar de combate à fome não era priorizada. Em citação de Francisco Bulnes, "A humanidade, de acordo com a severa classificação econômica, deve ser dividida em três grandes raças - a raça do trigo, a raça do milho, e a raça do arroz. Qual delas é indiscutivelmente superior?" (Bulnes apud Castro, 1965, p. 15). A citação que divide a humanidade em três grandes raças, de acordo com os principais alimentos cultivados (trigo, milho e arroz), sugere uma classificação baseada nas culturas agrícolas predominantes em diferentes regiões do mundo. Historicamente, esses alimentos desempenharam papéis importantes na alimentação e na economia de diversas civilizações ao redor do globo.

A ideia de Bulnes remonta a uma época em que esses grãos eram os principais pilares da agricultura e da alimentação em várias partes do mundo. O trigo era associado às civilizações do Oriente Médio e Mediterrâneo, o milho, às civilizações ameríndias e o arroz, às civilizações do leste asiático. Essa divisão refletia não apenas diferenças geográficas, mas, também, culturais e históricas nas práticas agrícolas e dietéticas das sociedades humanas.

Bulnes argumenta que a raça do trigo era indiscutivelmente superior, associando-a a um padrão mais elevado de civilização. Essa visão pode estar enraizada em percepções históricas e socioeconômicas da época, onde o trigo era frequentemente associado a sociedades agrárias mais avançadas, com sistemas de produção mais complexos e urbanização mais desenvolvida.

No entanto, hoje em dia, a divisão da humanidade com base nos principais alimentos cultivados é menos nítida do que no passado. Com o avanço da tecnologia agrícola e a

globalização, muitas regiões do mundo diversificaram suas produções agrícolas e ampliaram suas dietas alimentares. Além disso, novas culturas foram introduzidas em diferentes partes do mundo, alterando as dinâmicas de produção e consumo de alimentos (Hernández, 2005).

Atualmente, a classificação da humanidade não está mais estritamente ligada aos principais alimentos cultivados em uma determinada região. Em vez disso, fatores como desenvolvimento econômico, padrões de consumo, acesso a alimentos e questões ambientais desempenham papéis mais significativos na determinação da posição relativa das sociedades humanas.

Quanto à ideia de que um tipo específico de alimentação é capaz de definir a superioridade de uma civilização, é importante reconhecer que a diversidade alimentar e cultural é uma característica fundamental da humanidade. Não há uma única dieta ou cultura alimentar que seja universalmente superior. Em vez disso, a valorização da diversidade alimentar e o acesso equitativo a alimentos nutritivos são aspectos essenciais de uma sociedade justa e sustentável (Brasil, 2012).

Para Castro, o debate sobre a fome limitava-se a aspectos parciais quando, na realidade, a fome é resultante de um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. Para que esse debate gerasse frutos, era necessário “lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome” (Castro, 1965, p. 14), influenciado pelo pensamento de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes e Vidal de La Blache que afirmaram que “entre as forças que ligam o homem a um determinado meio, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares regionais” (Ritter; Humboldt; Brunhes; Vidal de La Blache apud Castro, 1965, p. 15).

No trecho em que o autor ressalta que, no período de 1946 a 1965, da primeira edição até a nona edição, foram necessários pequenos retoques e atualizações estatísticas, destaca que, apesar de ter sido um período significativo na história do Brasil, a atualização de sua obra *Geografia da Fome* não foi difícil, pois o país não havia mudado muito em termos de estrutura social. Essa constatação sugere uma continuidade nas desigualdades sociais e econômicas que caracterizavam o Brasil nesse período.

Segundo Castro, “[...] não somos um país agrícola e de pura economia colonial. A industrialização se vem processando nos últimos anos em ritmo acelerado, deslocando sensivelmente o eixo da nossa economia” (Castro, 1965, p. 27). Embora o país tenha passado por um processo de industrialização acelerado nesses anos, conforme mencionado na citação, esse desenvolvimento não foi suficiente para eliminar as profundas disparidades sociais e econômicas que existiam. A industrialização desempenhou um papel importante na

diversificação da economia brasileira, mas também trouxe consigo novos desafios, como rápida urbanização, migração do campo para a cidade, concentração de renda e poder nas mãos de poucos, o que será discutido nas categorias de análise.

As questões relacionadas à fome e à pobreza persistiam como problemas graves. O autor questiona: “até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de alimentação do nosso povo - alargando as negras manchas de miséria de nossa geografia da fome” (Castro, J. 1965 pg 29), ou seja, em que medida o progresso econômico realizado foi capaz de melhorar as condições de alimentação do povo brasileiro. A referência às negras manchas de miséria em *Geografia da Fome* sugere que, apesar do crescimento econômico, muitas regiões e comunidades continuavam enfrentando níveis alarmantes de privação e insegurança alimentar.

Essa reflexão aponta para a necessidade de uma análise crítica do desenvolvimento econômico, questionando até onde ele beneficia e melhora as condições de vida das camadas mais vulneráveis da sociedade. Revela também a importância de considerar não apenas o crescimento econômico, mas, também, a distribuição justa de recursos e oportunidades para garantir que o progresso seja verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Nessa configuração de um contexto tenso de censura e dissimulação, *Geografia da Fome* não é exatamente um livro otimista. E nem poderia ser. Afinal, além de denunciar uma fome endêmica, responsabilidade social de governos e forças econômicas ou culturais, foi escrito sob um cenário de calamidades, numa atmosfera extremamente pesada decorrente de mais de dez anos de guerra, em que pessoas se matavam brutalmente e quando pairava, sob todas as casas do mundo, a sombra ameaçadora do fascismo. Para o contexto da época, foi uma obra ousada que denunciou o impacto negativo dos latifúndios e monoculturas na geração de erosão do solo, esgotando seus nutrientes e fazendo declinar a biodiversidade, que teve um desdobramento menor do que se esperava.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expressão da modernidade contabilizou avanços inegáveis na economia brasileira. No entanto, no que concerne às questões do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social há muitas continuidades. Os dados de insegurança alimentar evidenciam essa situação, que fica encoberta por um certo glamour das novas tecnologias agrícolas. A sociedade contemporânea sofre a frustração de um saudável que se quer, representado em um guia alimentar como comida de verdade e a realidade perversa da antiga fome, que não se quer.

A conexão com pontos de convergência entre condições socioambientais de hoje e a *Geografia da Fome* de Josué de Castro será apresentada de forma problematizada em pensamentos do autor associados às categorias analíticas, como um caminho de retomada para avançar com análises críticas.

Contudo, chegamos ao futuro datado naquelas construções que afirmavam que o Brasil seria um país melhor. Agora estamos no século XXI e aspirações são, em certas medidas, as mesmas de outras épocas, só que agora o futuro não tem mais data para chegar e existe o peso da descrença junto aos que vivem na época atual, pois o valor contemporâneo está no presente e o projeto para o século XXI não teve os êxitos esperados (Trindade 2012).

Nesse sentido, as cinco categorias analíticas, que circunscrevem os objetivos deste estudo, misturam as regiões do mapeamento de *Geografia da Fome* no texto, reorganizando-as pelo recorte de interesses da análise, segundo objetivos do estudo. Os cinco subitens referentes às cinco categorias, que representam o recorte de material analisado do documento, inscreve argumentos e atualizações em subtítulos nomeados por frases de Josué de Castro. As citações deste autor, sinalizadas entre aspas, estão mescladas a outros autores, externos ao documento analisado, postas em debate a fim de problematizar as questões sociais, políticas e culturais geradoras de fome articuladas à produção agroalimentar regional e às condições de vida da população das regiões na obra.

4.1 “A fome é a expressão biológica de males sociológicos”

Embora médico, Josué de Castro associava abordagens interdisciplinares à sua análise sobre a fome para não virar refém de um absolutismo biomédico. Os problemas relacionados ao abastecimento local de alimentos nas regiões estudadas se ampliavam em abordagens sociopolítica e cultural.

quantitativos, mas, principalmente, em seus aspectos qualitativos. [...] A fome no Brasil é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia, com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por conta portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da 'lavoura nômade', o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. [...] É o fiquem rico, tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas 'galinhas de ovos de ouro'. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. (Castro, 1965, p. 263-265).

Há no livro uma crítica sobre a redução de perspectivas sobre a questão da fome. Segundo ele, apresentadas duas vertentes estereotipadas:

Imagens evocativas das superpovoadas terras asiáticas com seus enxames humanos se agitando numa estéril e perpétua luta contra o ameaçador 'espectro da fome', e outra, dos campos de concentração, 'Imagens de homens, mulheres e crianças' perambulando como fantasmas num mundo perdido, com os olhos esbugalhados flutuando fora das órbitas e com os molambos de vestuários balançando grotescamente sobre a armação dos esqueletos saltando à flor da pele (Castro, 1965, p.35).

No entanto, infelizmente isso não é tudo,

"Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também, até hoje, a terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome (Castro, 1965, p.36).

Em se tratando de países da Ásia, confirmando um mosaico de fatores, pudemos observar que, com o tempo, houve grande mudança em relação ao cenário citado no livro.

Desesperadas multidões comprimidas nas sinuosas ruelas das cidades orientais, atoladas na lama imunda dos arrozais, asfixiadas de poeira nas estradas da China, esturricadas peças secas periódicas. Multidões que revelam em seus rostos, em seus gestos e em suas atitudes fatigadas a marca sinistra da fome (Castro, 1965, p.35).

O cenário de fome da China foi se transformando politicamente a partir da revolução da República Popular da China em 1949 e podemos observar 30 anos depois que, após 1980, houve uma redução drástica de pessoas em situação de fome.

A fome pode se manifestar não apenas pela ausência de comida, mas, também, pela falta de acesso a alimentos nutritivos e adequados, devido a questões como pobreza, desigualdade social, conflitos armados, desastres naturais, políticas inadequadas, dentre outros fatores. Além disso, a fome oculta, que se refere à falta de nutrientes essenciais, mesmo em meio à aparente abundância de alimentos, também é uma preocupação significativa em muitas partes do mundo (Burity et al., 2010).

Em sua obra *Geografia da Fome*, Josué conceitua a fome, sob uma visão

epidemiológica, como um fenômeno que acomete coletividades (fome coletiva). Do ponto de vista temporal, o acometimento da fome poderia ocorrer de forma permanente em populações subalimentadas, denominada por Josué como fome endêmica, destacando o autor a região Amazônica e a região do Nordeste açucareiro como áreas expostas a esse tipo de fome. Já na região do Sertão Nordestino, Josué destaca os surtos agudos de fome, nos quais períodos de relativa abundância se alternam com períodos castigados pelas secas. Esse tipo de fome, o autor classifica como epidêmica, via de regra, com grave privação alimentar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo, associada a limites extremos de desnutrição e de inanição, sendo encontrada no Sertão Nordestino.

Outro conceito encontrado na obra refere-se às denominações “fome total”, situação adstrita à áreas de extrema miséria e que os povos de língua inglesa denominam como *starvation*, e “fome parcial”, que o autor também nomeia como “fome oculta”, na qual são identificadas carências permanentes de alguns nutrientes na dieta habitual de grupos populacionais, mas que não se associam a estados de depauperação grave.

Com os conceitos sobre fome, traçados por Josué, nasce o que poderia ser considerado o primeiro mapa da fome no Brasil, ao apresentar-se a distribuição do problema, em suas distintas matizes, nas cinco áreas geográficas traçadas pelo autor, segundo o regime alimentar característico de cada uma delas determinado, por sua vez, por fatores históricos, geográficos, econômicos, sociais e culturais (Casaril e Casaril, 2011).

O conceito de segurança alimentar foi tratado pela FAO apenas na Primeira Conferência Mundial de Alimentação, em 1974, diante da escassez dos estoques mundiais de alimentos, em razão de quebras de safra em importantes países produtores. À essa época, entendia-se que a questão alimentar estava estritamente ligada à capacidade de produção de alimentos pelas nações¹¹, o que Josué, em sua época, já desconstruía essa tese, alertando que o problema da fome não poderia ser resolvido apenas com o aumento na produção de alimentos.

Nos anos 2000, foi criada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), inspirada em escala utilizada pelo governo dos Estados Unidos, em censo demográfico, para mensurar a insegurança alimentar, sendo realizadas adaptações à realidade brasileira (Vilas Boas, 2023). É uma escala psicométrica, com quatorze perguntas que avalia percepções e experiências com a fome, conforme visto no quadro 2:

¹¹ Texto publicado virtualmente sem data: Maluf, R. S, Menezes, F. Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em 29 jul. 2024.

Quadro 2 – Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

VILAS BOAS (2023)
A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) E AS PRINCIPAIS
CONDICIONANTES DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL



Quadro 1 - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

As questões abaixo devem ser respondidas considerando-se os últimos noventa dias antecedentes à entrevista:	Sim	Não
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?		
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
8. Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?		
9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?		
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?		
11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?		
14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?		

Fonte: VILAS BOAS, 2016.

Fonte: Vilas Boas, 2023, pág 6.

Ao examinar as questões, observa-se que a maior parte delas trata de aspectos quantitativos do consumo alimentar, e algumas outras abordam a qualidade da alimentação. As questões 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14 se referem a limitações quantitativas de alimentos no domicílio, sendo possível traçar um paralelo com o conceito de fome parcial e fome total ou global, proposto por Josué de Castro. As perguntas 3, 4 e 9 guardam relação com a diversidade de alimentos consumidos, o que dialoga com o conceito de fome oculta,

proposto por Josué de Castro (Vilas-Boas, 2023).

Portanto, enquanto a imagem tradicional de pessoas famintas e magras pode ser uma representação do senso comum da fome, é importante ampliar nossa compreensão para as diversas facetas desse mal, nem sempre aparentes como problema complexo e persistente.

A fome envolve justiça social e direitos humanos, e sua erradicação requer não apenas o fornecimento de alimentos, mas também um enfrentamento de suas causas estruturais relacionadas à promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

A disparidade geográfica na disponibilidade e na qualidade dos alimentos está intimamente ligada às condições econômicas, sociais e ambientais de cada região. Fatores como acesso à terra, infraestrutura, distribuição de renda, políticas agrícolas e alimentares, entre outros, desempenham um papel crucial na determinação da dieta e do estado nutricional das populações. O autor aponta que, em algumas regiões, a fome é mais crônica, enquanto em outras os defeitos na alimentação são mais discretos, o que o autor denomina como subnutrição.

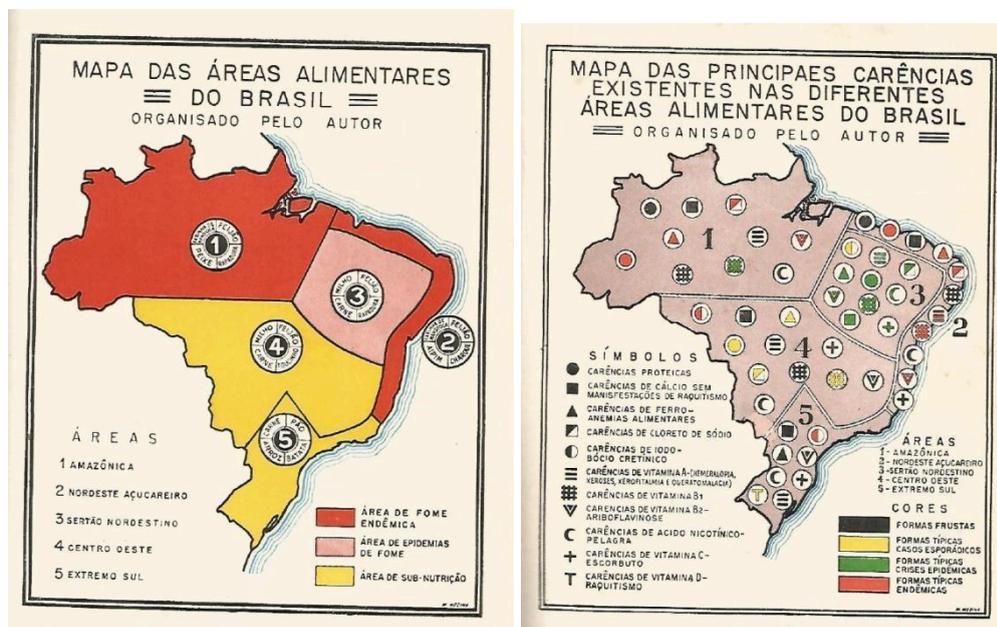
A diversidade e a heterogeneidade desses fatores dentro de um mesmo país definiram que o Brasil está constituído por diversas e diferentes áreas alimentares (Castro, 1965). Essa diversidade pode ser observada não apenas em nível nacional, mas, também, globalmente, onde diferentes regiões têm acesso a recursos alimentares variados, dependendo de suas características geográficas, climáticas e socioeconômicas.

Josué mapeou aspectos diferenciados associados à fome em cada região, por exemplo, sobre as doenças ligadas à alimentação por região.

Todas as carências alimentares têm sido encontradas nas diferentes áreas deste continente. Carências proteicas, carências minerais, carências vitamínicas. Cerca de 60 milhões de latino-americanos sofrem de uma ou mais destas carências alimentares que os inferiorizam e os predispõem a outras doenças intercorrentes [...] o retrato do continente da abundância. (Castro, 1965, p.37).

Segundo o autor, “O país abrange, pelo menos, 5 áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos [refletindo as suas características] tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante de seus tipos de dieta” (Castro, 1965, p. 39): Área da Amazônia, da Mata Nordeste, do Sertão Nordeste, do Centro-Oeste e do Extremo Sul.

Figura 1 – Mapa das áreas alimentares brasileiras



Fonte das imagens: *Geografia da Fome*, 1965.

O mapeamento da obra não coincide com o mapa do Brasil inteiramente, porque as regiões estão divididas pelo perfil em relação à fome.

Consideramos áreas de fome aquelas em que, pelo menos, metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). [...] Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico (Castro, 1965, p. 39).

Segundo o autor, três das cinco áreas do Brasil são claramente identificadas como áreas de fome: a Amazônia, o Nordeste Açucareiro (litorâneo) e o Sertão Nordestino. Nessas regiões, as populações frequentemente exibem marcas inconfundíveis da fome coletiva, sejam de forma permanente ou em ciclos. As áreas do Centro e do Sul do Brasil são caracterizadas por problemas de subnutrição e carências alimentares que não atingem o mesmo nível de gravidade observado nas áreas de fome endêmica do país,

Como acentuamos na introdução do presente ensaio, não são áreas de fome, no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais restritas a determinados grupos ou classes sociais. [...] Claro que não vamos estudá-las com o mesmo espírito que procuramos manter em face das áreas de fome anteriormente estudadas, limitando-nos a traçar delas, não um retrato completo e acabado, mas um simples esboço impressionista, no qual serão destacados seus traços mais significativos (Castro, 1965, p.247).

O livro se aprofunda, especialmente, nas três primeiras áreas, que correspondem às áreas de fome coletiva. Ele destaca que “o fenômeno da fome vem exercendo uma ação despótica, quase determinante, na ronceira evolução dos grupos humanos que ali vivem”

(Castro, 1965, p. 40). Na região do sertão,

Isso evidencia, não apenas a gravidade do problema, mas a sua complexidade e a necessidade de abordagens multidisciplinares para enfrentá-lo. Até os anos 30, os desafios relacionados ao abastecimento de alimentos estavam predominantemente ligados à capacidade de produção agrícola e à disponibilidade de alimentos para a população. Nesse período, a preocupação central era garantir que houvesse produção suficiente para atender às necessidades alimentares básicas das pessoas. As políticas agrícolas e alimentares frequentemente visavam aumentar a produção agrícola e melhorar a distribuição dos alimentos (Belik; Graziano da Silva; Takagi, 2001),

A partir do final dos anos 30 e durante as décadas seguintes, foi se consolidando uma mudança na percepção dos problemas de abastecimento. A fome começou a ser vista não apenas como um problema de oferta de alimentos, mas, também, como um problema de acesso a esses alimentos. A intermediação entre produtores e consumidores, bem como questões como especulação de preços, distribuição desigual de alimentos e falta de acesso da população mais pobre aos alimentos básicos tornaram-se preocupações significativas (Belik; Graziano da Silva; Takagi, 2001).

As políticas alimentares vêm se concentrando mais na regulação de preços, controle da oferta e implementação de programas de distribuição de alimentos subsidiados para garantir que as pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a alimentos essenciais a preços acessíveis. Essa abordagem reflete uma compreensão concatenada com a de Josué, em que a fome não era apenas uma questão de escassez de alimentos, mas de desigualdade social e acesso desigual aos recursos.

Assim, a questão dos problemas de abastecimento, até os dias atuais, reflete uma evolução nas perspectivas e políticas adotadas, desde uma ênfase inicial na produção de alimentos, até abordagens mais complexas que reconhecem a importância do acesso, distribuição e equidade na garantia da segurança alimentar para todos,

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas (Castro, 1965, p.38).

Aspectos ecológicos refletem problemas estruturais das regiões. Na região amazônica, cortada pela linha do Equador com denso revestimento florestal, coberta quase totalmente com sistema fluvial (bacia do Amazonas) com precário aproveitamento para transporte. Era uma região de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados para 6 milhões de

habitantes, “[...] formada de gotas de gente salpicadas a esmo na imensidade da floresta, numa proporção que atinge em certas zonas à concentração ridícula de um habitante para cada quilômetro quadrado de superfície” (Castro, 1965, p.42). Considerado um deserto de pessoas quando comparado a outras regiões do planeta: “[...] punhado de gente esmagado pelas forças da natureza, sem que se possa reagir contra os obstáculos opressores do meio, por falta de recursos técnicos” (Castro, 1965, p.42). A população sem apoio promovia queimadas em solos mal preparados para a semeadura. “Somente nos últimos anos, e nas proximidades de Belém, estão sendo realizados outros trabalhos agrícolas objetivando a horticultura e a avicultura em bases mais ou menos racionais” (Castro, 1965, p.43). “O grande obstáculo, no entanto, continuará sendo a precariedade dos pastos e regime das águas, aliados à forma de exploração extensiva em grandes latifúndios”(Castro, 1965, p.48).

Aproximadamente 60 mil quilômetros quadrados da região amazônica são compostos por áreas baixas e propensas a inundações, onde se concentram 80% da população e a maior parte dos campos agrícolas. Esta região é a única onde o solo é verdadeiramente fértil, pois as enchentes trazem sedimentos dissolvidos ricos em elementos minerais e orgânicos que se depositam no solo quando as águas baixam (Castro, 1965).

Porém, as cheias periódicas dos rios, quando ultrapassam determinados limites, podem representar um dos mais graves fatores de desequilíbrio social na região. As enchentes são comparadas às secas da região Nordeste, onde a população é afetada tanto pela falta quanto pelo excesso de água (Castro, 1965).

Os rios da região amazônica são classificados em dois grupos: rios pretos e rios brancos. Os rios negros possuem águas transparentes, carregando apenas os reflexos profundos das sombras escuras da floresta, enquanto os rios brancos possuem águas turvas, lamacentas, ricas em materiais aluviais. São as águas dos rios brancos que fertilizam o solo equatorial da Amazônia (Castro, 1965).

As inundações na região amazônica são um fenômeno complexo que não é simplesmente uma onda sazonal que desce o rio. Os primeiros picos de enchentes são alcançados em abril e maio próximo à foz do rio Xingu, a cerca de 200 km do Atlântico. Os próximos picos de enchentes ocorrem em maio próximo ao rio Amazonas, próximo a Iquitos, no Peru. O pico final das enchentes ocorre em junho e julho na Amazônia Central, próximo a Manaus, cerca de dois meses após a estação chuvosa. Esse atraso se deve ao efeito remanso causado pelas diferenças sazonais nas inundações dos afluentes do sul e do norte do Amazonas.

A região era abastecida com farinha de mandioca, um alimento tradicional na dieta,

um dos alimentos dos mais antigos e versáteis consumidos na região. A mandioca é cultivada há milhares de anos pelos povos indígenas da Amazônia, e seu processamento em farinha permite sua conservação por longos períodos, tornando-a uma fonte estável na alimentação. É rica em carboidratos e é uma importante fonte de energia para as comunidades amazônicas. Desempenha também um papel importante na culinária e na dieta do Nordeste brasileiro, é uma fonte importante de carboidratos na dieta nordestina.

No entanto, a predominância da farinha de mandioca na alimentação pode indicar uma falta grave de diversidade alimentar em ambas as regiões. Apesar de sua importância como alimento básico na região amazônica, é importante considerar que a dependência excessiva da farinha de mandioca como principal fonte de alimento mostra a falta de acesso a uma dieta variada e equilibrada. Diminuindo a diversidade alimentar, as comunidades locais se tornam mais vulneráveis a choques externos, como mudanças climáticas ou desastres naturais. Além disso, contribui para problemas de saúde, como deficiências nutricionais e doenças relacionadas à má nutrição (Castro, 1965).

“O leite e o queijo, quase que não entram nos hábitos alimentares desta gente. Não há, portanto, por onde escapar ao déficit deste elemento na nutrição do amazonense” (Castro, 1965, p. 62). Segundo Josué, essas carências nutricionais são desafios adicionais que afetam a saúde e o bem-estar da população amazônica, exigindo abordagens integradas para melhorar a qualidade da alimentação na região.

A criação do gado nessa região era um grande desafio, e a floresta um dos principais obstáculos. As árvores são enormes, frondosas e impedem a penetração da luz, não permitindo o crescimento da vegetação rasteira e a consequente formação de pastagens. Além disso, o clima local, de excessiva umidade, predispõe o gado à ação maléfica de insetos transmissores de doenças: mosquitos, besouros, carrapatos entre outros, abundantes na região. Com todos esses obstáculos, “a pecuária fica limitada a pequenas áreas de campos abertos, uma situada no Marajó, na foz do rio, outra em algumas regiões de Rio Branco.” (Castro, 1965, p. 47). “E o que acontece é que tais rebanhos estão concentrados em poucas mãos” (Castro, 1965, p. 48),

Já em Rio Branco a zona é menos úmida, formada de savanas que escapam às inundações. Estas limitações que a natureza impõe à pecuária, a falta de transporte entre zonas de criação e o resto da região amazônica, não facilitam o seu abastecimento nem de carne nem de leite. Estes são produtos que não entram praticamente na alimentação habitual desta zona amazônica. Carne, só seca e salgada. O charque é importado de outras regiões e isto mesmo em pequenas quantidades. O leite existe apenas em algumas poucas cidades importantes, que contam com abastecimento embora reduzido e sem controle sanitário. Assim, em Belém, que é a mais importante cidade da Amazônia, o consumo diário de leite era em 1950 de cerca de 20 gramas por pessoa. Trinta vezes menos que o consumo

médio dos Estados Unidos da América (Castro, 1965, p. 49).

Os derivados do leite, tais como manteiga e queijo, quase nunca são vistos nesta zona. As dificuldades de criação de galinhas, nestes terrenos alagáveis, tornam também os ovos alimentos de luxo. De carne fresca resta somente o recurso da caça, carne de anta, de pato bravo, de macaco, ou a do peixe, cujo consumo está limitado às populações que vivem nas margens dos rios, dos igarapés e das lagoas que as enchentes formam e as chuvas mantêm (Castro, 1965, p. 49).

Na Amazônia da época da exploração da borracha, o trabalhador predominante foi o sertanejo nordestino, segundo Josué, em função da população da região Norte ser escassa e com saúde frágil.

Sem forças suficientes para dominar o meio ambiente, para utilizar as possibilidades da terra, organizando um sistema de economia produtiva, as populações regionais têm vivido até hoje, no Amazonas, quase que exclusivamente num regime de economia destrutiva. Da simples coleta dos produtos nativos, da caça e da pesca. Da colheita de sementes silvestres, de frutos, de raízes e de cascas de árvores (Castro, 1965, p. 42).

Essa passagem do livro, datada da década de 1940, descreve uma realidade na região amazônica que, infelizmente, ainda é relevante nos dias de hoje. A incapacidade das populações regionais de dominar o meio ambiente e explorar suas potencialidades de forma sustentável não vem melhorando as condições de vida, mantendo uma alimentação precária. A obra mostra que desde os anos 50 há dependência das comunidades locais de atividades extrativistas e de subsistência, sem desenvolvimento de agricultura suficiente para o abastecimento da população, tornando-se necessária a coleta de produtos naturais, a caça, a pesca e a colheita de recursos silvestres. Esse modo de vida baseado na exploração dos recursos naturais de forma indiscriminada e não sustentável é caracterizado como uma economia destrutiva. “Deve ser posto em destaque que o ocorrido na Amazônia não foi mais que uma exaltação desse espírito de iniciativa privada que caracterizou toda a colonização portuguesa no Brasil, neste aspecto semelhante à colonização espanhola no resto da América (Castro, 1965, p.85).

O problema está preso a alguns pontos fundamentais, dentre os quais se destacam: produção insuficiente (decorrência natural de uma intrincada gama de fatores negativos), dificuldades na conservação dos alimentos em condições climáticas desfavoráveis, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações. Todos esses aspectos se ligam uns aos outros de forma indissolúvel, não sendo possível resolver o problema sem atacá-lo em todos esses pontos. O aumento da produção local seria um objetivo inteiramente ao alcance da realidade, com a organização de núcleos coloniais estabelecidos, consoante planos econômicos e técnicos bem elaborados pela exploração racional da pesca em grande escala, pelo melhoramento das raças existentes na pecuária local, pela introdução de modernos adaptados e métodos agrônômicos de uso e conservação do solo, pela introdução

da avicultura em bases de exploração doméstica, pelo aproveitamento dos frutos silvestres e industrialização caseira ou rural de frutas e hortaliças cultivadas, os recursos alimentares da Amazônia dariam de sobra tanto para suas atuais populações como para manter boas levadas de imigrantes (Castro, 1965).

O extrativismo, segundo Allegretti (1992),

pertence a uma etapa da humanidade caracterizada por baixa densidade demográfica, baixo padrão tecnológico, etapa superada do desenvolvimento humano. Outra noção associada ao extrativismo e relacionada com os diferentes períodos da economia brasileira, é a de uma atividade essencialmente predatória, pelo fato de levar ao esgotamento dos recursos naturais, uma vez que não é acompanhada da reposição de estoques (p.28).

Segundo Josué, a infraestrutura de transporte precária na região amazônica era um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico na década de 1940, como indicado pela menção à necessidade de uma estrada ferroviária de Belém a outras cidades. Essa falta de infraestrutura dificultava o escoamento da produção agrícola e pecuária, contribuindo para a escassez de alimentos e outros produtos na região. Os rios de uma das maiores bacias hidrográficas do planeta sempre foram os principais caminhos por onde chegavam e saíam todos os tipos de mercadorias, desde a colonização da Amazônia. Os “regatões”, primeiro no remo depois no motor, foram os comerciantes pioneiros encarregados de abastecer aquelas populações com alimentos, tecidos, temperos e especiarias, muitas vezes trocando por borracha, o ouro negro da Amazônia.

“A verdade é que o excesso de chuvas lavando permanentemente este solo, aliado a outros fatores de intemperismo regional, o empobrece de maneira alarmante, e a agricultura sem a adubação das enchentes esgota as suas reservas numa rapidez assustadora” (Castro, 1965, p. 50). Portanto, além da escassez de diferentes categorias alimentares, como as já supracitadas, ainda sofria o homem amazônico de um solo excessivamente pobre.

A farinha de mandioca e um pouco de feijão e de arroz produzido nessas áreas inundáveis ou importados de outras regiões do país, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, além de algum jabuti morto por ocasião das queimadas compõem a dieta local. (...) O consumo de verdura e de legumes verdes sempre foi muito baixo nesta região. As frutas também, com exceção do açaí, entram em muito pouca quantidade no regime alimentar habitual.” (Castro, 1965 p. 50-51).

Algumas frutas da Amazônia ainda são destacadas por Josué em seu compêndio alimentar: o buriti, o açaí, já citado, esses riquíssimos em betacaroteno, ou vitamina A em seus óleos, e a castanha-do-pará com alto teor nutritivo. Mas não tem muita coisa além disso, pelo contrário, Josué desmitifica o fato de se falar em abundância de frutas da floresta. E vai além: “É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes” (Castro, 1965, p. 53). Neste

particular, Josué destaca o que ele chama de “estado de anorexia crônica” dos habitantes dessas regiões, que muitas vezes precisam de estimulantes para incitar o apetite. Recursos semelhantes foram encontrados em algumas populações do México com a pimenta, e da Índia com o betel, uma planta característica da região.

Não há, segundo Josué, um regime alimentar racional sem que haja harmonia e suficiência. Definitivamente, não é isso o que acontece com a alimentação dos povos amazônicos. “A falta de variedade de seus componentes, a sua visível exiguidade dá logo a ideia de que se trata de um regime insuficiente, com um total calórico muito abaixo das necessidades do metabolismo baixo e do metabolismo de trabalho” (Castro, 1965, p. 54). Junta-se a essa insuficiência alimentar a ação de dois fatores nessas regiões: a temperatura e a umidade relativa do ar, que contribuem sobremaneira para a baixa do metabolismo.

Ora, essa baixa do metabolismo e, conseqüentemente, das necessidades energéticas em alimentos representa não só uma adaptação vantajosa na luta contra o rigor climático como também uma salvação contra os perigos da fome de energia a que o organismo ficaria exposto pela falta de uma alimentação suficiente (Castro, 1965, p. 56).

Em condições tão adversas de alimentação, as doenças pela falta de vitamina B1 não demoram a aparecer, em especial o beribéri na sua forma úmida. O beribéri é uma doença de natureza carencial, causada pela deficiência de tiamina (vitamina B1), que apesar de facilmente tratável, pode levar ao óbito. Outra questão é

a carência da tiamina pode levar de dois a três meses para manifestar os sinais e sintomas que inicialmente são leves como insônia, nervosismo, irritação, fadiga, perda de apetite e energia e evoluem para quadros mais graves como parestesia, edema de membros inferiores, dificuldade respiratória e cardiopatia (Brasil, 2012, p. 65).

Araújo Lima, citado por Castro, agrega que

[...] na Amazônia, a condição habitual do homem aberra da fisiologia e da normalidade. O homem é um enfermo cujo metabolismo incide naquela síndrome hemática de inaptidão regeneradora: verminótico ou impaludado, seguramente, verminótico e impaludado muitas vezes, no homem amazônico debate-se o organismo na angústia de ser empobrecido pela alimentação e agredido pelas enfermidades espoliadoras, invalidando-se o seu ser na impotência para reagir contra as contingências mesológicas, do meio interior e do meio ambiente (Araújo Lima apud Castro, 1965, p. 65).

A região amazônica na década de 1940 enfrentou desafios significativos para garantir a segurança alimentar e nutricional de seus habitantes. Os métodos tradicionais de produção alimentar da região, como a caça, a pesca e a agricultura de pequena escala, contribuíram para a insegurança alimentar e a desnutrição (Campos, 2012). Além disso, a concentração de rebanhos em poucas mãos refletia desigualdades socioeconômicas e poderia impactar negativamente o abastecimento de carne e outros produtos de origem animal.

A violência imposta à produção de alimentos na região amazônica foi caracterizada pela precariedade dos solos e dos regimes hídricos, bem como pela exploração extensiva de

grandes propriedades, que eram grandes obstáculos à agricultura. A produção de alimentos da região também foi ameaçada pela falta de infraestrutura, principalmente pela ausência de uma ferrovia ligando Belém, Anápolis ou Cuiabá a Porto Velho que teria, aproximadamente, 2.000 km de extensão. Esta falta de infraestrutura dificultou o transporte de mercadorias e pessoas, complicando ainda mais a situação (Campos, 2012).

A concentração dos rebanhos em poucas mãos também contribuiu para a violência na produção de alimentos, levando ao uso ineficiente dos recursos e à distribuição desigual dos benefícios. A produção de alimentos na região amazônica teve implicações sociais, atingindo as populações mais vulneráveis, como mulheres, crianças e adolescentes, mais suscetíveis à desnutrição e à insegurança alimentar (Nascimento, 2020). A falta de informação ou desinformação sobre dietas mais nutritivas também influenciou no uso dos alimentos, afetando o estado nutricional dos indivíduos (Nascimento, 2020).

O estado nutricional da população brasileira tem apresentado mudanças significativas nas últimas décadas, refletindo tanto avanços quanto desafios persistentes em termos de saúde pública. Diversos estudos e pesquisas, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde, detalham essas transformações.

Embora a desnutrição tenha diminuído substancialmente, ainda é uma preocupação em algumas regiões, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil. Segundo o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2020 da FAO, cerca de 4,6 milhões de brasileiros ainda sofrem de desnutrição. A deficiência de micronutrientes, como ferro, vitamina A e zinco, persiste, principalmente entre crianças e gestantes. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) revelou que a anemia por deficiência de ferro atinge aproximadamente 20,9% das crianças menores de cinco anos no Brasil.

Um aumento alarmante nas taxas de sobrepeso e obesidade também tem acontecido no Brasil, um fenômeno conhecido como "transição nutricional." Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 indicam que 61,7% dos adultos brasileiros estão com sobrepeso, e 26,8% são obesos. Entre crianças e adolescentes, a prevalência de sobrepeso e obesidade é alta, afetando cerca de 15,4% das crianças de 5 a 9 anos e 9,4% dos adolescentes de 10 a 19 anos, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018.

O aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, tem contribuído para o crescimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares. Segundo o Ministério da Saúde, as DCNTs são responsáveis por aproximadamente 72% das mortes no Brasil.

Os hábitos alimentares dos brasileiros têm mudado significativamente. O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde, enfatiza a importância de uma dieta baseada em alimentos in natura ou minimamente processados. No entanto, muitos brasileiros ainda consomem quantidades excessivas de alimentos ultraprocessados. Dados da POF mostram que os ultraprocessados representam cerca de 20% a 30% da ingestão calórica total da população.

Para combater esses desafios nutricionais, o Brasil tem implementado várias políticas e programas. O Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos de iniciativas que visam melhorar a segurança alimentar e nutricional. Além disso, campanhas de conscientização e educação nutricional têm sido promovidas para incentivar uma alimentação saudável.

O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) 2024 visa avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 na alimentação e estado nutricional de crianças menores de cinco anos no Brasil. Principais áreas de estudo incluem práticas de amamentação, consumo alimentar, medições antropométricas e estado nutricional de micronutrientes. Dados preliminares mostram que 80% das crianças consomem alimentos ultraprocessados. Nos dados dos relatórios do ENANI 2019 foram identificados, como pontos principais, uma prevalência de 45,7% de aleitamento materno exclusivo até seis meses, alto consumo de alimentos ultraprocessados, alta prevalência de deficiências de vitamina A, anemia e ferro, e disparidades significativas entre regiões do Brasil.

Em resumo, a violência imposta à produção de alimentos na região amazônica na década de 1940 foi caracterizada pela precariedade dos solos e dos regimes hídricos, pela exploração extensiva de grandes propriedades, pela falta de infraestrutura, pela concentração de rebanhos em poucas mãos e pela interrupção dos métodos tradicionais de produção de alimentos. Estes fatores contribuíram para a insegurança alimentar e a desnutrição, particularmente nas populações mais vulneráveis, como mulheres, crianças e adolescentes, afetando o estado nutricional dos indivíduos e o potencial de produção de alimentos da região.

Apesar das diversidades presentes na região, o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA), por meio do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), desenvolveu várias experiências e projetos para promover o desenvolvimento agrícola na região amazônica. Duas dessas experiências notáveis são o processo de colmatagem de igapós e a rizicultura das várzeas do Guamá.

Colmatagem de Igapós: Os igapós são áreas alagadas periodicamente na região amazônica. O processo de colmatagem consiste em elevar o nível do solo dessas áreas

alagadas, adicionando materiais orgânicos e sedimentares para aumentar sua altura e torná-las adequadas para o cultivo agrícola. Essa técnica foi desenvolvida pelo IAN como uma forma de expandir as áreas cultiváveis na região e diversificar as atividades agrícolas.

Rizicultura das várzeas do Guamá: As várzeas do Guamá são áreas de planície aluvial localizadas ao redor do rio Guamá, no estado do Pará. Essas várzeas são propícias para a produção de arroz devido à sua fertilidade natural e ao regime de inundação sazonal. O IAN desenvolveu técnicas de rizicultura específicas para essas áreas, incluindo o manejo da água e o uso de variedades adaptadas ao ambiente das várzeas. Essa iniciativa visava aumentar a produção de arroz na região e contribuir para a segurança alimentar local.

Ambas as experiências demonstram o compromisso do SNPA e do IAN em adaptar práticas agrícolas às condições únicas da região amazônica, aproveitando os recursos naturais disponíveis e promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura na Amazônia, o que seriam possibilidades de abastecimento para região em substituição à agricultura que se fazia seminômade em decorrência da baixa utilização da terra, que rapidamente se esgotava com queimadas, tornando rarefeitas as colheitas de milho, mandioca e arroz em cada roça do território desmatado.

Embora tenham sido mais discutidas as questões relacionadas à região amazônica nessa primeira categoria, as outras áreas mapeadas em *Geografia da Fome* têm, todas elas, relação com aspectos sociológicos e com problemas de abastecimento associados às condições de vida sem estrutura para a população,

[...] São epidemias de fome global, quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas.” (Castro, 1965, p.155)

No Nordeste açucareiro, ele mostra que

quatro séculos de ação tão extremada, a serviço de um só objetivo, deram ao processo de transformação econômico-social do Nordeste o sentido de uma dramática experiência sociológica, servindo às mil maravilhas para demonstração viva de uma infinidade de pontos de vista fundamentais em ecologia. Na paisagem nordestina a expressão geográfica é tão rica de significação e tão impregnada de história que os seus traços componentes se destacam sempre bem ordenados, em função do elemento criador de sua vida econômica – cana de açúcar (Castro, 1965, p. 93).

No entanto, essa região será abordada numa perspectiva crítica da exploração campesina de latifúndios de monocultura açucareira na segunda categoria, a seguir.

4.2 O que falta é vontade política para mobilizar recursos a favor dos que têm fome

Os séculos XIX e XX marcaram novos mercados consumidores e de matérias-primas na

América Latina, África e Ásia, processo competitivo das grandes nações com exploração, violações de direitos e conflitos nas áreas dominadas, um imperialismo do século XIX. A modernidade em questão na economia brasileira que pode referenciar o contexto da análise documental como um todo marca uma nova ordem das coisas submetida a jogos imediatistas de interesses financeiros premissas de solução para os problemas nacionais e da humanidade (Oliveira, 2003). Segundo esse autor, o que foi posteriormente a essa década definida, como ideias de dualidade, setor moderno e atrasado, embora com aparência de uma oposição formal “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia.” (Ibidem, p.32)

Nesse sentido, o desenvolvimentismo que Castro critica com a priorização da exportação de alimento, “Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro.” (Ibidem, p. 126)

O chamado atraso na agricultura denunciado por Castro não era oposto à modernidade ou a industrialização do país, era uma forma de financiá-la: “A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades quanto o poder patrimonialista” (Ibidem, p.131).

A modernidade, pós-modernidade e hipermodernidade são narrativas envolvidas no jogo de interesses da cultura local. O ponto desenvolvido aqui na discussão é o argumento de Castro sobre a legitimação de uma forma de desenvolvimento moderno, industrializado, como afirmação de poder, sem critérios para todos, na realidade uma narrativa que excluía a população e seu mal de fome.

A concentração urbana excluía essa população, por exemplo, de Recife, fugida das secas e do salário miserável das usinas, que ficava à margem da economia urbana “vegetando num tipo de vida extremamente precário, de recursos mais limitados” (Castro, 1965, p.127). Sobre a situação caótica da cidade de Recife, cita análises de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), Mário Lacerda de Melo e Tales de Azevedo (em Salvador), com a obra *Padrão Alimentar da População da Cidade de Salvador*, e Torres Vasconcelos, com *Condições de vida do Trabalhador na agro-indústria do açúcar*. Todas essas obras mostrando um modo prematuro de cosmopolitismo na divisão entre o campo e a cidade com uma periferia vulnerável com degradação do panorama alimentar.

O Nordeste brasileiro passava por grandes crises socioeconômicas devido às trágicas secas que martirizavam o sertão nordestino no final do século XIX e a crise do ciclo da

cana-de-açúcar na Zona da Mata. Crises estas que foram registradas além dos arquivos científicos e inspiraram romancistas da época, como os clássicos *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. O primeiro, citado por Josué no prefácio de *Geografia da Fome* em agradecimento e inspiração que as leituras da autora lhe proporcionaram.

A região Nordeste está dividida em uma faixa litorânea de Nordeste açucareiro, e outra representando uma fome de característica mais endêmica que, mesmo que tenha variações sazonais, se mantém na região com casos e óbitos em um quantitativo previsível.

O que hoje, em 2021, segundo dados coletados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Rede PENSSAN, ainda é paradoxal a concomitância de grande produção de alimentos e os dados de fome e desmatamento na Amazônia. Observando a exploração campestre em latifúndios e monocultura açucareira na obra de Castro, identificamos que esse paradoxo é parte de uma geografia velha que persiste como “[...] novas geografias que merecem ser analisadas detidamente: geografia da desigualdade, da pobreza, da produção de alimentos, da crise socioambiental e alimentar, entre tantas outras” (p.8)

As denúncias de desmatamento e abusos socioambientais não se restringiram à mata amazônica, se estenderam à geografia do Nordeste brasileiro, que teve uma monocultura desastrosa,

Para o autor, assim como a região amazônica foi ilustrativa de uma ecologia maltratada, o Nordeste açucareiro teve uma monocultura danosa.

Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o nordeste a vida de seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (Castro, 1965, p. 93).

Assim, o Nordeste açucareiro foi marcado como um espaço de exploração campestre nos latifúndios de monocultura açucareira. Muitas lutas e crises regionais decorrentes da exploração do colonialismo transformaram suas fragilidades, como o fenômeno da seca. Nesse cenário, os agentes capitalistas exerciam influência significativa na cadeia alimentar, desde a produção agrícola até a comercialização nos centros urbanos. Grandes conglomerados controlavam vastas extensões de terras para o cultivo de monoculturas voltadas para a exportação, muitas vezes, em detrimento da diversidade e da sustentabilidade ambiental. Segundo Josué, “O que falta é vontade política para mobilizar recursos a favor dos que têm

fome”, porque a seca não é só água, é política e desenvolvimento (p.164).

O desgaste ecológico nas três regiões do livro está associado a um tipo de colonização de “[...] domínio monopolista sobre grandes extensões de terra; existência de enorme massa de camponeses não proprietários, de condição social heterogênea, regra geral, pobres [e] posições opostas vividas pelos grandes proprietários fundiários e a massa rural sem-terra.” (Castro,1965, p. 283). A dinâmica de estruturas de poder e exploração econômica estabelecidas durante o período colonial continuaram a influenciar a região, mesmo após a independência.

No contexto específico do Nordeste açucareiro, que foi o principal produtor de açúcar durante a era colonial, grandes propriedades de terra (fazendas) ainda são dominadas por elites locais ou multinacionais, que controlam a produção de *commodities* como o açúcar, utilizando frequentemente mão de obra barata e condições de trabalho precárias. A exploração econômica foi contínua, “[...] o que mais tem faltado ultimamente ao Nordeste é um pouco mais de força política – liderança – para reivindicar em termos dialéticos, e não de súplica, os seus direitos humanos.” (Castro, 1965, p. 270).

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao cultivo dessa planta. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, desse modo, os recursos alimentares da região (Castro, 1965, p. 95).

O Nordeste açucareiro foi uma região que teve que renunciar às suas florestas em troca de campos abertos para o plantio cada vez mais desvairado da cana. Foram quatrocentos anos de destruição da mata virgem, resultando numa “dramática experiência sociológica” (Castro, 1965, p. 93). A indústria e o comércio em torno da cultura da cana definiram a sua paisagem e trouxeram a essa região todos os problemas decorrentes da monocultura: além da exaustão do solo, da retirada de nutrientes, da retirada da cobertura vegetal, de erosões e enxurradas, de profundo desequilíbrio ecológico, de perda da biodiversidade local e de condições propícias para o surgimento de pragas e doenças, ainda temos os danos causados pela ação indireta de seu cultivo, a exploração latifundiária.

Existe uma diferença entre as ecologias da fome do Norte e do Nordeste. A fome do Norte é explicada por questões naturais como a pobreza da floresta.

Que a região amazônica seja uma região de fome justifica-se até certo ponto, pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares. A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo, quanto do clima regionais, sempre foram as

mais propícias ao cultivo certo rendoso de uma infinidade de produtos alimentares (Castro, 1965, p. 94).

No Nordeste, essa fome não pode ser explicada pelas mesmas razões. O solo era rico, fértil, o clima tropical, sem as abundantes chuvas da região amazônica, favorecia o plantio e muitas árvores trazidas de terras distantes se aclimataram muito bem na região, como a jaca, o coco, e a fruta-pão (Castro, 1965, p. 94). Porém, como afirmado por Josué, os colonizadores portugueses escolheram sacrificar outros cultivos, em favor da cana-de-açúcar, mais rentável no mercado internacional.

Essa infeliz opção trouxe no seu bojo diversos problemas para a região. O solo que se tornou infértil era um solo propício à erosão e, vinculado a isso, todos os problemas advindos da monocultura e do latifúndio. O desgaste decorrente foi não apenas à terra exaurida, mas uma mão de obra semiescrava, miserável, de operários e camponeses que definhavam, trabalhando de sol a sol.

Considerando dados de Cruz a respeito do esforço físico nesse processo de trabalho, ele afirma que “em dez minutos o trabalhador derruba 400 kg de cana, desferiu 131 golpes de podão, faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação” (2013, p. 375). No final do dia, esse trabalhador terá desferido “3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto” (Ibidem). Isso tudo, em um ambiente no qual a temperatura chega acima de 27 graus centígrados, com muita fuligem no ar.

Sobre a terra, recai o fantasma da total destruição. Da mata nativa restam apenas “pequenos retalhos esfarrapados” (Castro, 1965, p. 102). A diminuição do húmus e a facilitação do processo de lavagem levam o solo a um inevitável processo de erosão,

[...] Erosão que constitui um perigo tremendo, uma verdadeira ameaça de fome progressiva na região, representando um fenômeno de proporções mais alarmantes do que possam pensar os menos avisados. Alarmantes principalmente por seu caráter irreversível, não dispondo o homem de nenhum recurso para refazer a riqueza do solo que a água arrasta para o mar (Castro, 1965, p. 103).

Os danos ecológicos não arruinaram somente o solo. Toda a região foi afetada, toda a fauna da região sofreu, pois mantinha uma ligação constante com todo o entorno, outrora cercado pelas florestas. François Picard, cuja obra *Les Phénomènes Sociaux chez les Animaux* fora citada por Josué, dizia que

Não se transforma uma floresta em savana sem graves alterações na fauna regional. Não se pode abrir estradas, nem cultivar campos sem aniquilar ou rechaçar inúmeras espécies animais. Estas são perseguidas e destruídas, ou se retiram da região, assustadas e desorientadas pela presença do homem (François Picard, 1933, apud Castro, 1965, p. 106).

A economia açucareira provocou uma situação desoladora do Nordeste açucareiro. “O que é mais grave é que não foi apenas destruindo o que havia de aproveitável para o solo –

que a cana foi prejudicial – mas, também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de recursos outros de subsistência, que encontrariam nessas terras tropicais condições as mais propícias ao seu desenvolvimento.” (Castro, 1965, p. 107).

A exceção a essa regra foi o negro que, mesmo contrariando as ordens do senhor, plantava escondido as roças de milho, mandioca e feijão, diversificando assim, mesmo que em pequenas partes, o verde da monocultura canavieira. Porém, suas pequenas roças eram insignificantes e não poderiam representar uma resistência frente ao imenso mar verde que eram as plantações de cana. Nos quilombos, esse cultivo era mais intenso, beneficiando-se o negro das expertises adquiridas nas plantações do senhor. Seu roçado era o seu maior bem. Sabendo disso, a luta contra os quilombos se dava em grande parte pela destruição de suas plantações.

É ainda Edison Carneiro quem nos informa que, em relatório, o ex-governador João de Sousa considerava que o mais sensível mal de que os negros sofriam era a destruição de suas lavouras, propondo o estabelecimento de dois arraiais de tropas para estorvar-lhes a plantação de mantimentos, a maior opressão de que eles padecem (Castro, 1965, p. 115).

Os senhores de engenho tinham, segundo Josué, “(...) mais ciúme de suas terras do que de suas mulheres (...)” (Castro, 1965, p. 116). Por conta disso não aceitavam qualquer tipo de cultura que não fosse a cana. Consideravam menos nobre e mais pobre, invertendo o conceito e ignorando que a monocultura, esta sim, e a opção pela farinha de mandioca – base de toda a alimentação do Norte e do Nordeste – é que tornavam o complexo alimentar do Nordeste um dos mais pobres do país, arrastando aquela população a uma condição de grave subalimentação.

Fugindo das grandes propriedades e latifúndios, nos quilombos a agricultura era voltada para o grupo Palmares, o mais significativo dos núcleos de libertação negra da tirania monocultora, que se apresenta como uma demonstração decisiva da absoluta integração do negro à natureza regional, aproveitando integralmente seus recursos e desenvolvendo a favor de suas possibilidades recursos novos. Na paisagem cultural de Palmares, com os traços naturais da terra tão bem ajustados às necessidades do homem, vamos encontrar um regime de policultura sistemática (Castro, 1965).

A crescente necessidade de mão de obra fez crescer e explodir a concentração demográfica. Esta situação se repete em várias zonas açucareiras, como em Pernambuco, Barbados, Porto Rico, Haiti e Jamaica. “São todas estas áreas de monocultura da cana, zonas de fome, das mais acentuadas manchas de miséria orgânica de toda a América Latina.” (Castro, 1965, p. 118). A desigualdade social e a pobreza perpetuaram-se através da concentração de terras e recursos nas mãos de poucos. Com isso, grande parte da população

ainda vive em condições precárias. As elites locais exerciam influência significativa sobre os governos locais e regionais, moldando políticas que favorecessem seus próprios interesses em detrimento do bem-estar da população em geral.

As modificações ecológicas da monocultura impingiram uso de tecnologias e substratos específicos para os seus problemas de produção em larga escala. Isso inclui o desmatamento. O processo de degradação ecológica dessa região do Nordeste marca uma relação neocolonial nessa época do livro, como houve na África e Ásia antes da Segunda Grande Guerra. Essa relação evidencia o aumento da desigualdade social, as dificuldades de monitoramento e enfrentamento. No entanto, a questão não mobilizou providências realmente estruturais no enfrentamento da fome endêmica e epidêmica no Brasil, tendo as iniciativas um efeito a curto prazo, decorrente da destruição provocada por países estrangeiros.

As grandes propriedades se mantiveram numa cultura patriarcal alinhada à ditadura, com caráter populista na era Vargas, de 1937 a 1945, com o Estado Novo e as oligarquias. A burguesia industrial se voltou contra Vargas em tensão com a possibilidade de retorno e com a mobilização de massa e se aliou com o exército no golpe militar. A ideia de um Brasil do futuro, desenvolvimentista, sim, mas que privilegiava principalmente a parte da população grande proprietária de terras, e a burguesia oligárquica de grandes centros estava crescendo e se estruturando no sistema financeiro com grandes empresas. “É verdade que esta larga mancha negra da fome se atenuou um pouco em certos pontos, se retraíram os seus limites noutros, mas o quadro geral perdura mais ou menos idêntico. Ganhou-se nos últimos anos uma melhor consciência da realidade do problema, “[...] mas pouco foi obtido, como resultado concreto, para melhorar de fato a nossa situação alimentar.” (Castro, 1965, p. 272).

A dependência contínua da produção de commodities, como o açúcar, ainda hoje, torna a região vulnerável a flutuações nos preços globais e a políticas externas que podem afetar negativamente a economia local. Uma herança que se reflete na cultura da região, com padrões de consumo e comportamento social influenciados por valores e normas estabelecidos durante o período colonial.

Sem critérios de desenvolvimento voltados para a população e seu mal de fome, Josué mostrava que “o Brasil é um dos países de fome no mundo atual. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofre o Brasil as duras consequências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social” (1965, p.254). Em sua análise deixou um compêndio de estratégias de enfrentamento: combate ao latifundiarismo; conservação de recursos naturais; atualização de legislação contra exploração de terras; apoio à produção circunvizinha para certos gêneros mais perecíveis, como as frutas; intensificação

de policultura; técnicas economicamente viáveis (produzir sem exaurir); financiamento bancário; formação de núcleos coloniais de base agrícola e cooperativismo.

4.3 O "progresso social" não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística

O desenvolvimento econômico do Brasil, quando medido através dos índices da renda média per capita, não pode ser contestado. Mas, se procurarmos auferi-lo, por meio da distribuição real das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se ele, então, bem menos efetivo. E a verdade é que o progresso social não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística, e sim por sua distribuição real (Castro, 1965, p. 273).

A relação entre a produção de alimentos no Brasil e o mercado externo, em muitos aspectos, reflete uma dinâmica impulsionada pela globalização. De acordo com a observação de Richard Temple, citada por Castro, “enquanto tantos infelizes morriam de fome, o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. Os famintos eram demasiadamente pobres para comprar o trigo que lhes salvaria a vida” (Castro, 1965, p. 11-12). Sob um paradigma baseado em relações internacionais, os interesses econômicos frequentemente priorizam a exportação em detrimento do abastecimento interno, deixando a demanda doméstica em segundo plano. Essa é a questão.

A desproteção do mercado interno de alimentos da época de Josué coincide com o acirramento de *commodities* agrícolas hoje. São atividades de mercado que disputam alimentos básicos na alimentação mundial. O abastecimento de alimentos para a população local envolve crises sanitárias, taxações, subsídios, taxa de câmbio e condições ecológicas e alteram estratégias de negociações e políticas públicas. Hoje o mercado de alimentos representa a riqueza do país e elabora estratégias de vendas do tipo contrato de compra e vendas futuras e planejamento agrícola a longo prazo, operando compromissos entre governo e agricultores na conduta financeirista de *commodities*.

Na região Norte, no período da obra de Josué, alguns alimentos regionais, por exemplo, farinha de mandioca, sustentavam famílias inteiras que sobreviviam à custa de queimadas, representando uma economia destrutiva sem apoio ou educação. Ainda que pudesse ser implantada uma economia produtiva com outras possibilidades tecnológicas de uso de terras, na geografia da fome, isso não acontecia. A desproteção do mercado interno de alimentos e o acirramento do que hoje denominamos *commodities* dizem respeito principalmente às iniciativas públicas de apoio na região, que preferiram cobrir o ciclo da borracha, voltado para exportação. Esse ciclo atendeu às necessidades do mercado externo, em especial o norte-americano, que abria espaço para a indústria automobilística, e a borracha

era um produto essencial nesse ramo¹². A segunda revolução industrial na produção automobilística dos EUA mantinha este ciclo exportador, mas o processo levou a população à fome mais intensa ainda, pois o segundo ciclo da borracha na região norte acabou logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a substituição de consumo pela borracha sintética no mercado externo, o que desvalorizou o látex.

Milhares de nordestinos foram recrutados e transportados para a Amazônia pelo governo brasileiro com o objetivo de extrair o látex das seringueiras e, posteriormente, transformá-lo em borracha para exportá-la para os Estados Unidos e Europa. Esses trabalhadores e trabalhadoras ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”. Os jovens trabalhadores e suas famílias foram expostos a terríveis condições de sobrevivência. Parte significativa deles, mais de 10 mil, morreu de malária, ataques de indígenas e outras adversidades próprias da mata. Trabalhavam cerca de 14 horas por dia e ficavam à mercê dos donos de seringais. O regime de trabalho, análogo ao da escravidão era feito de forma que esse homem fosse obrigado a contrair, por conta de sua alimentação e da família, dívidas altas no armazém dos proprietários de seringais, e o seu parco soldo mal dava para pagar a dívida contraída. Enquanto empobreciam e adoeciam, enriquecia o seringalista com a exportação da borracha e a exploração do comércio local. A grande maioria não conseguiu voltar às suas cidades de origem devido a dívidas e falta de dinheiro para o retorno ou enfermidades que dificultavam a viagem penosa de volta ao lar. Muitos morreram de fome, após serem demitidos devido à diminuição da demanda pelo látex. Ao contrário do tratamento dado aos pracinhas, que combateram na Europa, os soldados da borracha foram abandonados à própria sorte. O abandono desses homens pelo Estado brasileiro só foi reconhecido em 1988, quando as indenizações foram aprovadas com previsão de serem liberadas apenas em 2014 (Cunha, 2018).

Na colônia de exploração das áreas tropical e subtropical, o próprio clima era inóspito aos colonos iniciantes. Era uma colonização mercantil, destinada a extrair os bens e comercializá-los no mercado europeu. Não havia um planejamento de médio e longo prazo, uma organização que visasse ao progresso do lugar, toda e qualquer racionalidade seria imediatista e atrelada a ganhos econômicos à custa do extrativismo, da pirataria, e todos os custos sociais desse processo eram administrados por quem ali permanecesse (Castro, 1965).

Essa lógica econômica tende a priorizar a produção de *commodities* agrícolas, como

¹² Veja mais sobre "Ciclo da Borracha". Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ciclo-borracha.htm>>. Acesso em: 01 jun.2024.

soja, milho e carne, que têm demanda internacional e geram altos lucros. Como resultado, a produção de alimentos destinados ao mercado interno fica em segundo plano, contribuindo para a escassez e o encarecimento de produtos básicos, especialmente em regiões mais distantes dos centros de produção.

O transporte entre o campo e a cidade também se reflete nas condições de vida dos agricultores familiares, que muitas vezes enfrentam dificuldades para acessar os mercados consumidores e competir com os preços mais baixos dos alimentos importados ou produzidos em larga escala. Observando, então, o sentido mercadológico do alimento, atrelado ao liberalismo global, a supremacia de grandes redes varejistas – como os supermercados – emergem como outra problemática relacionada ao distanciamento entre o campo e a cidade, dando caráter impessoal às relações de consumo e socioculturais (Alves Maciel, 2022).

O açúcar é uma entre as commodities produzidas no país. Tem uma relação longínqua de produção em larga escala na história do Brasil, desde os tempos coloniais, e é exportado na forma cristal, refinado e demerara. Apesar de também ser produzido através da beterraba, é a cana que detém o maior percentual como matéria prima para esse produto. Cerca de 70% do açúcar do planeta é produzido a partir da cana, e o Brasil é o maior produtor do mundo. Cerca de 21% do açúcar global é produzido no Brasil, seguido da Índia e da China. Em cerca de quarenta anos a produção dobrou. De 71 milhões de toneladas no início da década de 70, pulou para a casa de 160 milhões de toneladas na safra 2008/09. O consumo vem crescendo em todo o mundo, e atingiu a marca de 162 milhões de toneladas na última safra. Por óbvio, se aumenta a demanda, é preciso aumentar a produção e, assim, cresceu o cultivo da cana, que de menos de um bilhão de toneladas no meio da década de noventa saltou para aproximadamente 1,7 bilhão de toneladas em 2008¹³.

O açúcar é uma *comodity* do tipo agrícola e se caracteriza por ser um produto do agronegócio. O Brasil é considerado uma superpotência agrícola no mercado mundial de alimentos desse tipo. Dessa forma, o país é conhecido como um dos maiores produtores mundiais de *commodities* como açúcar, soja e café (Silva, 2020).

Essa dinâmica econômica cria um ciclo vicioso, no qual a produção de alimentos é direcionada para atender às demandas do mercado global, em detrimento da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável local. Para mitigar esses impactos, seria estratégico promover políticas que valorizassem a diversificação produtiva em circuitos curtos de produção de alimentos e fortalecessem os mercados locais, reduzindo a dependência do

¹³Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/commodities/acucar/introducao>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Brasil em relação às exportações agrícolas e garantindo o acesso equitativo aos alimentos para toda a população, conforme anteriormente indicado por Josué de Castro.

O problema está preso a alguns pontos fundamentais, dentre os quais se destacam: produção insuficiente (decorrência natural de uma intrincada gama de fatores negativos), dificuldades na conservação dos alimentos em condições climáticas desfavoráveis, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações. Todos esses aspectos se ligam uns aos outros de forma indissolúvel, não sendo possível resolver o problema sem atacá-lo em todos esses pontos. O aumento da produção local é um objetivo inteiramente ao alcance da realidade. Com a organização de núcleos coloniais estabelecidos, consoante planos econômicos e técnicos bem elaborados pela exploração racional da pesca em grande escala, pelo melhoramento das raças existentes na pecuária local, pela introdução de modernos e adaptados métodos agrônômicos de uso e conservação do solo, pela introdução da avicultura em bases de exploração doméstica, pelo aproveitamento dos frutos silvestres e industrialização caseira ou rural de frutas e hortaliças cultivadas, os recursos alimentares da Amazônia dariam de sobra, tanto para suas atuais populações, como para manter boas levas de imigrantes (Castro, 1965, p. 88).

A exploração industrial e econômica na América Latina, principalmente na Amazônia brasileira, é um tema complexo que envolve questões de controle estrangeiro sobre recursos naturais, instabilidade econômica e impactos sociais profundos. O livro *Geografia da Fome* aborda criticamente esse cenário, desde a dominação estrangeira na indústria extrativa da borracha até as consequências socioeconômicas e de saúde associadas a ciclos econômicos específicos.

A presença dominante de organizações estrangeiras nas indústrias extrativas da América Latina reflete um desequilíbrio no controle e na distribuição de recursos naturais. Muitas vezes, os lucros dessas atividades são desviados para fora dos países latino-americanos, contribuindo para a dependência econômica e a exploração de seus recursos.

A dependência de produtos de exportação, como café, açúcar, cacau e banana, para o mercado externo, em detrimento do consumo interno, torna as economias latino-americanas vulneráveis às flutuações do mercado global. A monocultura e a concentração na indústria extrativa podem levar à instabilidade econômica e à marginalização de outras atividades econômicas sustentáveis (Rosa, 2022).

O comércio interno e o intercâmbio comercial entre os países latino-americanos são limitados e desequilibrados, refletindo estruturas comerciais antiquadas e restrições históricas de imposição pelas potências coloniais. A falta de integração regional e a dependência de mercados externos contribuem para a fragilidade econômica e a desigualdade entre as diferentes regiões e países (Rosa, 2022).

No livro, Josué pontua que há uma conexão crucial entre a estrutura econômico-social e a utilização racional dos recursos alimentares. Quando os recursos são escassos e os hábitos

alimentares são inadequados, isso muitas vezes reflete uma falha na forma como a sociedade organiza e distribui seus recursos. Uma estrutura econômico-social desfavorável pode levar a práticas que não priorizam o uso eficiente dos recursos disponíveis, resultando em desperdício, desigualdade no acesso aos alimentos e má utilização das possibilidades geográficas para produção agrícola e alimentar. Assim, é fundamental abordar não apenas os hábitos individuais, mas também as políticas e estruturas que influenciam como os recursos alimentares são utilizados e distribuídos na sociedade. A triste realidade de muitos lugares é a de que a promessa de abundância contrasta drasticamente com a dura realidade da fome. O Eldorado, com suas lendas de riqueza infinita, muitas vezes serve como símbolo dessa promessa não cumprida. É um lembrete poderoso de que, mesmo em regiões de grande potencial econômico, a desigualdade e a falta de distribuição equitativa de recursos podem resultar em um profundo sofrimento humano.

O conhecimento avança com financiamentos e segue políticas de instituições públicas e privadas, assim cada alimento que estudamos não é um objeto absoluto que se revela como nutritivo. Não se concebe a natureza separadamente da cultura, portanto o tipo de alimento produzido de cada região mapeada por Castro está mergulhado em uma ecologia humana suscetível a interesses políticos. A castanha-do-pará, por exemplo, foi também um alimento importante na cultura alimentar da região no período da obra. Mas não era conhecida como hoje Castanha do Brasil. Segundo o autor, este fruto oleaginoso, rico em proteínas e ácidos graxos, era conhecido como "carne vegetal" devido à sua composição nutritiva semelhante à carne, e isso estava ligado, claro, à carência de acesso à carne como se conhecia na ocasião, de gado. Assim, apesar de ser uma riqueza local que poderia ser elemento culinário da cultura regional alimentar, com potência de enfrentamento da fome na região, a castanha-do-pará foi mais valorizada como produto de exportação.

A introdução de novos alimentos e práticas alimentares globalmente tem impactos significativos nas dietas locais e nos padrões alimentares tradicionais. O exemplo da província de Travancore, na Índia, comparada ao regime alimentar do seringueiro na Amazônia, ilustra bem essa dinâmica complexa entre tradição e modernidade, entre o local e o global (Castro, 1965). Em Travancore, a mandioca era uma cultura nativa de maior rendimento que o arroz, tornou-se a base da alimentação local, destacando a importância dos alimentos autóctones na dieta tradicional. A mandioca, rica em carboidratos e amplamente adaptada às condições locais, desempenha um papel vital na alimentação e na sustentabilidade agrícola da região (Castro, 1965).

A globalização, embora iniciante como intercâmbio anteriormente, expandiu-se com a

industrialização no fim do século XIX e vem se enraizando como um tipo de troca ampla, técnica, financeira, cultural e comercial. Segundo Santos (2001), a produção globalizada é produtora da desigualdade social “[...] se impondo como uma fábrica de perversidades.” (p. 19). Para esse autor, tinha um aspecto de fábula, onde somente os países centrais se destacavam, os periféricos se globalizavam em suas posições cada vez mais vulneráveis e dependentes de um capitalismo selvagem, uma espécie de “[...] aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito de encurtamento de distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse torando, para todos, ao alcance da mão” (p.19)

Mas Santos não se negava a pensar uma outra globalização e, assim como Josué de Castro, pensava em estratégias possíveis a solidariedade coletiva.

O regime alimentar do seringueiro na Amazônia refletiu, além do cultivo local de mandioca, uma influência globalizada, com a presença de alimentos importados da Europa, como carne-seca, charque, *corned-beef*, conservas em latas, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, que foram incorporados como sustento para os soldados da borracha. Essa mudança nos hábitos alimentares dos seringueiros foi preocupante, mesmo não sendo distribuída a todos como se queria, representou a transição de uma dieta tradicionalmente baseada em alimentos frescos e locais para um regime alimentar mais processado e industrializado (Castro, 1965).

As condições dietéticas tinham consequências negativas para a saúde dos seringueiros. O paralelo entre a globalização e as mudanças nos regimes alimentares tradicionais destaca a importância de promover práticas alimentares sustentáveis e saudáveis que respeitem as tradições locais e os conhecimentos ancestrais sobre alimentação e nutrição. Segundo Josué, seria essencial equilibrar a introdução de novos alimentos e tecnologias com a preservação das práticas alimentares tradicionais e a valorização dos alimentos locais e sazonais.

A globalização exerceu uma influência ambivalente sobre os regimes alimentares tradicionais, oferecendo oportunidades para a diversificação e enriquecimento das dietas locais, mas também apresentando riscos de adoção de hábitos alimentares menos saudáveis e mais processados. A promoção da segurança alimentar e nutricional requer uma abordagem integrada que valorize a biodiversidade alimentar, os sistemas alimentares sustentáveis e o respeito pelas culturas alimentares locais em um mundo globalizado. As mudanças na região da Amazônia influenciaram a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população local. A introdução de novos alimentos, práticas agrícolas e

sistemas de distribuição de alimentos alterados pelos padrões alimentares tradicionais, trouxeram desafios e oportunidades para a população amazonense (Yuyama et al., 2007; Almeida, 2021).

Da mesma forma, no Nordeste açucareiro as raízes históricas do colonialismo europeu marcaram uma desclassificação de muitos aspectos locais e antecederam muitas dinâmicas contemporâneas moldadas por uma série de fatores, incluindo políticas nacionais e internacionais, globalização econômica e ações de atores locais e globais. Para superar os aspectos globais excludentes da cultura local, seria necessário um esforço conjunto para, promovendo um desenvolvimento econômico inclusivo, identificar as condições que marcavam a situação de fome, de modo a reduzir a desigualdade e fortalecer as instituições democráticas.

Estudos destacam que a globalização levou a mudanças na dinâmica econômica e geopolítica da fome, afetando as relações de poder na governança global da segurança alimentar. A soberania alimentar tem sido apontada como uma forma de resistência a essas mudanças, buscando emancipar-se do domínio das grandes corporações alimentares e promover a segurança alimentar local (Yuyama et al., 2007; Almeida, 2021).

A questão da reforma agrária na ocasião era uma saída do país no enfrentamento da fome, “é claro que, para se processar esta reforma estrutural, seria necessário muito maior número de braços do que dispõe atualmente a agricultura regional. Mas também haveria comida para muito maior número de bocas e se restabeleceria, deste modo, o equilíbrio econômico da região.” (Castro, 1965, p. 90).

A importância da agroecologia como um compromisso e luta dos movimentos sociais rurais na região amazônica tem sido ressaltada como uma forma de garantir a segurança e a soberania alimentar, valorizando os saberes tradicionais e promovendo a produção agroecológica baseada na agricultura familiar (Yuyama et al., 2007; Almeida, 2021).

4.4 Existem 2/3 de pessoas que não dormem porque sentem fome, e 1/3 de pessoas que não dormem por medo dos que sentem fome

A fome no Brasil tem raízes históricas. Ela começa com o espírito do colonizador em extrair o máximo que podia da terra, sem a menor preocupação de fazer com que esses produtos servissem como subsistência e matassem a fome dessas populações. A ganância é a mola mestra desse processo civilizatório e o resultado é um exército de famintos produzido pela cegueira e pela total falta de empatia e compaixão. Não se interessava por nada do que

não se pudesse tirar alguma vantagem, algum lucro. Josué cita em seu estudo diversos ciclos que ele chamou de “ciclos sucessivos de economia destrutiva”, quais sejam: “o do pau brasil, o da cana de açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha, e finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação.” (Castro, 1965, p. 264-265).

Tudo isso debaixo do olhar complacente e inábil do poder político que privilegiava um pequeno grupo de proprietários de terra, em detrimento de uma imensa maioria que tinha as suas aspirações políticas, sociais e culturais desprezadas por esse pequeno grupo. “Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome.” (Castro, 1965, p. 268).

O esquecimento recorrente de algumas regiões de fome no Brasil também é um fator de agravamento deste tão triste cenário. Norte e Nordeste, até há bem pouco tempo, eram regiões esquecidas pelos governantes, e a carência alimentar era um fato alarmante. Houve um momento em que crianças eram enterradas no Nordeste em caixas de sapato, porque não havia mais caixões para atender à tão alta demanda. Esse e outros fatos impactantes são narrados em um documentário televisivo do qual já falamos aqui, documentário esse que dá conta da morte de 300 crianças por dia de fome no Brasil, a maioria no Nordeste.

O Nordeste esquecido não quer estar de pires na mão para os estados do Sul a cada seca. Exige respeito à sua cultura e à sua economia. Grande parte das receitas geradas por seus produtos de base são retidos pelo governo para investir na industrialização do Sul, provocando um desnível econômico ainda maior entre as regiões, fomentando, assim, ainda mais o conceito de subdesenvolvimento. A diminuição ou a total erradicação da dependência econômica entre as regiões, alteraria consideravelmente os caminhos tortuosos da fome nessas áreas.

Os contrastes enormes que caracterizam esse país são evidentes, contrastes que vão desde as diferenças econômicas e sociais de uma região para outra até o fato de “possuirmos uma indústria de alto padrão moderno e uma agricultura de índole feudal, apegada à rotina, a mais conservadora.” (Castro, 1965, p. 272).

Josué aponta em seu estudo que a fome diminuiu um pouco, mas que, em termos gerais, o cenário mudou muito pouco. Podemos deduzir a partir desse comentário que a fome no Brasil caminha entre altos e baixos. A industrialização, em vez de amenizar o problema da carência alimentar dessas populações, teve um efeito contrário e aumentou ainda mais a falta de proteínas, por exemplo, nas crianças pobres dos grandes centros urbanos das metrópoles do

Sudeste. Esse e outros fatores nos permitem concluir que a região do Brasil, ao Sul, era “uma zona de subnutrição crônica, cujas populações, embora libertadas em sua maioria das formas mais graves da fome, estão, no entanto, longe de gozar dos benefícios de um metabolismo perfeitamente equilibrado.” (Castro, 1965, p. 261).

O problema está preso a alguns pontos fundamentais, dentre os quais se destacam: produção insuficiente (decorrência natural de uma intrincada gama de fatores negativos), dificuldades na conservação dos alimentos em condições climáticas desfavoráveis, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações (Castro, 1965). Todos esses aspectos se ligam uns aos outros de forma indissolúvel, não sendo possível resolver o problema sem atacá-lo em todos esses pontos. Castro já mostrava sinais de uma crise ecológica, mas quando criticava um tipo de desenvolvimentismo concentrador de renda e produtor de desigualdade social, também propunha soluções para o combate a fome e crescimento do país se houvesse transformações nas estruturas econômicas, sociais e políticas sem que se desconsiderasse a cultura local. O êxodo dos nordestinos, por exemplo, podia ser uma solução de mão de obra para a industrialização e urbanização, mas representou sofrimento denunciado juntamente com a incapacidade de se transformar a cultura local com melhorias para os grupos sociais. Na canção *Paraíba Masculina* o sofrimento aflora com poesia,

“Quando a lama virou pedra e o mandacaru secou
Quando ribaçã de sede, bateu asas e voou,
Foi aí que eu vim embora carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço pra ti pequenina.”

À medida que mais pessoas migravam para as cidades em busca de oportunidades, a demanda por alimentos industrializados e de conveniência aumentava, criando um mercado favorável para empresas capitalistas na produção e venda de alimentos (Castro, 1965). As relações entre o campo e a cidade têm impacto direto nos padrões alimentares da sociedade, considerando que a maioria da população mundial vive em áreas urbanas. Atualmente, 54% da população reside em centros urbanos e estima-se que esse número aumente para 66% até 2050, conforme dados da ONU (2012). Essa crescente urbanização acirra um distanciamento entre o ambiente rural e o urbano, bem como entre as pessoas e a natureza, dificultando a compreensão dos processos sociais relacionados à produção de alimentos. Como resultado, os habitantes urbanos estão cada vez mais desconectados, tanto fisicamente quanto conscientemente, da origem dos alimentos que consomem, refletindo uma falta de conexão com o meio rural e suas práticas agrícolas (Inguaggiato; Olivatto, 2021).

Sobre o processo de urbanização do Nordeste, afirma Josué, que ele se inicia na

invasão holandesa, que provocou uma maior concentração urbana em Recife. Entendemos por “urbanização” o crescimento, o inchaço do espaço das cidades, em detrimento do espaço do campo, o espaço rural. No Nordeste, a indústria açucareira contribuiu sobremaneira para esse fenômeno, mas não apenas ela. As terríveis secas do sertão nordestino e os salários de fome das zonas de usinas expulsavam centenas de pessoas de seus lugares de origem, em sombrias procissões, vagando em busca de uma vida mais digna. Sobre isso, Graciliano Ramos descreve a “retirada” em sua obra *Vidas Secas*. Vários escritores e escritoras brasileiros retrataram a “retirada” em seus romances e contos. Rachel de Queiroz com “O Quinze” produz mais do que um simples livro: é “um documentário admirável” da seca de 1915, nas palavras de Josué. Documentário, porque vai além de descrever a penúria intensa do sertanejo com a seca e a fome. Descreve, sobretudo, “[...] a miséria moral a que ficam eles reduzidos durante esse período de privações extremas.” (Castro, 1965, p. 210). O livro *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, é mais uma importante obra no que se refere à descrição dessa triste circunstância. “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de Canaã” (Almeida, 1972, p.27), segundo palavras do autor. *Morte e Vida Severina* é mais uma dessas obras marcantes que não deixam pedra sobre pedra sobre os retirantes. Poema de João Cabral de Melo Neto, narra a jornada de Severino, um retirante nordestino em busca de sobrevivência. Severino deixa o sertão seco e miserável e segue o rio Capibaribe até o litoral, onde espera encontrar uma vida digna. No caminho, ele se depara com a morte, a fome, a exploração e a falta de esperança de outros retirantes. O poema é uma denúncia social e uma reflexão sobre a vida e a morte no Nordeste.

Diversas canções nordestinas, principalmente aquelas do ídolo maior desse povo sofrido, Luiz Gonzaga, o Rei do baião e seus parceiros, retratam a penosa viagem do sertanejo pelas estradas, fugindo das terras castigadas pelo sol e pela falta d’água. Uma delas, a famosa Asa Branca virou um hino. Na letra bem construída por Humberto Teixeira, a descrição precisa do sofrimento, da necessidade absoluta do precioso líquido – que além de matar a sede do homem e dos animais, também mata a sede do solo, fazendo brotar a plantação – a partida triste, o sonho, e a esperança de voltar.

[...] Que brasileiro, que fornália, nenhum pé de plantação,
 Por falta d’água, perdi meu gado, morreu de sede meu alazão.
 Inté mesmo a Asa Branca bateu asas do sertão
 Entonce eu disse adeus Rosinha, guarda contigo meu coração.
 Hoje longe muitas léguas, numa triste solidão
 Espero a chuva cair de novo pra mim vortá pro meu sertão.
 (Teixeira, 1947)

Além da conhecida *Asa Branca*, Luiz Gonzaga cantou a fome e os retirantes do sertão nordestino em muitas de suas primorosas canções. Além disso, eternizou outras, como a bela

e melancólica *A Triste Partida*, de Patativa do Assaré, em que descreve a dor e a esperança do migrante nordestino.

Sem chuva na terra descamba janeiro, depois fevereiro e o mesmo verão.
 Entonce o nortista pensando consigo diz: isso é castigo não chove mais não.
 Apela pra Março que é o mês preferido, do santo querido senhor São José,
 Mas nada de chuva tá tudo sem jeito lhe foge do peito o resto da fé.
 Agora pensando ele segue outra tria. chamando a família começa a dizer
 Eu vendo meu burro meu jegue e o cavalo nós vamo à São Paulo viver ou morrer
 Nós vamo à São Paulo que a coisa tá feia por terras alheias nós vamo vagar
 Se o nosso destino não for tão mesquinho, pro mesmo cantinho nós torna a voltar
 Em um caminhão ele joga a família, chegou o triste dia já vai viajar
 A seca terrível que tudo devora, lhe bota pra fora da terra Natal.
 (Assaré, 1964)

Essas populações eram tangidas de seus lugares de origem para outras cidades. No caso da canção, a família se desloca para São Paulo, porém, muitos migravam do campo para a capital. Foi o que aconteceu com a cidade de Recife, que, à época de Josué, contava com 700 mil habitantes e, desse total, cerca de 230 mil moravam em mocambos, normalmente nos mangues constituindo, assim, os bolsões de pobreza e as periferias miseráveis que se instalaram nos seus arredores.

Esgotados todos os recursos alimentares, quando as cisternas já mostram o fundo e o gado começa a morrer, é a hora de partir. Não há mais alternativa para esse homem que, por via da extrema falta de recursos, está sendo expulso de suas terras.

São as sombrias caravanas de espectros caminhando centenas de léguas em busca das serras e dos brejos, das terras da promessa. Com os seus alforjes quase vazios, contendo quando muito um punhado de farinha, um pedaço de rapadura; a rede e a filharada miúda grudada às costas, o sertanejo dispara através da vastidão dos tabuleiros e chapadões descampados, disposto a todos os martírios. (...) Vê-los é ver, em todas as suas pungentes manifestações, o drama fisiológico da inanição (Castro, 1965, p. 209).

O resultado de tão desesperada busca por um lugar mais digno e mais generoso de oportunidades é o imenso quantitativo humano que acaba se fixando nas periferias das capitais do Nordeste, dando continuidade à sua vida de privações e martírios. “No Recife, nos mangues do Capibaribe, desenvolveu-se uma verdadeira cidade de mocambos que cresce em seguida a cada seca com os novos casebres levantados no charco por levas de retirantes.” (Castro, 1965 p. 223).

Observa Josué que a fome não causa apenas danos no corpo, mas, também, na mente e na conduta social. “Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição” (Castro, 1965, p. 225). “A fome não é somente um fator de destruição da saúde e do vigor físico. Ela é ainda, em maior grau, um fator de desagregação moral. Na áspera luta para manter a vida, todos os escrúpulos ficam esquecidos. Vizinhos ficam contra

vizinhos e os fortes sem nenhuma contemplação com os fracos.” (Morgulius, apud Castro, 1965, p. 225).

Poucas mudanças efetivas aconteceram com o passar do tempo. O cenário atual não é muito melhor. A industrialização e a urbanização são processos que, frequentemente, caminham juntos e podem ter impactos significativos sobre a estrutura social e econômica das cidades. Esses processos, especialmente quando não são acompanhados de políticas públicas eficazes, podem levar a fenômenos como a favelização e as migrações precarizadas.

Industrialização geralmente implica no aumento da produção, que está relacionado ao desenvolvimento de fábricas e indústrias, que aumentam a produção de bens. Surge a criação de empregos e novas oportunidades nas áreas industriais. Aliado a isso, melhorias nas tecnologias e na infraestrutura, incluindo transporte, energia e comunicações. Uma das consequências desse processo de industrialização é a concentração urbana. Ela ocorre quando grandes números de pessoas se mudam para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego, educação e serviços. Isso pode levar ao crescimento das cidades, tanto em termos de população, quanto de extensão geográfica. A consequência desse inchaço é a favelização, processo pelo qual áreas urbanas se desenvolvem de forma desorganizada e sem a infraestrutura adequada. As habitações são precárias, construções improvisadas com materiais de baixa qualidade, total falta de infraestrutura com a ausência do Estado, em fornecer serviços básicos como água potável, saneamento, eletricidade e coleta de lixo. Esse é o cenário perfeito para o domínio do tráfico de drogas e, mais recentemente, da milícia, que só no estado do Rio de Janeiro domina algo em torno de 60% de seu território (Zaluar; Conceição, 2007).

As migrações precarizadas envolvem o deslocamento de pessoas de áreas rurais para urbanas (ou de uma cidade para outra) sem condições adequadas de transporte, trabalho e moradia. A busca por oportunidades, migração em busca de emprego, muitas vezes nas áreas industriais, o deslocamento forçado por conta de desastres naturais, conflitos ou políticas públicas (como desapropriações), também são causas desse tipo de migração desordenada.

A criação de indústrias atrai trabalhadores de áreas rurais ou de outras cidades. Esses trabalhadores, muitas vezes, migram sem garantias de condições de vida dignas. O rápido crescimento das populações urbanas supera a capacidade das cidades de fornecer habitação adequada, levando à formação de favelas. Sem planejamento urbano adequado, a infraestrutura das cidades não acompanha o crescimento populacional, agravando as condições de vida e favorecendo a favelização. Muitos migrantes acabam em empregos informais e mal remunerados, perpetuando a precariedade e a vulnerabilidade social. A

desigualdade aumenta as áreas de favelas que enfrentam desafios significativos em termos de saúde e saneamento, além do aumento da criminalidade em áreas urbanas precárias.

A falta de um planejamento urbano sustentável, políticas que garantam a criação de moradias dignas e infraestrutura adequada, políticas que visem a integração dos migrantes na economia formal e no sistema de segurança social são alguns fatores mostrados no mapeamento de Castro.

A indústria do açúcar, por exemplo, é uma das principais atividades agrícolas em muitos países ao redor do mundo, desempenhando um papel crucial na economia global. No entanto, essa indústria afeta negativamente o trabalhador, quando se trata do uso de agrotóxicos. Os agrotóxicos, amplamente utilizados para aumentar a produtividade e proteger as plantações de pragas e doenças, têm potenciais impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente. Hoje, agrotóxicos têm sido essenciais para garantir altos rendimentos e proteger os investimentos dos agricultores na produção de açúcar, mas com o uso indiscriminado e excessivo esses produtos têm consequências prejudiciais (Dos Santos, 2024).

Um dos principais pontos que pode ser relacionado às migrações desordenadas em relação ao uso de agrotóxicos na indústria do açúcar é o seu impacto na saúde humana. Os trabalhadores rurais que lidam com a aplicação desses produtos estão particularmente expostos a riscos, incluindo intoxicação aguda e crônica. Além disso, resíduos de agrotóxicos podem permanecer nos alimentos e na água, representando um risco para suas famílias e para os consumidores. Estudos têm associado o contato com agrotóxicos a uma variedade de problemas de saúde, incluindo câncer, distúrbios hormonais e danos ao sistema nervoso (Silva Neto, 2021).

Esses produtos químicos podem contaminar o solo, a água, e afetar a biodiversidade local, resultando em degradação do solo e perda de nutrientes, prejudicando a saúde a longo prazo juntamente com os ecossistemas agrícolas. A contaminação da água por resíduos de agrotóxicos afeta negativamente a vida aquática e a segurança hídrica das comunidades próximas às plantações de cana-de-açúcar (Alexandre, 2023).

Diante dos impactos negativos dos agrotóxicos, surgem desafios significativos para a indústria do açúcar. A busca por alternativas mais sustentáveis e seguras em outras moradias torna-se uma prioridade.

Buscar alternativas mais sustentáveis e seguras, alhures, também quanto aos métodos de controle de pragas e doenças baseados em práticas agrícolas orgânicas, rotação de culturas e uso de biopesticidas estão ganhando destaque como alternativas viáveis aos agrotóxicos convencionais. Fazendo as conexões propostas por Castro, a fome tem tudo a ver com a

transição para práticas agrícolas mais sustentáveis, e o investimento em pesquisa e inovação são passos essenciais para enfrentar os desafios associados ao uso de agrotóxicos na indústria do açúcar. (Vaz, 2021)

Outro fator gerador de migrações na indústria do açúcar é que esse produto é sazonal, ou seja, possui safras e entressafras, e nessas últimas “vem o desemprego e se acentua a miséria dessa população.” (Castro, 1965, p. 125).

O investimento em educação e capacitação é atrativo no sentido de proporcionar formação técnica e profissional para aumentar a empregabilidade e reduzir a informalidade. Além das mudanças físicas e psicológicas ocasionadas pela fome, vale destacar a perda da integridade moral, da noção de valores éticos e, muitas vezes, o fato de que um indivíduo íntegro transgrida as leis sociais e coloque de lado todos os escrúpulos morais para saciar a sua fome. E uma vez perdidos esses escrúpulos, é impossível trilhar o caminho de volta. É dessa forma que, muitas vezes, nasce um tipo muito característico da história do sertão nordestino: o cangaceiro. Existe um evidente movimento de sobrevivência que liga a seca ao aumento do banditismo. Além desse tipo, existe outro que também faz uso da força, física ou mental, para lutar “contra o cerco que a fome estabelece em torno destas populações” (Castro, 1965, p. 233), é o fanático religioso. Na história do Nordeste existem alguns, sendo o mais famoso Antônio Conselheiro, o grande líder da revolta de Canudos.

Durante a luta de Canudos, o fanático Antônio Conselheiro pregava entre os seus prosélitos, conforme documentou Euclides da Cunha,

os jejuns prolongados, as agonias da fome, a lenta exaustão da vida. Dava o exemplo fazendo constar, pelos fiéis mais íntimos, que atravessava os dias alimentando-se com um pires de farinha”. E estas pregações encontravam eco no espírito da coletividade já acostumada aos martírios da fome (Castro, 1965, p. 239).

Apesar da seca ser um fator que agrava a fome dessa região, não se pode dizer que ela é a causa desse flagelo. Antes dela vem o subdesenvolvimento da área, a falta de ações e vontade política para seu desenvolvimento e sua economia fraca e rudimentar. Atribuir a fome do Nordeste à seca é resumir de forma simplista um problema que tem raízes no “pauperismo generalizado, na proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez.” (Castro, 1965, p. 242).

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (Castro, 1965, p. 243).

A fome no sertão difere das duas áreas de fome aqui apresentadas: a da Amazônia e a do Nordeste açucareiro. Essas são fomes perenes, “com populações locais submetidas

permanentemente a um regime de subalimentação e de carência” (Castro, 1965, p. 155). A fome do sertão é sazonal. Intercala períodos de carência trazidos pela seca, e períodos de abundância quando a chuva vem.

Existem programas de combate à fome, inclusão social e políticas públicas que tentam minimizar os impactos negativos da migração precarizada, que há muito causa tantos problemas para os indivíduos e para as cidades. Porém, de Josué até a contemporaneidade, avançamos pouco. A industrialização e a urbanização podem impulsionar o crescimento econômico, mas é crucial que esses processos sejam acompanhados de políticas públicas que abordem os desafios sociais decorrentes, evitando a favelização, melhorando as condições de vida dos migrantes urbanos e minimizando o sofrimento de tantos brasileiros que ainda hoje padecem com a fome.

Os Estados, componentes do Sudeste e do Sul, quais sejam, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os mais ricos do país e, portanto, de maneira óbvia, são capazes de ter o padrão alimentar mais elevado (Castro, 1965, p. 257-258). Produção mais abundante e maior renda per capita são fatores preponderantes nesse padrão. Essas regiões também sofreram um curso migratório que contribuiu enormemente com a produção de alimentos das mais variadas espécies. Porém, apesar de mais ricos e mais produtivos, esses Estados não compõem o que poderíamos chamar de alimentação perfeita. Estão longe do que poderíamos chamar de uma alimentação perfeita. O Rio carece de “cálcio, ferro, e vitamina A e dos grupos B e C. Os inquéritos levados a efeito em São Paulo também revelaram carências parciais desses elementos, embora um pouco mais discretas do que as do Rio.” (Castro, 1965, p. 259) e, apesar de o trigo fazer com que São Paulo tenha um padrão alimentar mais elevado, afinal esse cereal é mais rico que o milho e o arroz, é a base da cultura alimentar desta cidade.

4.5 “Frutas que longe de serem nocivas seriam um verdadeiro antídoto contra o excesso de feculentos”

A cultura alimentar não é algo vivenciado racionalmente, as pessoas reproduzem sentidos nas práticas alimentares, quer elas queiram ou não, quer elas saibam ou não. O indivíduo incorpora os valores da cultura e é constituído por eles: “[...] os homens: eles também, até o último deles, são artefatos culturais.” (Geertz, 1989, p. 36). As relações entre o que é nocivo e o que é remédio também está mergulhado em um universo de elementos simbólicos que dão sentidos aos alimentos no contexto de agruras, como a fome. “Nem sempre o que percebemos é enunciável, nem sempre cabe em palavras, muitas vezes reside

nos gestos, sorrisos, aromas, nos gostos e também no silêncio que se pode ouvir nas falas, e também no comer” (Carvalho, 2013, p. 13).

Considerando, nesta perspectiva mais antropológica, que a preparação da comida é uma manifestação inconsciente da estrutura social que se materializa no cotidiano (Lévi-Strauss, 2010), a culinária seria um conjunto de regras e classificações. O que Castro cita sobre a seleção de ingredientes para preparações, frequência e uso dos alimentos nas regiões, técnicas de preparo, uso de utensílios, modos de cozinhar e formas de apresentação e de servir seria parte dessa concepção de culinária (Diez-Garcia, 2005; Gonçalves, 2004; Kinouchi et al., 2008; Mahias, 1991).

Nessa perspectiva, em se tratando de cultura alimentar, Josué relata com sensibilidade e poesia a criatividade do brasileiro em sua culinária, ainda que a predominância na alimentação esteja marcada por sinais duros de empobrecimento alimentar. É dessa forma e com paupérrimos recursos que começa a se constituir a alimentação, por exemplo, do homem amazônico, muito mais influenciada pelo índio do que por populações africanas ou portuguesas, apesar de também terem contribuído com o cardápio. A farinha de mandioca, regionalmente chamada de “farinha d’água”, é “complemento obrigatório de quase tudo o que se come na região” (Castro, 1965, p. 44). Dela surgem beijus, farofas, mingaus e uma bebida fermentada conhecida como cauim, amplamente divulgada na literatura brasileira, desde José de Alencar em *Iracema*, até cantadores nordestinos contemporâneos, como Otacílio Batista. Ela também é a companhia preferida quando tomam o açaí, fruta característica da região, ou quando preparam o “pirão d’água”, mistura de farinha e água, para acompanhar o peixe frito, principalmente o pirarucu, o preferido dessas populações.

Além do cauim, outra bebida bastante conhecida na região é o chibé, derivado da farinha de mandioca e adoçado com rapadura. Essa espécie de caldo é um alimento predominante do trabalhador amazônico numa extensa área, sendo oferecido tanto aos adultos como às crianças. Segundo Araújo Lima, em certa região do Baixo Amazonas – região do Lago Andirá – os trabalhadores se alimentam dias seguidos exclusivamente com mingau de mandioca (Castro, 1965, p. 45).

Em razão dessas misturas criativas e técnicas adaptadas à ecologia local, a alimentação acaba por ficar mais rica, evitando uma tragédia alimentar se a farinha fosse consumida pura, como é o arroz em algumas partes da Indochina. São abundantes os alimentos que vêm dos rios amazônicos: “Piracuí, peixe-boi, sejam crustáceos ou moluscos, camarões, siris, aviús, caranguejos e ostras” (Castro, 1965, p. 46). Porém, todas essas espécies vêm desde a colonização amazônica sofrendo com o extrativismo destrutivo. As tartarugas, cágados,

tracajás e toda a população de quelônios da Amazônia sofre profunda diminuição por conta da ação predatória do ser humano.

A culinária acompanha as condições locais de abastecimento, por exemplo, na região Norte, a carne de gado era rara na culinária, pois a criação constituía um enorme desafio. A pecuária está praticamente limitada a essas pequenas áreas de campos abertos, uma situada na Ilha de Marajó, outra no alto Amazonas, na região do Rio Branco, além das de Mato Grosso e Goiás.

A farinha de mandioca desempenhava um papel importante também na culinária e na dieta do Nordeste brasileiro, ainda que sua predominância na culinária nordestina se ligue como sinal de empobrecimento alimentar nessa região. A mandioca é uma cultura nativa da região, o que contribui para a sua presença marcante na alimentação local. Se por um lado sua ampla utilização encobria a falta de outros alimentos na dieta, por outro, culinariamente ela era versátil, porque era utilizada em acompanhamento de pratos principais, em preparações de bolos, biscoitos e até mesmo em bebidas, como a famosa vitamina de tapioca.

Castro destaca que havia poucos estudos sobre as diferenças culturais na culinária das regiões, por exemplo o estilo do nordeste açucareiro, “sempre tão adocicada e lambuzada de azeite”, que contrastava com o sertanejo. “Sua sobriedade alimentar, no caso, longe de significar miséria e decadência, traduz uma sábia aplicação de economia biológica” [Castro, 1965 p.183] As felizes combinações dos alimentos da forma mais natural possível, e o não excesso de temperos são hábitos que “harmonizam-se admiravelmente com os traços naturais da terra também magra dos sertões nordestinos” (Castro, 1965, p 184).

Afora alguns comentários inteligentes deste incansável esquadrihador do folclore nordestino, Luiz da Câmara Cascudo, existe muito pouca coisa de valor com referência às tradições culinárias e ao estilo de cozinha da região. De resto, a cozinha de todas as zonas do Brasil tem sido pouco estudada. Cleto Seabra Veloso, dos poucos a preocupar-se atualmente por estes problemas, alude, no seu ensaio sobre a ‘Gastrotécnica na alimentação brasileira’, à ‘atmosfera de desprestígio e de ridículo’ criada em torno de problemas de tão profunda significação na vida de um povo. Atmosfera que, longe de estimular, só pode ter abafado o gosto por estes estudos (Castro, 1965 p.178-179).

Assim como a fome no sertão diferia da região amazônica e do Nordeste açucareiro, a culinária se adequava em cada região com diferenças. Nessas regiões eram fomes perenes, “com populações locais submetidas permanentemente a um regime de subalimentação e de carência” (Castro, 1965, p. 155).

Se há uma razoável harmonia na economia do sertão nordestino, essa acaba se desorganizando com a seca, e o resultado inexorável era um tipo de seca e um tipo de culinária. A seca tem no seu bojo diversas categorias. Pode ser “parcial, limitada a pequena área, ou uma grande seca, abrangendo considerável extensão, ou, finalmente, de uma seca

excepcional, das que atingem de vez em quando todo o sertão em bloco.” Algumas secas ficaram para a história como grandes calamidades, como a de 1915 no Ceará ou as de “1877 e 1932 com toda região semiárida.” (Castro, 1965, p. 199).

O cenário era desolador. A fauna foi duramente atingida, não apenas animais domésticos, como também a fauna nativa. Alguns conseguem emigrar, enquanto muitos são dizimados pela sede e alta temperatura. O gado é uma das principais vítimas da seca. Para não deixá-lo morrer, o sertanejo acaba lançando mão de uma estratégia peculiar, da qual já falamos: vai buscar nas plantas, nos cactos, e nas ramas a preciosa água, fonte da vida e que pode significar a sua sobrevivência e a de seus animais. “As próprias reses esfomeadas procuram arrancar com os cascos e com as bocas sangrando os espinhos dos cactos aquosos que lhes mitiguem por um momento a fome e a sede.” (Marion apud Castro, 1965, p. 201).

É nesse momento que as provisões do bravo homem nordestino começam a escassear. Sua dieta já reduzida começa a desaparecer, assim como desaparecem do mercado os seus principais produtos de subsistência. O resultado disso é a ingestão de alimentos improváveis e pouco recomendados para a alimentação, como a macambira, xiquexique, umbuzeiro, carnaúba, macaúba e mucunã. A ingestão dessas diversas plantas é uma tentativa de aplacar a fome que devora o sertanejo. Algumas são piladas e transformadas em farinhas. Outras substituem o café. E tem aquelas que são cozidas e consumidas como uma espécie de batata, algumas dessas, inclusive, com um possível grau de toxidez.

Quando vem a chuva, a plantação se faz frondosa, os roçados verdejam e a alimentação é satisfatória. Essa é uma área que tem no milho o seu alimento básico. Além dele, o homem do sertão faz combinações alimentares felizes, fazendo com que a dieta seja infinitamente mais rica que a do Nordeste açucareiro, e fazendo também com que esse homem tenha vigor suficiente para resistir às provações do tempo de seca.

Os tipos de vegetação caracterizam as três subáreas climato-botânicas, de acordo com a classificação dos geógrafos: o agreste, a caatinga e o alto sertão (Castro, 1965, p. 159). O agreste é a região de águas e que Josué de Castro chama de “florestas espinhentas” (Castro, 1965, p. 159). A caatinga é a terra do mandacaru, “zona de maior aridez do Nordeste, onde os rios secam completamente na época da seca.” (Castro, 1965, p. 159). No alto sertão, a seca é mais branda, a vegetação menos espinhenta e o clima mais ameno. “Verifica-se, assim, que a caatinga é o verdadeiro coração do deserto. [...] o agreste e o alto sertão são formas atenuadas da caatinga” (Castro, 1965, pág. 159). Porém, explica Josué, mesmo com as idiossincrasias de cada região, para o estudo alimentar isso pouco conta, englobando-as em uma só região: “[...] na área do milho do sertão nordestino.” (Castro, 1965, p. 160).

As xerófitas são plantas adaptadas a ambientes áridos e secos, onde a disponibilidade de água é escassa. Essas plantas possuem características morfológicas e fisiológicas que lhes permitem sobreviver em condições extremas, como altas temperaturas e baixa umidade. São exatamente essas plantas que dominam a vegetação de toda essa região, citadas em versos musicais de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, em 1956, “Mandacaru quando fulora na seca, é o sinal que a chuva chega no sertão”

Essas plantas têm uma grande importância para o sertanejo na época da seca, “ajudando a gente e o gado a escapar aos seus rigores mortíferos.” (Castro, 1965, p. 160) “Pertencem as cactáceas e as bromeliáceas, a uma categoria especial de plantas, chamadas por Saint-Hilaire de fontes vegetais e por Bernardin de Saint-Pierre de mananciais vegetais do deserto.” (Castro, 1965, pág. 161).

Nas áreas de serras e montanhas, predomina a vegetação que tem predileção pelo solo mais úmido, as higrófilas, e algumas árvores frutíferas. Além disso, há a presença de frutas que vieram da Europa e bem se aclimataram na região mais alta, como a uva, o pêssego e o melão (Castro, 1965, p. 165).

Apesar disso, o que se considerava era que a flora do sertão era pobre e não podia ser comparada com a do outro Nordeste, da Zona da Mata. Os mesmos significados na cultura eram incorporados à sua fauna. Os peixes rareiam por conta do clima abrasador e da evaporação violenta (Castro, 1965, p. 166), e apenas rios como o São Francisco conseguiam produzir peixes a contento para satisfazer a demanda. Porém as mudanças climáticas cada vez mais evidentes contribuíram bastante para mudar – para pior – esse quadro já não muito animador. Além de também ser escassa a fauna terrestre do sertão do Nordeste, o que poderia servir de alimento ao homem ainda tem que ser disputado com raposas, gaviões e carcarás.

Josué de Castro destaca a abelha como um “importante elemento da fauna para a alimentação do sertanejo, [...] o mel substitui muitas vezes o açúcar e a rapadura no tempero dos alimentos. Café com mel de abelha é uma combinação de largo uso nos períodos da seca do Nordeste.” (Castro, 1965, p. 168).

Mesmo que diante de um quadro não muito animador em relação à paisagem, à fauna e à flora da região, havia possibilidade de desenvolver a pecuária em alguns locais da região nordestina, “a criação do gado vindo de Portugal ou do Arquipélago do Cabo Verde, o qual se aclimatava muito bem neste ar seco e saudável e se desenvolvia maravilhosamente nas suas pastagens naturais, formadas de variadas espécies de gramíneas.” (Castro, 1965, p. 168-169).

Alguns dados históricos mostram que, no período em que nos fixamos, exercia a criação de gado, na economia social, uma importância bem maior do que hoje. De fato, antes

da era da máquina, o gado bovino, cavalari e muar, além de produto básico de alimentação, servia como agente motor e meio de transporte. D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa, providenciou, em 1534, para que se introduzisse gado bovino na capitania daquele donatário. Tomé de Sousa introduziu muito gado na Bahia. Usou mesmo, especialmente para tal serviço, de uma caravela, a Galga, que ia buscá-lo na Ilha de São Vicente. É provável que muitos donatários tivessem tido idêntica iniciativa (Simonsen, 1937).

A zona da mata foi pioneira nessa atividade, por conta da necessidade de usar o boi como ferramenta de trabalho, a tração animal para o tratamento do solo, e também como alimento para a exaustiva e penosa labuta dos trabalhadores dos engenhos. Adveio daí um dos impulsos para o desenvolvimento dessa atividade no sertão. Outro impulso foi a alimentação da repentina povoação dos Estados do sul, por conta da mineração. “Com dois mercados – o Nordeste açucareiro e o Sul minerador – a disputarem com avidez o seu produto, o sertão nordestino prosperou à custa de ótimos preços encontrados para o gado.” (Castro, 1965, p. 170).

O gado caprino também encontrou nessas paragens um meio extremamente favorável ao seu cultivo, por se tratar de uma espécie que se adaptou muito bem a essa região carente de chuvas, com arbustos por vezes duros e esparsos. Isso fez com que o Nordeste se transformasse no maior centro de criação de cabras do Brasil.

A disponibilidade de alimentos no sertão nordestino é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a produção agrícola local, o acesso a mercados e redes de distribuição, bem como os desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados pela região. Um dos principais desafios, também já tratados neste texto, são as secas periódicas, que podem afetar significativamente a produção agrícola e a disponibilidade de alimentos na região. A falta de infraestrutura, como estradas adequadas e armazenamento refrigerado, pode dificultar o transporte e a distribuição de alimentos frescos.

Numa perspectiva histórica e cultural de territorialidade, a aprendizagem sobre as possibilidades de sobrevivência estava mergulhada na cultura local, cujo conhecimento passava de geração a geração na experiência ecológica em *Geografia da Fome*. As questões ambientais e de sustentabilidade estavam intimamente ligadas às necessidades biológicas da fome, porém, o debate sobre culinária e a inclusão de novos consumos de alimentos nos leva às atividades construídas de modo criativo no cotidiano das populações estudadas, pois

Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra vão desembocar nos objetos. [...] realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem a criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. [...] fora do espaço não há realização (Santos, 1996, p. 82-83).

A denúncia que Josué faz sobre a busca desenfreada pelo lucro, que se contrapõe ao respeito à cultura local, sufoca um tipo de conhecimento sobre esses diferentes aspectos das necessidades e, atropelando a cultura local, pode impedir a construção local de soluções. Ainda hoje, no campo da geografia humana, Santos reforça que “Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada pelo lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo” (1996, p. 181).

Muitos alimentos adaptados à geografia local são excluídos, como acontece com o que se denomina PANC, plantas alimentícias não convencionais. Uma consciência ecológica hoje nos obriga a não negligenciar as dimensões culturais, o que, segundo Claval (2014), seriam novas dimensões simbólicas do espaço. As culturas amazônica, nordestina ou sulina existem como construções intelectuais, argumenta Claval (2014) e Roy Wagner (2010). A cultura alimentar das populações que sofrem insegurança alimentar não é algo inerte, mas espaço que ressignifica seus alimentos de modo dinâmico que devem ser analisados no contexto da insegurança alimentar com finalidades e funcionalidades adaptadas ao contexto local.

Funcionalidades da agricultura urbana, hoje muito tematizada como solução, não é recente, desde a antiguidade existem registros do cultivo de legumes, frutas e verduras em espaços urbanos (Nagib, 2016). A partir do momento em que os homens passam de coletores a produtores acontece uma mudança em relação aos territórios, o que acarreta uma mudança cultural. Passamos, assim, de uma sociedade coletora e caçadora a uma sociedade agricultora (Montanari, 2013).

O cultivo de alimentos é parte da cultura local. As razões das práticas agrícolas nas cidades são bastante diferentes, de acordo com os lugares onde se desenvolvem. Nos países em desenvolvimento essas práticas têm permanecido ao longo dos anos, principalmente por razões de subsistência alimentar, já nos países desenvolvidos, na maior parte das vezes, as razões para permanência de hortas urbanas é de ordem ambiental, social e econômica, e recentemente essas atividades, anteriormente indicadas por Josué, têm sido novamente valorizadas (Mok et al., 2014).

No combate à fome, as questões de infraestrutura se alinham, ou deveriam se alinhar na análise de Josué, como espaço de conhecimento do território quanto às suas possibilidades reais de um plano de enfrentamento local, abandonando ilusões e divagações como as que Josué cita quando faz referência à crise da borracha na região amazônica.

O acesso aos alimentos é outro critério importantíssimo nessa questão. Muitas áreas do sertão nordestino têm acesso limitado a estradas pavimentadas, tornando o transporte de alimentos uma tarefa desafiadora e cara. A pobreza é prevalente em muitas comunidades do

sertão nordestino, o que limita o poder de compra das pessoas e, portanto, seu acesso a uma variedade adequada de alimentos. Essas áreas enfrentam altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, limitando o acesso dessas populações a uma dieta adequada e variada. Esse acesso melhorou com algumas iniciativas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em várias áreas rurais, incluindo o sertão nordestino (Lima, 2022).

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na produção de alimentos no sertão nordestino. Iniciativas de apoio a esse tipo de agricultura podem melhorar a disponibilidade de alimentos locais e nutritivos. Outro importante aspecto no que diz respeito ao acesso aos alimentos é a introdução de técnicas agrícolas sustentáveis e resistentes à seca, bem como investimentos em infraestrutura, como sistemas de irrigação. A transposição do rio São Francisco talvez seja a obra mais pujante e importante nesse sentido. Antes, cidades do sertão nordestino que dependiam exclusivamente das chuvas para a irrigação dos plantios, agora poderão contar com água para esse fim, aumentando e dando regularidade aos seus produtos agrícolas.

A dieta no sertão nordestino muitas vezes carece de diversidade, com uma dependência excessiva de alimentos básicos, como feijão, arroz e farinha. A falta de variedade resulta em deficiências nutricionais e problemas de saúde associados.

Outro aspecto que pode ser comparado entre o nordestino da região açucareira com o do sertão, que o sertanejo nordestino conhece bem, é a resiliência. O histórico de desafios enfrentados pela população dessa região em relação à escassez de água e às condições climáticas adversas nós já conhecemos bem. Para enfrentar essas adversidades, os agricultores locais têm desenvolvido técnicas adaptativas ao clima semiárido, como o cultivo de plantas resistentes à seca, plantas que fornecem alimentos para o gado e em alguns casos, para os humanos. A construção e manutenção de cisternas e outras formas de armazenamento de água são fundamentais para garantir o abastecimento durante os períodos de seca prolongada. Essas estruturas permitem que as comunidades capturem e armazenem a água da chuva para uso doméstico e para irrigação de pequenas plantações. Além desses aspectos, há uma questão importante que fortalece a resiliência do sertanejo: muitas comunidades no sertão nordestino têm um rico conhecimento tradicional sobre práticas agrícolas e uso sustentável dos recursos naturais. O resgate e a promoção desses conhecimentos são essenciais para fortalecer a resiliência alimentar e promover a sustentabilidade a longo prazo.

Por fim, outro aspecto que o sertanejo nordestino conhece bem é a sazonalidade. Sobre ela já discutiremos bastante nesse texto. Considera-se a variação sazonal na disponibilidade de

alimentos e seus impactos na segurança alimentar das populações.

Euclides da Cunha em sua emblemática obra “Os Sertões” disse uma frase que acabou virando um marco do pré-modernismo no Brasil: “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Na visão euclidiana, o homem do sertão enfrenta com resistência, resiliência e coragem as dificuldades que a natureza e a sociedade lhe impõem.

A conclusão a que Josué de Castro chega a essa altura de sua obra *Geografia da fome* é a de que no Centro e no Sul do Brasil as “deficiências alimentares são mais discretas e menos generalizadas.” (Castro, 1965, p. 247). Isso significa dizer que essas áreas não são áreas de fome, exatamente, mas sim “de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais.” (Castro, 1965, p. 247).

Da mesma forma que no sertão nordestino, no Centro e no Sul também predomina um alimento: o milho. A diferença são as associações alimentares aqui feitas com ele. A presença da pecuária também se faz forte no Centro e no Sul, começando com a criação suína, e desembocando na criação de gado que é também bastante presente em toda esta região. Além disso ainda há a presença de diversos produtos agrícolas, como o arroz, o feijão, o café e a cana. Diferente do Nordeste, o milho aqui não se associa ao leite, principalmente pelo fato de que o leite nessa região não é produto de subsistência e sim de exportação, por isso se associa preferencialmente ao feijão e à gordura de porco. O resultado dessa mistura é o “tutu”, alimento menos nutritivo que o angu, ou o cuscuz de milho com leite. Essa falta de vitaminas é compensada pela couve, usada abundantemente nesta região, fonte de minerais e de vitaminas A, B e C. Segundo Silva (2021), a couve traz benefícios não apenas por sua composição nutricional como fonte de vitaminas, minerais e fibras, mas, também, por suas propriedades anti-inflamatória e detox.

Diante de tantas qualidades, a inferioridade alimentar pelo uso do milho associado ao feijão e à gordura é compensada, não apenas pela couve, mas por outros vegetais verdes bastante utilizados nessa dieta. Algumas frutas também entram nesse cardápio, contribuindo para enriquecê-lo, e o seu consumo é maior do que nas outras áreas aqui já estudadas. São elas a laranja, o mamão, a banana e o abacate (Castro, 1965, p. 249).

Apesar de não haver déficit calórico significativo e de não ser tão intenso o déficit qualitativo, há uma carência enorme nesse tipo de dieta o iodo. Essa carência é a responsável pelo grande índice de cretinismo endêmico nessa região, principalmente o bócio.

Estamos na década de 30/40 e o país se prepara para viver uma grande revolução, que se dará em 20 anos, na década de 60. Estamos falando de um dos projetos administrativos mais ousados da história do Brasil. A mudança da capital federal para a área do Planalto de

Goiás, conhecida hoje por Planalto Central. Uma área antes ilhada do resto do país pela falta de comunicação e de contato com os grandes centros foi a escolhida para abrigar esse projeto revolucionário de arquitetura e de pujança social e política. (Castro, 1965, p. 255). No bojo de tantas mudanças havia a esperança de que essa região se beneficiasse também enriquecendo a sua dieta. À época da publicação da obra *Geografia da Fome*, tudo ainda muito especulativo em termos da dieta que iria prevalecer nessa área. A única certeza era a de que sofreria mudanças de toda sorte, incluindo mudanças alimentares, por conta dos novos povos que aí se estabeleceriam, começando pelos nordestinos que viriam para a sua construção, pela forma de utilização da terra e pelas novas tecnologias que inevitavelmente chegariam.

Segundo Josué “ainda é cedo para se prever quais as principais alterações que irão processar-se no padrão alimentar da região. Mas não há dúvida que ele vai mudar.” (Castro, 1965, p. 255).

Algumas espécies vegetais citadas em *Geografia da Fome*, hoje, embora não sejam amplamente cultivadas ou consumidas em larga escala, constituem uma tendência de consumo, são as chamadas PANC, ou Plantas Alimentícias Não Convencionais. Elas muitas vezes são subvalorizadas ou desconhecidas pela população em geral, apesar de possuírem alto valor nutricional e potencial para diversificar a alimentação humana. Muitas dessas plantas são ricas em nutrientes, como vitaminas, minerais, fibras e compostos bioativos que beneficiam a saúde. Algumas delas são mais resistentes a pragas, doenças e condições climáticas adversas em comparação com plantas convencionais. As PANC são integrantes da alimentação brasileira desde tempos remotos, acompanhadas de um processo hereditário de envolvimento, cultivo e consumo que implica, além da herança física de plantas, mudas e sementes, na transmissão do conhecimento associado a seu consumo seguro (Barreira et al., 2015).

As PANC ajudam a promover a biodiversidade agrícola e podem ser cultivadas em diferentes tipos de solo e clima, contribuindo de diversas formas para a sustentabilidade ambiental. Por exemplo, contribuem para a manutenção e aumento da diversidade genética, o que é crucial para a resiliência dos ecossistemas. Uma maior diversidade genética ajuda as plantas a se adaptarem melhor às mudanças ambientais e resistirem a pragas e doenças. Seu cultivo e seu uso incentivam a preservação de espécies nativas que, de outra forma, poderiam ser negligenciadas ou extintas. Muitas dessas plantas são adaptadas localmente e desempenham papéis importantes nos ecossistemas regionais. Ao diversificar as plantas cultivadas, as PANC ajudam a reduzir a dependência de monoculturas, que são mais

vulneráveis a pragas, doenças e mudanças climáticas. Muitas PANC são cultivadas usando práticas agroecológicas que não dependem de insumos químicos, promovendo a saúde do solo e dos ecossistemas. Além disso, geralmente requerem menos água, fertilizantes e pesticidas em comparação com as culturas convencionais, tornando-se uma opção mais sustentável em termos de consumo de recursos. Muitas PANC são bem adaptadas às condições locais e podem prosperar em solos pobres e climas adversos, aumentando a eficiência do uso da terra. Por serem frequentemente cultivadas e consumidas localmente, reduzem a necessidade de transporte de longa distância e processamento intensivo, diminuindo a pegada de carbono associada ao seu consumo. Algumas delas têm a capacidade de sequestrar carbono de maneira eficaz, contribuindo para suavizar as mudanças climáticas. Oferecem uma fonte alternativa de nutrição, diversificando a dieta e melhorando a segurança alimentar, especialmente em áreas vulneráveis a mudanças climáticas e crises alimentares. O resgate e a valorização das PANC também fortalecem as tradições culturais e os conhecimentos indígenas e locais sobre o uso das plantas, promovendo uma conexão mais profunda com o meio ambiente. Em relação à sensibilização para a biodiversidade, seu uso e promoção podem servir como uma ferramenta educativa, sensibilizando as pessoas sobre a importância da biodiversidade e práticas agrícolas sustentáveis. Já existem pesquisas que investigam o valor nutricional de algumas PANC, como o chamado “umbigo de bananeira” (Silva et al., 2014), ora-pro-nóbis, dentre outros, e observa-se que devido, em parte, à natureza de “praga” de algumas destas plantas, caracterizada pela alta resistência e grande ocorrência espontânea, podem apresentar um valor nutricional elevado, além de serem de fácil cultivo.

As PANC representam uma abordagem holística para a agricultura sustentável, integrando a conservação da biodiversidade, o uso eficiente dos recursos naturais, o abrandamento das mudanças climáticas e o fortalecimento da segurança alimentar. Ao promover a diversidade de plantas alimentícias e incentivar práticas agrícolas mais sustentáveis, elas desempenham um papel crucial na construção de sistemas alimentares mais resilientes e mais sustentáveis.

Portanto, embora a globalização possa ter influenciado os padrões alimentares em escala global, as disparidades na culinária e na qualidade dos alimentos ainda persistem, refletindo, além das desigualdades econômicas e sociais que moldam as condições alimentares, a criatividade para derrubá-las na prática cotidiana de alimentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da discussão sobre as categorias da análise documental, nos vemos diante da representatividade do texto *Geografia da Fome*, sobre o problema da fome no Brasil. Claro que um método é falível, mas o consideramos, a partir da concepção do livro, como documento impresso (não midiaticizado), argumentos sistematizados nos moldes científicos sobre o silenciamento, talvez até sobre uma banalização da teoria social de Castro. Algumas narrativas que se lançam na contemporaneidade de hoje, embora defendam o combate à fome como plataforma eleitoral e proposta de governo, cedem a interesses econômicos e políticos dos regimes capitalistas ou neoliberais neste enfrentamento e reproduzem posicionamentos anteriormente denunciados por Castro.

No entanto, nossa crítica vai além dos anos de ditadura propriamente dito, quando “[...] o ostracismo da obra de Castro é datado, deve-se ao Golpe Militar de 1964, momento em que teve seus direitos políticos subtraídos, integrando a primeira lista dos cassados da ditadura, ao lado de João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Francisco Julião, Carlos Prestes, Leonel Brizola, entre outros, quando teve seus livros banidos das prateleiras das bibliotecas das universidades e das escolas brasileiras”¹⁴¹⁵

Assim, a hipótese de apagamento da teoria de Castro se cumpre ao longo de um período e se reflete no campo da Alimentação e Nutrição, mais recentemente, por entrar em expansão no campo de conhecimento das Ciências Sociais, da Geografia e da Nutrição (Silva; Nunes, 2016). Considerando a gravidade e permanência do problema, este estudo buscou analisar mudanças e continuidades de condições geradoras de insegurança alimentar, circunscrevendo-as a uma abordagem ecológica ampla de produção de alimentos. A releitura aqui proposta, pois, considera que seu legado intelectual poderia ser mais aprofundado no campo da Alimentação e Nutrição.

A análise documental da obra foi aplicada como uma metodologia que busca por estratégias mapeadas no contexto geográfico de regiões do Brasil. O *corpus* construído em categorias se constituiu como um *corpus* satisfatório para esgotar o caráter da continuidade que atende ao objetivo do estudo. Não foi alvo desse estudo analisar a amplitude da obra e não foi identificado o que nos falta debater na obra. Por exemplo, no que concerne às interseccionalidades, a obra não dispõe de elementos suficientes para o debate contemporâneo.

¹⁴ SILVA T.E.M.. Josué de Castro: para uma poética da fome [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 1998.

¹⁵ TENDLER S. Josué de Castro, cidadão do mundo. [documentário]. Rio de Janeiro: Bárbara Produções; 1994

Nosso objetivo na análise, sobre um texto de época, diz respeito às condições de vida e produção de alimentos articuladas às suas consequências danosas para o ambiente e para a população. A produção de açúcar e cacau no Nordeste, que caracterizara a mesma destruição da mata nativa em favorecimento da monocultura, se repete em outra época com o desenvolvimento de *commodities*. Muitos antigos “coronéis” do cacau estão presentes no cenário atual em novas fardas menos militares, mas com poder equivalente concentrado em mãos de latifundiários muitas vezes estrangeiros e que têm a plantação exclusivamente como negócio, visando simplesmente ao lucro. São posições homólogas em uma hierarquia de poder que governa com altos e baixos, e vem repetindo na estrutura social o que Josué demonstrou com lucidez em sua teoria social da fome.

Por exemplo, hoje, as populações que trabalham no corte da cana enfrentam dificuldades financeiras e têm acesso limitado a alimentos variados e saudáveis. Ainda observamos a pouca diversidade alimentar baseada no uso da farinha de mandioca restrito de opções. A primeira categoria da análise documental discute os dados da relação do abastecimento local de alimentos nas regiões com aspectos sociológicos. Confrontando com a atualidade, os desafios continuam, se considerarmos as dificuldades de sobrevivência de circuitos curtos de produção local de alimentos e de acesso a mercados e redes de distribuição públicas.

As críticas descolonizadoras de Castro a uma modernidade conservadora disfarçada se concretizaram hoje na produção e consumo em larga escala de alimentos ultraprocessados, que não são parte da cultura regional, ao contrário, são parte de uma cadeia global de produção de alimentos de um complexo de grandes indústrias alimentícias no mundo que exploram o abastecimento local, segundo Carlos Monteiro, “Usando poucas variedades de alimentos de alta produtividade e destruindo esses alimentos para obter substâncias – proteínas, carboidratos e gorduras –, fazendo uma reengenharia dessas substâncias e criando produtos de baixíssimo custo.”¹⁶

O consumo de alimentos ultraprocessados pela população brasileira tem se tornado uma preocupação crescente, especialmente no âmbito da saúde pública. Utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível traçar um panorama detalhado desse consumo.

Os alimentos ultraprocessados são aqueles que passam por diversas etapas de

¹⁶ Disponível em:

<<https://geografiadafome.fsp.usp.br/com-olhares-multiplos-sobre-a-fome-no-brasil-livro-da-fome-a-fome-e-lancado/>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

processamento industrial e contêm numerosos ingredientes, incluindo aditivos como corantes, conservantes, aromatizantes e outros. Exemplos comuns incluem refrigerantes, biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, macarrão instantâneo e refeições prontas.

A POF é uma pesquisa que coleta informações detalhadas sobre os hábitos de consumo das famílias brasileiras, incluindo dados sobre alimentação. Ela é uma fonte valiosa para entender as mudanças nos padrões alimentares ao longo do tempo. Os dados da POF mostram um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados nas últimas décadas. Este aumento é especialmente notável entre crianças e adolescentes, mas também ocorre em adultos. Em média, alimentos ultraprocessados representam uma parcela significativa da ingestão calórica total dos brasileiros. Estudos baseados na POF de 2017-2018 indicam que cerca de 20% a 30% das calorias consumidas vêm de alimentos ultraprocessados.

O consumo de ultraprocessados é maior em áreas urbanas e entre famílias de renda mais alta. No entanto, também há um crescimento preocupante desse consumo entre famílias de baixa renda, que podem optar por esses produtos devido ao preço acessível e conveniência. A alta ingestão de alimentos ultraprocessados está associada a diversos problemas de saúde, incluindo obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer. A POF ajuda a identificar correlações entre o aumento do consumo desses alimentos e a prevalência dessas condições de saúde.

Ricos em açúcar, sal, gorduras e aditivos químicos, os alimentos ultraprocessados são, na atualidade, apontados como uma ameaça global à saúde pública, associados a agravos como excesso de peso, diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares. Esses produtos recebem, por vezes, incentivos fiscais, o que os torna relativamente mais baratos e, portanto, mais acessíveis do que produtos *in natura*. O problema estrutural denunciado por Castro explica, e de certo modo previu, os males dessa política desenvolvimentista que não protege a cultura local.

A pobreza é prevalente em muitas comunidades das regiões estudadas por Castro, o que limita o poder de compra das pessoas e, portanto, seu acesso a uma variedade adequada de alimentos. Essas áreas enfrentam altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, limitando o acesso dessas populações a uma dieta adequada e saudável. Esse acesso melhorou com algumas iniciativas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em várias áreas rurais, incluindo o sertão nordestino (Lima, 2022).

Portanto, apesar de fatores climáticos, como a seca no Nordeste, terem sido um fator que agravava a fome dessa região, Castro não a considerava como única, ou mesmo, a

principal causa desse flagelo. Antes dela, viria o subdesenvolvimento da área, a falta de ações e vontade política para seu desenvolvimento e sua economia fraca e rudimentar. Atribuir a fome do Nordeste à seca é resumir de forma simplista um problema que tem raízes no pauperismo generalizado, na proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez. A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (Castro, 1965).

Na categoria exploração campestre, latifúndios de monocultura açucareira (4.2), discutimos como a sociedade, como um todo, áreas rural e urbana, estaria implicada na reforma, porque esta seria uma reforma de valores envolvendo o sistema alimentar. Para Castro, era preciso uma reforma agrária que não seria apenas agrária, mas uma reforma no modelo de desenvolvimento socioeconômico. Uma transformação cultural que seria peça-chave nas transformações do setor agrícola. Destarte, o debate dos fatores que movem a grande engrenagem de produção de insegurança alimentar deveria ser travado com a sociedade e as instituições públicas e privadas.

A terceira categoria, (4.3), desproteção do mercado interno de alimentos e acirramento de *commodities*, está bem associada às questões de monocultura e promove o debate e os estudos sobre a temática, tornando-se referência para os estudiosos do assunto. Inspiração para pesquisadores de diversas áreas, Josué de Castro consolidou seu pensamento, desnaturalizando a fome como um problema explicado estruturalmente na sociedade, envolvendo fatores ambientais e climáticos. Essa discussão mostra a relevância da conexão acadêmico-científica com pensadores e governo. A crença de que a desregulamentação do mercado permitiria um aumento na eficiência econômica, estimularia o investimento privado na produção de alimentos e, conseqüentemente, resultaria em uma melhoria geral nas condições de vida das pessoas, incluindo o acesso a alimentos adequados, mobiliza teorias de longa data de estudiosos e teóricos.

Como médico, intelectual e estudioso das ciências sociais e humanas, está no palco do pensamento brasileiro (Arruda, 1997) e circula nos meios acadêmicos, possibilitando conexões em sua proposta de luta contra o que denunciava constituir um flagelo da humanidade, determinado por forças sociais, econômicas e políticas.

No entanto, a eficácia dessa abordagem tem sido objeto de debate. Embora o

crescimento econômico possa ter trazido benefícios para algumas populações, também houve críticas de que a desregulamentação do mercado pode levar a um aumento da desigualdade, marginalização de grupos vulneráveis e falta de acesso a alimentos para os mais pobres. Além disso, eventos como crises econômicas e flutuações nos preços globais dos alimentos destacaram as vulnerabilidades de uma abordagem excessivamente dependente do mercado para resolver os problemas de abastecimento e fome (Carneiro, 2017).

Em especial, a partir dos anos 90, houve mudança significativa na abordagem dos problemas de abastecimento e fome. Com o avanço das ideias de liberalização econômica e desregulamentação, muitos países adotaram políticas que visavam promover o livre mercado e reduzir a intervenção do Estado na economia. O argumento sobre o crescimento econômico é o mesmo criticado por Josué. Aparentemente, se defende que esse crescimento seria para gerar renda suficiente para emancipar as famílias pobres e resolver os problemas de fome e pobreza (Belik; Graziano da Silva; Takagi, 2001). Porém, é um desenvolvimento incapaz de enfrentar os problemas da desigualdade social; ao contrário, os tem alimentado, podendo ser equivalente a um desenvolvimento voltado para o mercado externo e, dessa forma, etnocentrado e concentrador de renda.

Na quarta categoria (4.4), concentração de renda, industrialização e imigração urbana, discutimos o fenômeno da migração precarizada, inchando as cidades, indicado na obra como uma demonstração da crescente desconexão entre o campo e a cidade. Hoje vemos o interesse de programas de combate à fome, inclusão social e políticas públicas para minimizar os impactos negativos da migração precarizada, que há muito causa tantos problemas para os indivíduos e para as cidades, assim como cresce, também, a distância entre o Sul industrial e o Norte e o Nordeste agrícola. A industrialização e a urbanização desordenadas promovem favelização dos imigrantes urbanos. O mesmo processo de urbanização sofreu a capital da Bahia, Salvador. Os alimentos mais utilizados eram o feijão, a farinha de mandioca, o charque, o açúcar, a carne de gado e o toucinho, mas a carne entra com uma porção infinitamente pequena.

São deficitárias as políticas públicas que incentivam a diversificação da produção agrícola na região, tornando outros alimentos mais acessíveis e disponíveis para a população. Apesar dos esforços de alguns governos em criar programas de combate à fome, ainda é grande o número de pessoas com insegurança alimentar severa, principalmente, no Norte e no Nordeste (De Oliveira, 2023). Algumas políticas avançaram com o objetivo de garantir o acesso à alimentação adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas brasileiras, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ele fornece refeições diárias,

priorizando alimentos produzidos localmente pela agricultura familiar como parte da compra da escola. O PNAE é uma das maiores políticas de alimentação escolar do mundo com efeito de distribuição de renda, ligada a seu caráter de instituição básica de educação e assistência, com alimentação disponível sem custo para o alunado.

Para promover a segurança alimentar e nutricional da população, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada para grupos em situação de vulnerabilidade social. Ele compra alimentos diretamente dos agricultores familiares e os distribui para instituições socioassistenciais, escolas públicas, hospitais e outros órgãos públicos. Da mesma forma, o Programa Bolsa Família, embora não seja especificamente um programa de segurança alimentar, é uma política de transferência de renda que contribui indiretamente para a segurança alimentar das famílias em situação de pobreza, pois contribui no acesso a alimentos e outros recursos básicos.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) oferece crédito subsidiado e assistência técnica para agricultores familiares, permitindo o aumento da produção de alimentos e a melhoria da renda das famílias rurais.

As políticas públicas de segurança alimentar no Brasil (Brasil sem fome, 2024) têm representado medidas que vão ao encontro da proposta de Josué de Castro. No contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), há referência a Josué de Castro nos Objetivos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Os ODS são um conjunto de 17 metas estabelecidas pelas Nações Unidas em 2015 que visam promover o desenvolvimento sustentável em diversas áreas, como redução da pobreza, saúde, educação e proteção ambiental.

No Brasil, os ODS foram estabelecidos por meio de um esforço coordenado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O ODS 2, que tem como foco a fome e a segurança alimentar, tem ligação direta com a obra de Josué de Castro.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) é uma lei fundamental no Brasil que visa garantir o direito à alimentação e nutrição adequadas a todos os cidadãos. Esta lei foi criada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Brasil, 2006) e tem como objetivo criar um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para garantir o direito à alimentação adequada

A LOSAN define Segurança Alimentar e Nutricional como a concretização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes,

sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e ambiental e sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é responsável por monitorar e avaliar a implementação da LOSAN. A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada em 2023, teve como objetivo concretizar a LOSAN e garantir o direito à alimentação adequada no Brasil. A conferência destacou a necessidade de articulação de políticas públicas para abordar os determinantes comuns dos desafios contemporâneos, como a pobreza, o colapso climático, a fome e as diferentes formas de desnutrição.

A VI CNSAN também apontou a necessidade de políticas de memória e reparação para grupos vulneráveis social e economicamente, bem como a necessidade de ampliar e qualificar a atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo da vida, incluindo a atenção às pessoas com doenças crônico-degenerativas e necessidades especiais.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a Política Nacional de Redução de Agroquímicos (PNARA) são algumas das políticas que apoiam a implementação da LOSAN.

A LOSAN sublinha, ainda, a importância da educação alimentar e da promoção de hábitos alimentares saudáveis, bem como a necessidade de garantir o acesso à alimentação para todos, independentemente das condições sociais e econômicas.

A Pesquisa Nacional de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2022, apontou um agravamento significativo da insegurança alimentar no país. O inquérito indicou que 58,7% dos agregados familiares estavam em situação de insegurança alimentar, um aumento significativo face aos 36,7% registrados em 2017-2018.

No ano de 2014 o relatório da FAO apontou que o Brasil, depois de muito tempo, saiu do mapa da fome ao alcançar a meta dos Objetivos do Milênio de reduzir pela metade a população que enfrentava a fome. A FAO aponta que essa conquista consiste, além de uma melhoria na alimentação, em uma melhoria no desenvolvimento humano e redução da desigualdade no país. O Brasil, ainda nessa abordagem, saiu do Mapa da Fome devido à união de políticas macroeconômicas, sociais e agrícolas, e ao grande envolvimento da sociedade civil no processo político. Houve cooperação e coordenação entre 19 ministérios e os

governos federal, estadual e municipal, desde a formulação até o monitoramento através do CONSEA.

A partir de 2003, a agenda política brasileira, na época sob o governo do então presidente Lula, colocou o combate à fome como um dos temas centrais de seu governo e lançou, naquele mesmo ano, o programa Fome Zero, a fim de garantir, ao menos, três refeições diárias à população em situação de vulnerabilidade. Para complementar o programa Fome Zero, foi implementado o Programa Bolsa Família, uma política de transferência direta de renda, a qual tirou muitas famílias da pobreza e extrema pobreza e, conseqüentemente, da fome. Em 2011, o Governo Federal implementou o Plano Brasil sem Miséria, o qual tinha como objetivo superar a extrema pobreza até 2014. O Plano se organizava em três eixos: 1) garantia de renda para alívio da situação de extrema pobreza; 2) acesso a serviços públicos para promover educação, saúde e cidadania e 3) inclusão produtiva para aumentar as oportunidades de trabalho e de renda entre as famílias mais pobres. O Brasil recebeu também ajuda da FAO através de suporte de técnicos internacionais, acordos de cooperação e auxílio na preparação e implementação do programa Fome Zero nos primeiros meses de 2003. Somados todos esses esforços, em 2014, o país consegue superar essa tortuosa marca de estar entre os que passam fome no mundo (Machado, 2021). Porém, oito anos depois, voltamos ao mapa da fome, numa regressão não desejável e inimaginável.

Vivemos altos e baixos quanto à insegurança alimentar da população, apesar de sermos um dos maiores produtores de alimentos do mundo. O levantamento da ONU considera falta de alimentos quando uma média superior a 2,5% da população enfrenta a falta crônica de alimentos. No Brasil, segundo o IBGE, com 214 milhões de habitantes, a taxa estimada é de 4,1%. A discussão sobre insegurança alimentar e fome se intensificou com a pandemia da COVID-19, mas já vinha se agravando nos últimos anos. Entre 2019 e 2021, mais de 15 milhões de brasileiros foram afetados, segundo a ONU.

Mais de 61 milhões de brasileiros vivem em situação de algum tipo de insegurança alimentar, de acordo com o levantamento recente do braço da organização voltado para a Alimentação e a Agricultura, a FAO. Segundo esse órgão, 15,4 milhões enfrentam insegurança alimentar grave, como destaca o portal G1. O relatório nacional “Olhe para a fome”, elaborado pela Rede Penssan em parceria com a Oxfam Brasil e outras organizações, que coletou dados entre novembro de 2021 e abril de 2022, também aponta situação preocupante: o país enfrenta um retrocesso que relembra a situação da década de 1990, em que a fome tomava conta dos noticiários. Em 2022, de acordo com os resultados obtidos por esse estudo, 15,5% (33,1 milhões de pessoas) da população enfrentaram insegurança

alimentar grave.

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, que baseou o “Olhe para a fome”, foi lançado no início de junho de 2022 e mostrou que 58,7% da população brasileira convive com algum grau de insegurança alimentar. Segundo o estudo da Pennsan, ela ocorre quando a disponibilidade de comida não é regular e está dividida em três níveis: leve (incerteza quanto ao acesso num futuro próximo), moderada (quantidade insuficiente de alimentos) e grave (privação do consumo e fome). Ainda de acordo com o relatório, mulheres e pessoas negras sofrem mais.

Hoje, a humanidade supera 8 bilhões de pessoas e, segundo a FAO em seu relatório de 2021, cerca de 2,3 bilhões de pessoas estão em insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e quase 924 milhões enfrentam níveis mais preocupantes de falta de alimentos, o que mostra que a situação pouco mudou desde a *Geografia da Fome* até aqui, sendo a fome, ainda nos dias atuais, um dos mais terríveis flagelos enfrentados pela humanidade.

Quando pensamos em fome, hoje em dia, surge a imagem clássica de pessoas com extrema magreza e apatia, especialmente porque essa é a representação mais comum na mídia e nas campanhas humanitárias. No entanto, é importante reconhecer que a fome pode assumir diferentes formas e contextos, muitas vezes mais complexos do que simplesmente a falta de alimentos, considerando a cultura local. Na última categoria, (4.5), Cultura regional alimentar, que orienta a diversidade de conformações sobre as fomes nas regiões mapeadas. A diferença entre as fomes pode ocorrer por condutas e atitudes em diferentes ecologias, determinadas por sua integração em uma estrutura social particular. As fomes das regiões mapeadas, ainda que definidas por um espaço físico delimitado, são classificações abstratas na condição de representantes dos sistemas alimentares concretos. A educação, por exemplo, é um elemento que confere distinções significantes e transmutações simbólicas na cultura local (Bourdieu, 1992) influenciando uma temporalidade. A questão discutida nessa categoria foi, ciente de que as distinções sociais tomam inevitavelmente uma forma, colocar em questão os argumentos de Castro que podem exemplificar a complexidade de intrincamento de fatores da estrutura social nas condições de vida da população que levam à insegurança alimentar. A região amazônica pode exemplificar tal complexidade de intrincamento de fatores da estrutura social nas condições de vida da população que levam à insegurança alimentar.

Hoje, a pressão sobre a Amazônia, por exemplo, é ainda maior, devido aos interesses de mineração ilegal e do agronegócio extensivo. São novas configurações de atividades no mapeamento da região, mas os interesses econômicos permanecem promovendo um desenvolvimentismo selvagem à custa da destruição de ecossistemas preciosos, do

deslocamento de comunidades tradicionais e indígenas e do comprometimento da biodiversidade.

A violência no campo na região amazônica continua sendo uma questão complexa e multifacetada, que envolve uma série de fatores e conflitos relacionados à posse da terra, exploração de recursos naturais, expansão agrícola e agropecuária. Essa violência pode se manifestar de diversas formas, incluindo conflitos fundiários, grilagem de terras, desmatamento ilegal, trabalho escravo, assassinatos de lideranças indígenas e ambientalistas. O que reforçamos na discussão foi a violência simbólica que atravessa essas lutas, desvalorizando e invisibilizando a cultura da população local. Embora mais noticiadas e discutidas no tempo atual, repete um jogo de distinções simbólicas que se realiza pelas classes sociais privilegiadas impondo força e sentido, e dessa forma configurando transmutações simbólicas que demarcam condições de possibilidades de transformações estruturadas e estruturantes.

Um dos principais motores da violência no campo na Amazônia é a disputa pela posse da terra. Grandes áreas de terras públicas na região têm sido alvo de grileiros, madeireiros ilegais, fazendeiros e empresas agropecuárias que buscam expandir suas atividades à custa da devastação ambiental e do deslocamento de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Essas disputas, muitas vezes, resultam em conflitos violentos, ameaças e assassinatos.

Um relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), intitulado *Os cadernos de conflitos no campo da CPT*, aponta que a região Norte, que inclui a Amazônia, é a que concentra o maior número de conflitos no país. Em 2020, foram registrados 220 conflitos na região Norte, envolvendo disputas por terra, água e recursos naturais, além de casos de violência contra trabalhadores rurais e lideranças comunitárias.

A violência contra defensores ambientais e líderes indígenas também é uma preocupação crescente na Amazônia. Um relatório da Global Witness revelou que o Brasil é o país mais perigoso do mundo para ativistas ambientais, com um aumento significativo no número de assassinatos de defensores da floresta nos últimos anos. Muitos desses assassinatos estão relacionados a conflitos por terras e recursos naturais na Amazônia.

Além disso, a exploração ilegal de recursos naturais, como a madeira e o ouro, contribui para a violência e a degradação ambiental na região. A extração ilegal de madeira, muitas vezes, envolve a invasão de terras protegidas, desmatamento ilegal e conflitos com comunidades locais e povos indígenas, que dependem da floresta para sua subsistência.

A violência no campo na Amazônia tem impactos significativos na biodiversidade da

região. Conflitos relacionados à disputa por terras, desmatamento, garimpo e outras formas de violência afetam diretamente os ecossistemas amazônicos e as espécies que neles habitam. O desmatamento resultante de conflitos e atividades ilegais reduz a cobertura vegetal natural, levando à perda de habitats e à fragmentação de ecossistemas, o que pode resultar na extinção de espécies nativas e na diminuição da diversidade biológica.

Além disso, o garimpo de ouro e a degradação mineral na Amazônia representam uma fonte adicional de manipulação ambiental, liberando mercúrio nos rios, no ar e no solo, contaminando os ecossistemas e afetando a saúde da fauna e da flora. Essas atividades ocorrem muitas vezes de forma desordenada, com infraestrutura precária, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e à biodiversidade local.

A expansão das fronteiras agrícolas e do assentamento de imigrantes também é importante para a manipulação ambiental na Amazônia, resultando em mais desmatamento e perda de habitats naturais. As atividades agropecuárias e madeireiras realizadas na região nos últimos anos têm sido responsáveis por uma parcela significativa dos desmatamentos, impactando diretamente a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos.

Nessa categoria portanto, o debate envolveu invisibilidades das culturas locais diante dos interesses econômicos e sua ação predatória sobre o meio ambiente. As formas de sobrevivência e as tecnologias utilizadas nas comunidades excluídas e “escravizadas” na produção são competentes para o combate à fome numa estrutura que lhe seja favorável. Muitas vezes, somente sem sofrer violência simbólica, mesmo excluídas de um contexto social de apoio político e econômico, a exemplo do Quilombo dos Palmares, constroem condições de possibilidade para não morrerem de fome. O que se coloca na discussão é que, se isso aconteceu com poucos recursos, é preciso investir mais recursos na transformação social necessária para combater a fome no país.

A partir da premissa de Josué de Castro de que o mundo constitui resultado de uma permanente batalha travada entre o elemento humano e o seu meio natural, considerando o diálogo entre os diversos campos do saber, em prol dos mais necessitados, Josué expõe uma ferida enraizada no curso da formação histórico-territorial do Brasil, sobretudo, na região Nordeste do país, tendo sido permanentemente refutados seu pensamento e suas ideias pelas classes dominantes e opressoras, interessadas em garantir seus privilégios (Castilho, 2023). O golpe civil-militar de 1964, que completa seis décadas no ano em curso, condenou ao exílio o “poeta da fome”, mas não apagou seus ideais de desenvolvimento justo, humano e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, D. S. **Redução da toxicidade de solos contaminados com os agrotóxicos 2, 4-D e fipronil utilizando biochar da palha de cana-de-açúcar** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2023.
- ALLEGRETTI, M. H. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 1, p. 145 a 162, 1992.
- ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M. Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003, p. 55- 78.
- ALVES MACIEL, M.D; TROIAN, A.; DE OLIVEIRA, S. V . Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARRUDA, B.K.G. Geografia da Fome: da lógica regional à universalidade. **Cad Saude Publica**, v.3(13), p.545-549, 1997.
- BACCARIN, J.G; DELGROSSI, M.; MAGNO, J. P. **Evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: Indicadores macroeconômicos, preços de alimentos e perspectivas futuras. Instituto Fome Zero-IFZ, 2023. Disponível em: <<https://ifz.org.br/evolucao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil-indicadores-macroeconomicos-precos-de-alimentos-e-perspectivas-futuras/>>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- BACCEGA, M. A. Do mundo editado à edição do mundo. In: **Comunicação & Educação** - Revista do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, CCA-ECA-USP, 2019.
- BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BARREIRA, T.F. PAULA FILHO, G.X.; RODRIGUES, V.C.C.; ANDRADE, F.M.C.; SANTOS, R.H.S.; PRIORE, S.E.; SANT'ANA, H.M.P. Diversidade e equitabilidade de plantas alimentícias não convencionais, na Zona Rural de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira Plantas Medicinai**s, v. 17, n. 4, p. 964-74, 2015.
- BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 119-129, 2001.
- BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.
- BOSI, M. L.M. **A face oculta da nutrição**: ciência e ideologia. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Subsídios da CAISAN para a discussão sobre. Cooperac, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Seca histórica na Amazônia**, 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/seca-historica-na-amazonia-2023-foi-30-vezes-mais-provavel-devido-a-mudanca-do-clima>>. Acesso em 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de consulta para vigilância epidemiológica, assistência e atenção nutricional dos casos de beribéri**. [Internet]. Normas e Manuais Técnicos. 2012. p. 65. Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_consulta_beriberi.pdf>. Acesso em: 01 jun.2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Brasil Sem Fome**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>>. Acesso 30 jun. 2024.

BRASIL. ONU Brasil. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2023** (Relatório). Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/239349-lan%C3%A7amento-do-relat%C3%B3rio-o-estado-da-seguran%C3%A7a-alimentar-e-nutri%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-2023>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Biografia Josué de Castro**. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/deputados/130825/biografia>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Elsevier Brasil, 2017.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v. 13, n. 18, p. 145-171, 2011.

CASTILHO, C. J. M. Josué de Castro: a atualidade de um cientista-ambientalista precoce fundamentado na experiência do subdesenvolvimento de sua região. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.11, n.3, p.002-017, 2023.

CASTRO, A. M. **Josué de Castro e a descoberta da fome**. USP, 2021. Disponível em:

<<https://geografiadafome.fsp.usp.br/josue-de-castro/>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

- CASTRO, J. **Alimentação e raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- CASTRO, J. As condições de vida das classes operárias no Nordeste. In: CASTRO, J. **Documentário do Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- CASTRO, J. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: José Olympio, 1937.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951.
- CASTRO, J. **Homens e Caranguejos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, J. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CELLARD, A. Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CLAVAL, P. O papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- CLAVAL, P. A geografia Cultural. Florianópolis: UFSC, 2014.
- COÊLHO, H.A.L. Formação do profissional nutricionista na América Latina e no Brasil, com ênfase em Pernambuco. **Revista Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v.4, n.11, p.47-51, 1983.
- COIMBRA, M., MEIRA, J.F.P., STARLING, M.B.L. **Comer e aprender**: uma história da alimentação escolar no Brasil. Belo Horizonte : MEC, 1982.
- CONSEA. **Caderno**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/conferencia/CadernodeOrientacoes6aConferencia_final_16.06.23.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- CORSETTI, B. Uma análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNIrevista** , v. 1, n. 1, pág. 32-46, 2006.
- CUNHA, T. R. T. **Guerra, sertão e memória: os pracinhas sertanejos e os soldados da borracha na Segunda Guerra Mundial** (Tese). Universidade do Rio Grande do Norte, 2018.
- DA SILVA NETO, I. F.; RICARDINO, I. E. F.; AGUIAR, A. M. Nível de conhecimento dos agricultores sobre os agrotóxicos e suas principais implicações a saúde. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 24, n. 3, p. 178-188, 2021.

DA SILVA, G. A. **O Beribéri na historiografia e nas políticas públicas de saúde na perspectiva da medicalização da pobreza**. Tese de Doutorado. Unicamp, 2021.

DE ALMEIDA, A. N. Elasticidades renda e preços: análise do consumo familiar a partir dos dados da POF 2008/2009. **Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS)**, 2011.

DE ANDRADE MARTINS, R. **Microorganismos fictícios**: João Batista de Lacerda (1846-1915) e a descoberta do Bacillus beribericus. Disponível em: <<https://www.ghct.usp.br/server/pdf/ram-SLHCT-Lacerda.PDF>>. Acesso em: 16 maio 2024.

DE ANDRADE, Manuel Correia. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Dossiê Nordeste I** • Estud. av. 11 (29), abr. 1997.

DE CAMPOS, Rui Ribeiro. Josué de Castro e o direito à alimentação. **Geografia em Questão**, v. 5, n. 1., 2022.

DE OLIVEIRA, Leandro José. Insegurança Alimentar no Brasil: uma proposta de superação a partir do equibatismo. **Equibatismo e distribuição de riqueza: Estudos empíricos**, p. 41, 2023.

DOS SANTOS, E. L. et al. Impactos causados pelo uso excessivo de agroquímicos na agricultura familiar: uma revisão. **Observatorio de la economía latinoamericana**, v. 22, n. 3, p. e3746, 2024.

EVANG, K. Fifteenth scientific meeting-seventh Scottish meeting royal infirmary. Edinburgh. The Hot Springs Conference. **The United Nations Conference on Food and Agriculture**, Hot Springs, Virginia, 18th May--3rd June, 1943.

FAO NO BRASIL. Criação da Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura (FAO) –16 de outubro de 1945. **Contexto**, v. 346. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 29 jul, 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOCIAL. **Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

GONÇALVES, V. F. A.; BARRETO, F. A. F. D.. **A importância do pensamento pioneiro de Josué de Castro para as políticas sociais no Brasil atual**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia do Setor Público), Programa de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, 48 f.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras. Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível, p. 7, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017- 2018**. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2020.

INGUAGGIATO, F. F.; OLIVATTO, T. F. O alimento como mercadoria e as interações campo-cidade. **Internacional da Amazônia**, v.5, p.15-20, 2021.

JOSUÉ DE CASTRO, cidadão do mundo. Direção: Sílvio Tendler. Produção executiva: Adolfo Lachtermacher. Rio de Janeiro: Bárbara Produções, 1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LFzNV08KIKg>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

L'ABBATE, S. **Fome e desnutrição**: os descaminhos da política social. São Paulo, 1982. 204p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.

LEME, A. S. **Josué de Castro e a fome**: gênese e gestão de uma questão social no Brasil. 2023. (Tese). Universidade de São Paulo, 2023.

LIMA, R. M. S. **As margaridas do Sertão dos Inhamuns**: uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a partir da vivência das trabalhadoras rurais no município de Tauá-Ceará (Tese). Universidade Federal do Ceará, 2022.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MASSEY, D. Por um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2010.

McDOUGALL, F.L. Fitfteenthscientific meeting-seventh Scottish meeting royalinfirmary. Edinburgh. **The Hot Springs Conference**. The United Nations Conference on Food and Agriculture, Hot Springs, Virginia, 18th May--3rd June, 1943.

MENEZES, A. W. N. C. **Os embates entre ciência e política na experiência parlamentar de Josué de Castro** (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

MOK, H.; WILLIAMSON, V.; GROVE, J.; BURRY, K.; BARKEY, F.; HAMILTON, A. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.34, 2014.

MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Hortadas Corujas. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, D. N. O. et al. Abordagens em segurança alimentar nos trabalhos científicos sobre a Pan-Amazônia: uma revisão. **Caiçara**, v.5, p.17-25, 2020.

NUNES, E. M. et al. Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 213-236, 2018.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Grupo de Resposta à Crise Mundial de Alimentação, Energia e Finanças criado pelas Nações Unidas - ONU**. Distrito Federal: Nações Unidas no Brasil, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/un-gcrg-ukraine-brief-no1_en.pdf?utm_source=UNCTAD+Media+Contacts&utm_campaign=9f5899e26f>. Acesso em: 03 jul. 2024.

PELIANO, A. **Os mapas da fome e da miséria no Brasil pós-Geografia da Fome de Josué de Castro**. Fundação Oswaldo Cruz Brasília. Publicado em: 09 de jul. de 2019. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tfEu6X_Wg5g>. Acesso em: 03 jul. 2024.

PELIANO, A. **Avanços e retrocessos na trajetória das políticas de combate à fome no Brasil**. Publicado em: 16 de jan. de 2014. de 2019. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zN1eIO22Cd4>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. VIGISAN: **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RIBEIRO, A. M. M. et al. Os cadernos de conflitos no campo da CPT. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 404-429, 2020.

ROSA, T. A. et al. Comer para produzir, produzir para comer: práticas alternativas de produção e de consumo de alimentos. Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização do pensamento à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SILVA, A. C. P.; SARTORI, G. V.; OLIVEIRA, A. L. Composição nutricional do coração da bananeira e sua utilização como um alimento alternativo. **SaBios-Revista de Saúde e Biologia**, v. 9, n. 2, p. 40-45, 2014.

SILVA, A. K. Análise de bolhas nos produtos agrícolas: açúcar, café e soja. **Revista da UFSCAR**, v.5, n.8, p 22-38, 2020.

SILVA, L. C. Análise sensorial da couve de folha crespa (kale) cultivadas em sistema convencional e hidropônico. **Revista da UFSCAR**, v.5, n.8, p 39-50, 2020.

SILVA, M. F. S. **Josué de Castro: um autor do legado esquecido?** 2016. (Tese). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 2016, 275 f. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/312622>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SILVA, T. E. M. (Org.). **Memória do saber: Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

SILVA, T. E. M. **Josué de Castro: para uma poética da fome** (Tese). 1998. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820.** São Paulo: Brasiliense, 1937.

TOBELEM, A. **Josué de Castro e a descoberta da fome.** Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356–367, 2005.

TRINDADE, E. **Propaganda, identidade e discurso: brasilidades midiáticas.** Porto Alegre: Sulinas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Núcleo de estudos em Agroecologia e Produção Orgânica. In: **Curso de formação em Agroecologia para a Agricultura Familiar Camponesa.** 2. ed. Uberlândia, MG: [s.n.]. 30 p. v. 1. 2015.

VASCONCELOS, F. A. G. Os arquivos brasileiros de Nutrição: uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 303-316, 1999.

VASCONCELOS, F. A. G. **Como nasceram os meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco.** Recife: Bagaço, 2001.

VASCONCELOS, F. A. G. Origem e conformação do campo da nutrição em saúde pública em Pernambuco: uma análise histórico-estrutural. **Rev. Nutr.**, Campinas, 14 (suplemento), p. 13-20, 2001.

VASCONCELOS, F. A. G. Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição em saúde pública no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p.1505-1518, nov-dez, 2001a.

VASCONCELOS, F. A. G. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 8, n.2, p. 315-39, jul.-ago. 2001b.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.15, n.2, p.127-138, maio/ago., 2002.

VASCONCELOS, F. A. G.; FILHO, M. B. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.1, p.81-90, 2011.

VAZ, R. M. G. F. C. Transição agroecológica em uma abordagem sociocultural: ressignificação de práticas agrícolas, localidades e modos de vida. **Repositório UFSCAR** 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14486>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

VILAS BOAS, L. G. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e as Principais Condicionantes da (In) Segurança Alimentar no Brasil. **Geoconexões**, v. 1, n. 15, 2023. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14258/3736>>. Acesso em 01 ago. 2024.

WAGNER, R. A presunção da Cultura. In: **A invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 2, p. 546–553, 2005.

YPIRANGA, L., GIL, M.F. Formação profissional do nutricionista: por que mudar? In: CUNHA, D.T.O., YPIRANGA, L., GIL, M.F. (Org.). **Seminário Nacional sobre o Ensino de Nutrição**. Goiânia : FEBRAN, 1989. p.20-36.

YUYAMA, L. K.O et al. Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: I. Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. **Acta amazônica**, v. 37, p. 247-252, 2007.

ZIMMERMANN, S.A.; DE PAULA, N.M. **O Brasil dos famintos em pleno século XXI: evidências de uma tragédia contínua**, 2022. Pdf. Disponível em: <<C:/Users/Fernando/Downloads/5606-Texto%20do%20artigo-19956-1-10-20221007>>. Acesso em: 16 jun. 2024.